

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOÃO ALLES CARDOZO

**MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE
DE ENSINO ESTADUAL EM SANTA MARIA**

SANTA MARIA, RS
2024

João Alles Cardozo

**MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE DE ENSINO
ESTADUAL EM SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História – Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio.

Orientador Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS
2024

Cardozo, João Alles

Memórias sobre o parcelamento dos salários na rede de ensino estadual em Santa Maria / João Alles Cardozo.- 2024.

131 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2024

1. Precarização 2. Trabalho Docente 3. Neoliberalismo
4. Memórias 5. Parcelamento I. Cunha, Jorge Luiz da II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, JOÃO ALLES CARDOZO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

JOÃO ALLES CARDOZO

**MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE DE ENSINO
ESTADUAL EM SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História – Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio.

Aprovada em 10 de abril de 2024:

Jorge Luiz da Cunha, Pós-Doutor (UFSM)

Marta Rosa Borin, Pós-Doutora (UFSM)

Renan Santos Mattos, Doutor (UFFS - Campus Erechim-RS)

SANTA MARIA, RS

2024

RESUMO

MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE DE ENSINO ESTADUAL EM SANTA MARIA

Autor: João Alles Cardozo

Orientador: Jorge Luiz da Cunha

O parcelamento salarial no Rio Grande do Sul foi um momento marcante na memória da precarização do trabalho docente, portanto investiga-se com o objetivo de compreender as interpretações e lembranças do Magistério sobre o período 2015-2021. Nesse sentido, em 2015, foi iniciada uma ampla ofensiva neoliberal contra o funcionalismo público gaúcho, marcada pelo pagamento atrasado e defasado do quadro de servidores do Poder Executivo. Para acessar essas lembranças e pontos de vista políticos, precisamos lançar mão da metodologia da História Oral, produzindo fontes orais junto ao professorado, em entrevistas semi-estruturadas realizadas individualmente. Nosso ponto de vista se apropria em especial das considerações de Maurice Halbwachs sobre os aspectos coletivos da memória, bem como das orientações e precauções de Paul Thompson quanto às técnicas de investigação. Além disso, faz parte de nossa perspectiva teórica a noção de profissionalização, presente no entendimento de Mariano Fernández Enguita, que resume o processo de convencimento social visando a valorização da profissão liberal monopolista, como é o caso do professorado e de suas lutas sindicais. Junto dessa perspectiva, dialogamos com Armando Boito Jr. que elabora explicações para a ideologia da classe média, seus discursos e consciência de si. Essas teorias se entrelaçam para entendermos o professorado gaúcho enquanto classe média precarizada. Nesse sentido, o diálogo com a bibliografia da História da Educação, História e Economia permitem construir uma noção mais abrangente do que seria a precarização, sem reduzi-la a algarismos, mas também compreender seu âmbito subjetivo, pesando o desgaste emocional oriundo da desvalorização social e do esforço docente como levantado pelo Ideb. Além da literatura acadêmica, contamos com sites de jornais regionais e mídias independentes. Através desse debate teórico, foi possível analisar a trajetória do Magistério e os discursos produzidos no momento da entrevista. Após duas entrevistas piloto com um protótipo de questionário, foram realizadas cinco entrevistas presenciais com professores atuantes na gestão escolar, escolhidos por seu relativamente fácil contato e disponibilidade. Enfim, os resultados foram interpretados a partir de alguns personagens mais recorrentes nas falas docentes: (1) a experiência individual, marcadamente heterogênea a cada caso; (2) o professorado visto como desunido, dedicado e encurralado; (3) os governos entendidos como neoliberais e manipuladores; (4) a comunidade, dividida entre quem reconhece a importância da greve e os ingratos e menos esclarecidos. Assim, o professorado rememora o período da ofensiva neoliberal contra o funcionalismo estadual, reelaborando suas memórias a partir de elementos do sindicalismo de classe média, da solidariedade entre os pares e abordagens críticas contra as supostas pretensões privatistas dos governantes.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho Docente. Neoliberalismo. Memórias. Parcelamento.

ABSTRACT

MEMORIES ABOUT THE INSTALLMENTS OF SALARY IN THE STATE EDUCATION NETWORK IN SANTA MARIA

Author: João Alles Cardozo

Advisor: Jorge Luiz da Cunha

Salary installments in Rio Grande do Sul were a notable moment in the memory of the precariousness of teaching work, therefore the investigation is carried out with the aim of understanding the teaching profession's interpretations and memories of the period 2015-2021. In this sense, in 2015, a broad neoliberal offensive was launched against the public sector in Rio Grande do Sul, marked by late and delayed payment of Executive Branch employees. To access these memories and political points of view, we need to use the Oral History methodology, producing oral sources with teachers, in semi-structured interviews carried out individually. Our point of view particularly appropriates Maurice Halbwachs' considerations on the collective aspects of memory, as well as Paul Thompson's guidelines and precautions regarding investigation techniques. Furthermore, the notion of professionalization, present in the understanding of Mariano Fernández Enguita, is part of our theoretical perspective, which summarizes the process of social convention evolving towards the valorization of the monopolistic liberal profession, as is the case of the teaching profession and its union struggles. Along with this perspective, we learn from Armando Boito Jr. who elaborates explanations for the ideology of the middle class, their speeches and self-awareness. These theories were intertwined to understand the Rio Grande do Sul teachers as a precarious middle class. In this sense, the dialogue with the bibliography of History of Education, History and Economy allows us to build a more comprehensive notion of what precariousness would be, without reducing it to numbers, but also understanding its subjective scope, weighing the emotional exhaustion arising from social devaluation and the teaching effort as surveyed by Ideb. In addition to academic literature, we have regional newspaper websites and independent media. Through this theoretical debate, it was possible to analyze the trajectory of teaching and the speeches produced at the time of the interview. After two pilot interviews with a questionnaire prototype, five face-to-face interviews were carried out with teachers working in school management, chosen for their relatively easy contact and availability. Finally, the results were interpreted based on some of the most recurrent characters in teaching speeches: (1) an individual experience, markedly heterogeneous in each case; (2) the teacher seen as disunited, dedicated and trapped; (3) governments understood as neoliberal and manipulative; (4) the community, divided between those who regulate the importance of the strike and those who are ungrateful and less enlightened. Thus, professors remember the period of the neoliberal offensive against state civil service, reworking their memories based on elements of middle-class trade unionism, solidarity between peers and critical approaches against the supposed privatist intentions of those in power.

Keywords: Precariousness. Teaching Work. Neoliberalism. Memories. Installment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL	32
2.1 DITADURA DE 1964 COMO MARCO DA PROLETARIZAÇÃO	32
2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO	34
2.3 ONDA CONSERVADORA E PANORAMA RECENTE	41
3 EVOLUÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO GAÚCHO	48
3.1. ESTADO, FUNCIONALISMO E EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	50
3.2 A OFENSIVA NEOLIBERAL CONTRA O FUNCIONALISMO PÚBLICO	61
4 MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE SANTA MARIA	80
4.1. EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL	81
4.2. PROFESSORADO	88
4.3. GOVERNO	99
4.4. COMUNIDADE ESCOLAR	109
4.5. RESULTADOS FINAIS	113
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICES	129
APÊNDICE A - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	129
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	130

1 INTRODUÇÃO

O professorado sul-rio-grandense sofreu desde 2015 com uma ofensiva de classe¹ contra suas condições de vida e trabalho², a qual consistiu num movimento intenso de desvalorização salarial seguida por episódios dramáticos de parcelamento salarial. Segundo Trein e Farenzena (2022, p. 17):

A partir de 2015, além da corrosão no poder de compra, o funcionalismo público estadual passou a ter parcelamento de salários. No primeiro ano de governo de José Ivo Sartori (2015-2018), a folha de pagamento foi quitada de forma parcelada entre os meses de julho e agosto, e, a partir de fevereiro de 2016, diante do agravamento da crise financeira do estado, foi mantida a prática, de forma ininterrupta até abril de 2021.

Assim, as autoras contribuem para demarcar um período de 57 meses em que grande parte dos salários foram atrasados. Esse processo levou o professorado a situações marcantes, como crescente endividamento, movimentos grevistas, socorro mútuo entre colegas e o convívio num ambiente especialmente desmotivador.

Portanto, considerando a severidade desse momento histórico, nosso objeto de pesquisa são as formas com que o professorado estadual interpreta e rememora a precarização do trabalho docente decorrente da política salarial iniciada em 2015 na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (REE-RS). Em outras palavras, foram estudadas as memórias construídas sobre ter vivido um período marcante na vida profissional e doméstica, tanto de cada indivíduo, quanto do segmento profissional sob o viés da memória coletiva. O enfoque, portanto, recaiu no aspecto compartilhado de uma memória comum e reconhecimento entre os pares das vivências coletivas sob o processo de restrição salarial³.

Decorre dos elementos acima a vinculação desta investigação com a Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) denominada História, Poder e Cultura⁴, pois nosso estudo trata de relações sociais conflituosas, disputas e expectativas relacionadas ao poder do Estado e relações de trabalho. Com argumento semelhante, essa pesquisa se insere na Linha de

¹ A noção de “ofensiva de classe” é apresentada por Bernardes (2018), enquanto uma tática da burguesia na disputa pelos recursos e atuação do Estado. Isso será melhor detalhado ao longo do texto.

² De certa forma, a expressão “piora nas condições de vida e trabalho” é uma paráfrase do conteúdo e denúncia presentes na obra de Barbosa (2020) sobre o tempo e energia gastos com deslocamento pelo professorado ao trabalhar em cidades diferentes ou escolas distantes, pois isso piora o cotidiano e o exercício da profissão em si.

³ Apesar das diferenças legais entre salário, remuneração e vencimentos, nesse texto não faremos distinção visando uma maior fluidez do texto.

⁴ Área de Concentração - PPGH. UFSM. Disponível em https://www.google.com/url?q=https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgh/area-de-concentracao/&sa=D&source=docs&ust=1672827626464444&usg=AOvVaw1SqHV3_JdKh3QgFMuPebnF Acesso em 04 de janeiro de 2023.

Pesquisa intitulada Memória e Patrimônio⁵, tendo em vista sua pretensão de analisar as lembranças, em especial, os aspectos que retomam uma vivência e um imaginário coletivo.

Considerando isso, a pesquisa objetiva compreender as formas com que o professorado estadual interpreta e rememora a precarização do trabalho docente. Nesse sentido, a política salarial iniciada em 2015, também sentida na REE-RS, serve como referência emblemática desse processo, contextualiza e marca as memórias coletivas desse segmento profissional. Ao mesmo tempo, essa situação do estado sul-rio-grandense sugere alguns objetivos específicos, que podem ser listados assim:

1. Compreender o contexto regional de restrição salarial e as políticas públicas correlatas no período de 2015 até 2021;
2. Documentar e valorizar o ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras do Magistério estadual sul-rio-grandense, enquanto protagonistas de suas trajetórias;
3. Identificar os elementos e valores que o professorado maneja para produzir seu posicionamento político.

O presente estudo não possui pretensão de generalizar seus resultados, ainda mais considerando a diversidade de arranjos familiares e empregatícios próprios ao mercado de trabalho docente. Em outras palavras, não buscamos com esse estudo resumir o contexto a um limitado recorte, pois há profissionais que dependem totalmente do estado sul-rio-grandense e outros casos em que o cargo nessa rede de ensino representa apenas uma fração da renda mensal. O quadro de servidores é diverso, há concursados, contratados, aposentados, uma matrícula, duas matrículas, sessenta horas, cargos de gestão e etc. Apenas para exemplificar, há ainda casos em que na gestão das contas domiciliares encontramos casais que compartilham seus salários, ao passo que existem situações nas quais professores são o único arrimo de família, depositando sobre essa remuneração sua sobrevivência. Essas variáveis são atravessadas por muitas outras circunstâncias e que tornam a busca por esquemas gerais e finais muito difícil. Não podendo sistematizar todas as ocasiões vividas pelo professorado, resta-nos estudar a fundo como uma parte dessa categoria é afetada, bem como ela pensa sobre o assunto. Nesse sentido, Francis Rummel (1977, p. 59) afirma: “outro objetivo básico da pesquisa é, então, determinar se existem diferenças significativas entre os vários subgrupos de uma população.” O adensamento da reflexão sobre essas circunstâncias pode promover

⁵ Linhas de Pesquisa - PPGH. UFSM. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgh/linhas-de-pesquisa/&sa=D&source=docs&ust=1672827626464909&usg=AOvVaw0JspZEMxcwuzFXTS9-zXt> Acesso em 04 de janeiro de 2023.

uma compreensão mais detalhada dos impactos gerais sentidos pelo corpo docente em sua diversidade, bem como uma compreensão mais densa sobre o próprio corpo docente.

Considerando que nosso objetivo é compreender como o professorado relembra e interpreta esse período de ofensiva neoliberal, convém inserir nossa proposta de Dissertação num quadro mais amplo da bibliografia no intuito de valorizar as contribuições teóricas pretendidas, destacando a originalidade da investigação realizada. Para uma melhor organização do estado da arte do assunto pesquisado, serão dispostos estudos contemporâneos sobre o processo de precarização da docência no Brasil, com algumas ênfases regionais.

Para iniciar, vale tomar como indício Nathalia Silva e Maria Fernandes (2020) acerca do trabalho docente na rede estadual de São Paulo. As autoras analisaram 134 obras, entre Teses e Dissertações, produzidas entre 1996 e 2018, destacando que os assuntos variam desde avaliação de projetos institucionais, passando por estudos de currículo, até considerar o impacto das avaliações externas e padronizadas. Desse universo de 134 textos, 112 abordaram precarização do trabalho e 105 citaram o processo de flexibilização. Uma característica muito presente nesse repertório consiste na abordagem empírica a partir de apenas uma escola ou grupo de professores⁶. Do esforço das autoras Silva e Fernandes, depreende-se uma tendência de que os estudos sobre trabalho docente foquem no aspecto da precarização, sob as estratégias de flexibilização, realizando levantamento de dados diretamente com apenas uma instituição por vez. Ainda que se tratem de obras acadêmicas relacionadas a São Paulo, podemos vislumbrar uma caracterização desse tipo de investigação.

Ao explorar estudos relacionados, ganha destaque que um dos aspectos centrais do processo de precarização do trabalho docente no Brasil consiste na remuneração. Nesse sentido, Andreza Barbosa (2011) comprova com dados estatísticos que o professorado brasileiro recebe baixos salários comparado tanto com países de economias centrais, quanto de outras nações sul-americanas. Da mesma forma, a autora contrasta os salários docentes com outras profissões com mesmo nível de instrução e, novamente, comprova o menor valor destinado ao professorado. Mais do que isso, a autora vê nos baixos rendimentos a fonte do acúmulo de jornadas, seja em sistemas educacionais, seja noutros ofícios alheios à educação, por isso vive uma rotina intensa de aulas nas escolas e trabalho extra não computado em casa, além de sofrer, por vezes, com adoecimento e frustração. Merece ainda destaque a contra-argumentação feita pela autora da corrente de economistas revisionistas que se opõem

⁶ Com base nessas observações, advogam por pesquisas com grupos maiores e mais de uma instituição para “se contrapor aos surveys que são realizados, muitas vezes, por institutos ligados à área econômica e administrativo-empresarial e que servem de argumentos para a tomada de decisões acerca da educação escolar.” (SILVA & FERNANDES, 2020, p. 10). Assim, tentaremos visitar mais escolas, diversificando a amostragem.

ao aumento da remuneração de toda a categoria professoral, legitimando a precarização. Essa é uma obra importante para demonstrar a desvalorização do trabalho docente no Brasil.

Centrando a discussão numa escala estadual, destaca-se que, em sua Tese na área de História, Mariana Esteves de Oliveira (2016) contribui para pensarmos um quadro geral da precarização do trabalho docente em São Paulo. A professora Oliveira nos oferece uma compreensão mais abrangente do que seria a precarização, não apenas como desvalorização salarial, mas também como intensificação e ampliação da jornada de trabalho, adoecimento e estresse, fragmentação interna da categoria e instabilidade dos contratos. Essas características formam um todo articulado que tem relação com a desprofissionalização causada pelos interesses capitalistas e a idealização missionária do labor professoral. Nesse sentido, a autora recorre constantemente à contextualização da história da educação brasileira, considerando o processo de feminização do professorado e as peculiaridades do segmento profissional, nos moldes do marxismo inglês thompsoniano. Nesse sentido, Oliveira (2016, p. 83-84) entende o processo de feminização ocorrido desde o início do século XX como um esforço de barateamento da mão de obra docente, imposição de uma vocação tida como feminina e uma tática para tornar a imagem da escola menos severa e violenta. Soma-se a isso, a dupla jornada feminina, isto é, as responsabilidades pelos serviços domésticos e de cuidado dos filhos são imputadas às mulheres, sobrecarregando-as.

Outro autor trata do assunto, em sua Dissertação, de forma mais restrita em termos de recorte temporal. Rodrigues (2017) estuda o arcabouço jurídico-legal implementado pelo governo estadual de José Serra (PSDB), entre 2007 e 2010, como um período de sucessivos ataques e degradação dos direitos e condições da profissão docente. O autor defende, dessa forma, que a piora nos tipos de contratação e organização do trabalho não são má administração ou mero descaso, não se trata de questões pontuais, mas de um projeto amplo de precarização do ofício do funcionalismo público, em especial, do Magistério. Entre 2007 e 2010, esse quadro se agravou em São Paulo, com a criação de diversos tipos de contratos precarizados, fragmentando a categoria, bem como excluindo determinados grupos do acesso à previdência própria do estado. Dessa forma, Rodrigues elabora sua reflexão considerando em grande medida a trajetória do trabalho docente em São Paulo. Merece nota ainda a importância que esse pesquisador dá à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como o grande pretexto para as políticas de ajuste neoliberal, “servindo de base legal para todo tipo de privatização, terceirização e diminuição e racionalização dos gastos públicos principalmente nas áreas sociais” (RODRIGUES, 2017, P. 63). É parte do argumento, portanto, que o uso do aparato legal confere legitimidade à violência.

Com argumento similar, Bernardes (2018) considera que o Estado moderno capitalista impõe a degradação das condições de trabalho e vida de seu funcionalismo, sendo portanto um agente da precarização. Para chegar nessa afirmação, o autor percorre uma reflexão marxista, debatendo sobre o trabalho imaterial do professorado, dito improdutivo, mas cujo produto consiste, resumidamente, na transformação do alunado. Assim, a mão de obra pública é contratada por uma instituição que, dentro da dinâmica capitalista, “cumpre a função de agir como um facilitador, para que as relações sociais imbuídas das determinações próprias do capitalismo se realizem e conservem suas características gerais.” (BERNARDES, 2018, p. 37). Nesse sentido, a educação entra como forma de atender às demandas produtivas, logo, num Estado Mínimo, ela terá o tamanho mínimo necessário para atender essas exigências econômicas. Evidência disso é que, em São Paulo, “no ano de 2015, os docentes de 40 horas semanais recebiam 3,3 salários mínimos nominais e no ano de 2018 essa relação caiu para 2,7 salários mínimos.” (BERNARDES, 2018, p. 52). Junto disso, cresceu o número de contratados temporários sem direito a férias remuneradas e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse conjunto de ofensivas da classe dominante aproxima o emprego professoral das relações de trabalho tipicamente capitalistas, portanto o Estado torna-se um agente da precarização.

Com isso, estão organizadas acima algumas produções acadêmicas cujo enfoque foi construir um histórico da precarização do trabalho docente. Tais estudos realçam o papel do Estado brasileiro na desvalorização salarial, aligeiramento da formação, contratação insegura e sobrecarga laboral. Suas considerações são oriundas de dados estatísticos e de análise de legislação, dialogando essas medidas de governo com a estrutura econômica capitalista. Nessa parte da literatura abordada, o corpo docente atende às expectativas da formação do pertencimento ao Estado controlado por uma elite, ao mesmo tempo em que cumpre a função de preparar a mão de obra para o capitalismo. Porém, isso não significa valorização, na verdade, esses setores dominantes e o Estado optam pela desvalorização salarial do Magistério, causando a proletarização desse segmento de classe média.

Há também produções em que as temáticas se aprofundam, as grandes explicações dão lugar a estudos de caso e levantamentos estatísticos. Um bom exemplo disso é a Dissertação de Gleyce Barbosa (2020), a qual explora como se dá a logística pendular do professorado na Microrregião Metropolitana do Rio de Janeiro e como essa prática agrava a precarização. Para afirmar isso, a autora lança mão de censos demográficos e escolares nacionais e internacionais. Considerando que o salário do professorado cresceu muito menos do que a média das profissões igualmente qualificadas (BARBOSA, 2020, p. 17), isso levou ao

acúmulo de contratos⁷ em instituições diferentes, com cargas horárias diferentes, inclusive, em cidades distintas, sendo que 21% do corpo docente fluminense trabalha em duas escolas. Esse dado merece nota, como admite a autora, pois não houve como precisar se tais profissionais cursavam pós-graduação (vista como um futuro alento econômico) ou trabalhavam em instituições privadas. Ao estudar a mobilidade nessa região, a autora destaca situações de migração pendular em que teríamos entre 40 e 80 horas semanais em deslocamento, sem contar o tempo de espera por transportes coletivos (BARBOSA, 2020, p. 128). Assim, cada vez mais, os percursos se tornam um “lugar” na vida dos professores, mais precisamente, um lugar de trabalho utilizado para corrigir provas e planejar aulas (BARBOSA, 2020, p. 171). Esse processo gradual e articulado de precarização completa um ciclo de piora das condições de trabalho e vida.

Outra obra importante para explicar a precarização contemporânea é o artigo de Dalila Oliveira (2004) a qual situa o trabalho docente no contexto da reestruturação produtiva, compreendendo seus efeitos na escola, pois “na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1129). Nesse sentido, a noção de flexibilidade é traduzida no âmbito escolar como descaracterização da profissão, isto é, desprofissionalização, por exemplo, mediante o desempenho de “funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132). Junto disso, o labor docente expande suas fronteiras abarcando mais do que a sala de aula, contempla, assim, novos padrões de organização da atividade professoral como ao aumento de contratos temporários em quantidade próxima a de efetivos, o arrocho salarial, casos de ausência de planos de carreira e perdas de garantias trabalhistas e previdenciárias (OLIVEIRA, 2004, p. 1140). É dessa forma que a autora entende a flexibilização e a precarização no trabalho docente.

As considerações dos fisioterapeutas Lidiane Baião e Rodrigo Cunha (2013) somam-se às denúncias de Oliveira. Em sua revisão de literatura não sistemática sobre doenças e disfunções ocupacionais no meio docente (2000-2012), concluem o seguinte:

As doenças ou disfunções mais comuns, de acordo com a literatura referenciada apresentam que a exaustão emocional e estresse, seguidas de distúrbios da voz e disfunções musculoesqueléticas podem provocar o afastamento do docente devido a perda de capacidade física e psíquica para desenvolver suas atividades. [...] A

⁷ A possibilidade legal de acúmulo de cargos é também uma forma de responsabilizar o indivíduo pelos seus ganhos salariais, desviando a luta por melhores salários para o esforço individual (BARBOSA, 2020, p. 78).

categoria docente apresenta doenças e/ou disfunções realmente ligadas ao sedentarismo, estresse, falta de tempo para o lazer, sendo o estilo de vida dos mesmos na sua maioria inadequado decorrente da falta de tempo e aos fatores socioeconômicos. O adoecimento e desgaste físico do professor advêm da sua atividade e forma que esta é realizada, levando em conta o excesso de trabalho e agentes estressores persistentes. (BAIÃO;CUNHA, 2013, p. 18).

Dessa forma, o texto evidencia uma produção acadêmica que denuncia os riscos à saúde física e mental da profissão docente no Brasil, ao mesmo tempo em que sugerem que a valorização econômica da profissão forneceria alento às causas principais desses quadros.

Ademais, Amanda Silva (2019) dialoga com teorizações acerca das relações de trabalho docente similares às da empresa Uber, marcadas pela inexistência legal de responsabilidades trabalhistas. Sob a tipologia uberização, encaixa-se o professor eventual, grupo que recebe o mínimo por cobrir aulas de docentes faltantes, criando situações profissionais precarizadas, “uberizadas”, despersonalizadas e sem sentido. O prefeito de Ribeirão Preto, em 2017 (PSDB), propôs o “Uber da educação”, em que docentes cadastrados poderiam ser chamados e teriam uma hora para estarem presentes na escola para lecionar as aulas. Esse projeto foi duramente criticado pelos setores educacionais por criar uma resposta eventual a um problema não eventual, além de precarizar a função docente.

Acerca dessa expansão da gama de relações de trabalho docente, Silva e Motta (2019) compreendem que junto da uberização, somam-se outras duas formas drásticas de exploração da mais-valia: a terceirização e a pejetização. No primeiro caso, as autoras indicam tentativas nos estados de Goiás e Paraíba de transferência da gestão escolar para Organizações Sociais, transformando a educação num nicho de mercado sustentado por verbas públicas. Sobre o segundo modelo, a pejetização, Silva e Motta indicam que, por meio de edital, um prefeito de Santa Catarina pretendeu realizar um “leilão invertido” buscando por docentes que aceitassem prestar um serviço à prefeitura sem vínculos, sendo o lance inicial no valor de R\$ 1.200,00, dos quais, descontados os impostos, restariam R\$ 840,00. Todavia, reforçam que essas iniciativas de 2017 não foram implementadas pela resistência docente e discente, porém “colocam-se como tendências muito possíveis de serem implementadas em um futuro próximo caso não haja a necessária contestação de tais medidas.” (SILVA;MOTTA, 2019, p. 12).

Deslocando o enfoque do âmbito material e contratual, para a dimensão subjetiva e emocional, há um outro trabalho interessante para a colocação de nosso problema de pesquisa. O estudo norte-rio-grandense de Faustino Filho (2020) aborda as subjetividades do professorado, em especial, o sofrimento social na profissão docente. Essa noção escapa à individualização dos sentimentos, pois remete ao sofrimento desencadeado por

macroestruturas da sociedade, daí a importância do neoliberalismo na compreensão desse tipo de aflição. Dentre suas consequências, no labor do magistério, estão a perda de objetivos profissionais, a venda da própria personalidade (autoalienação), o aumento da frequência de afastamentos, a culpa por estar doente, o medo, a vergonha, a frustração e a decepção. Ajuda a entender a peculiaridade desse sofrimento a constante exposição da profissão ao julgamento alheio, seja de pares, superiores, estudantes ou seus responsáveis. Sendo assim, com grande sensibilidade, o autor nota que esses sujeitos “não são desejosos apenas de bons salários, são também carentes de reconhecimento, daquele olhar que olha você, que confirma sua existência.” (FAUSTINO FILHO, 2020, p. 50). Essas reflexões acerca da subjetividade merecem apreço aqui, pois a precarização deve ser entendida nas pressões de ordem econômica, política e social.

Ainda dentre os estudos de revisão bibliográfica, ganhou nossa atenção o texto de Santos et. al. (2021), pois considera o contexto de crise sanitária da doença COVID-19. Com a adoção de regimes de ensino remotos ou híbridos, de forma improvisada e com questionável acompanhamento, foi transferido ao professorado a exigência pela compra dos instrumentos de trabalho, um processo que remete à uberização, isto é, a responsabilização do profissional sem acesso a direitos trabalhistas. Além disso, a jornada de atividade online expandiu o tempo de preparo, avaliação e diálogo com o alunado. Assemelhando-se, dessa forma, a um infoproletariado em “*home office*”. Com isso, o grupo responsável pelo texto reforça que o ofício docente precarizado não decorre da pandemia, mas é agravado por ela. Todavia, esse artigo merece uma crítica, pois o grupo de autores e autoras compra ingenuamente a denúncia de que o professorado “sozinho” teve que adaptar seu conteúdo e método, como se fosse uma atitude negligente do Estado não guiar o corpo docente. Entretanto, ninguém mais pode ou deve fazer isso, apenas o magistério tem capacidade, experiência e domínio teórico e prático para reelaborar o conhecimento científico dentro do contexto e objetivos pedagógicos. Essa é uma bandeira importante, por exemplo, no campo do Ensino de História⁸, denunciar isso é contraproducente e não defende a profissão.

Alguns trabalhos sobre o Rio Grande do Sul também receberam nossa atenção. Em especial Trein e Farenzena (2022), que elabora uma percepção ampla sobre o contexto salarial do Magistério estadual gaúcho, considerando a evolução dos valores, o período de parcelamento e o papel do piso salarial. Além dessas autoras, Eduarda Bringmann (2019) nos oferece uma perspectiva jurídica sobre as medidas adotadas pelos governos do estado do Rio

⁸ Ver mais em MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Grande do Sul, como o parcelamento salarial, ferindo a dignidade do trabalhador e o prejuízo pelo uso de empréstimos. Lopes (2022) constrói uma reflexão a partir do papel da mulher e do processo de precarização do trabalho docente através de discursos em dois sentidos: lecionar é como um trabalho doméstico; ser professor é uma vocação que exige sacrifício, como num sacerdócio. Enfim, citamos a reflexão de Rigue, Amestoy e Veiga (2019), as autoras pensam o processo de precarização com a ajuda do site CPERS/Sindicato sobre o desgaste sofrido pelo Magistério e problematizam o Plano Nacional de Educação, o qual foi tomado pelos conglomerados financeiros da educação. Esses textos são recentes e serviram de interlocução importante ao nosso trabalho.

Com essas considerações encerramos a seção destinada à revisão bibliográfica. São afirmações pontuais que não dão conta dos diversos períodos em suas distintas dimensões, entretanto sugerem amplos enfoques sobre a temática do trabalho docente. Dito isso, consideramos que a literatura, em geral, do campo da Educação, tem lançado mão de fundamentações teóricas críticas adequadas para a compreensão do período. Há uma concentração de publicações no caso paulista, em face de sua expressividade numérica e dramática precarização, esperamos expandir essa convergência de temas ao abordar a conjuntura gaúcha. O reconhecimento da diversidade de abordagens dessas obras acadêmicas nos implica compreender a noção de precarização do trabalho docente de forma mais abrangente: contratual, sentimental, logística e salarial.

Nesse contexto teórico, inserimos nosso problema de pesquisa: como o professorado de História interpreta e sofre a precarização do trabalho docente decorrente da política salarial iniciada em 2015 na rede estadual do Rio Grande do Sul? Responder tal questão nos exige a realização de entrevistas de História Oral, a fim de produzir aprofundamentos sobre tais compreensões e memórias, buscando explicá-las. Dessa forma, tratamos da precarização do trabalho docente em constante diálogo com estudos restritos a poucos docentes, assumindo uma ênfase nos efeitos que a precarização têm no âmbito emocional e na interpretação política. Considerando isso, tal pesquisa tenta lançar luz sobre um momento específico da precarização docente. O diálogo com as obras que elaboraram grandes explicações históricas será muito proveitoso, e com elas colaboramos, pois trazemos um caso concreto, analisado empiricamente. Ainda nesse sentido, ao explorar as percepções políticas, a História Oral promove um conhecimento mais detalhado sobre as características dessa categoria profissional. Enfim, contribuímos com a proteção e valorização da memória e protagonismo do funcionalismo pertencente ao Magistério.

Compreender as formas de rememoração e interpretação dessa categoria profissional envolve levantar elementos de natureza subjetiva. Essa demanda implicou, para nós, uma opção teórico-metodológica pela História Oral, a qual proporciona um método de produção de fontes orais a partir da indagação direta junto aos sujeitos cuja memória foi estudada. Uma das mais abrangentes definições, pode ser encontrada em Lozano:

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica, cujo propósito incluiu a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos, pelo que também se identifica e solidariza com muitos dos princípios da tão discutida "história popular". (LOZANO, 2006, p. 16).

Ou seja, mais do que uma técnica, a história oral compreende um espaço interdisciplinar com ênfase na interpretação da oralidade para compreender qualitativamente os fenômenos históricos e sociais. É próprio dessa produção historiográfica a preocupação com os elementos subjetivos, os sentimentos, as visões e os valores. Tais traços são buscados nas fontes orais, entendidas como:

As diversas manifestações sonoras, gravadas, decorrentes da voz humana e que se destinam a algum tipo de registro passível de arquivamento ou de estudos. As fontes orais são sempre decorrentes de projetos de gravação, como banco de entrevistas, pesquisas dirigidas ou coleções de músicas gravadas. (MEIHY, 2005 p. 21).

O estudo desse material, produzido com objetivos investigativos, pode sugerir indícios úteis para entender o passado, desde que a análise seja consciente de ter sido provocada e orientada por um projeto. Este é um trabalho que lida com lembranças, uma abstração mental sobre o passado que também podemos definir a fim de operacionalizar nossa reflexão:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, "coletiva", como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2006, p. 94).

Essa escolha traz consigo uma compreensão sobre como se caracteriza a memória. Tratando desses temas, duas obras são abordadas a seguir: Halbwachs e Thompson, peças centrais do nosso marco teórico. A elaboração de uma ideia tão ampla como “memória” exige um detalhamento em diferentes âmbitos, portanto uma análise mais demorada. Dois trechos da obra de Halbwachs são interessantes para nossa pesquisa, a primeira parte debate o que há

de coletivo na memória individual, enquanto que a segunda parte relaciona as percepções individuais e coletivas considerando o espaço como eixo privilegiado.

O capítulo primeiro da Memória Coletiva (HALBWACHS, 2003), lançada em 1950, trata da relação entre indivíduo e o repertório pelo qual ele interpreta o mundo. A memória é coletiva, porque nunca pensamos de uma forma isolada, não existe, na sociedade, uma consciência intocada. Adotamos pontos de vista alheios a nossa individualidade, encontramos em nós mesmos modos de pensar que não seríamos capazes de produzir sozinhos ou sozinhas. Isso, porém, não apaga a pessoa pensante. Por ironia, no esquecimento o autor encontra evidência útil e ilustra seu pensamento com uma situação fictícia em que alguém relata ao indivíduo uma situação de seu passado:

Todavia, ainda que esse fato possa ser localizado no tempo e no espaço, mesmo que parentes ou amigos disso me fizessem uma descrição exata, acho-me em presença de um dado abstrato, para o qual me é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não lembro de nada. E não reconheceria mais tal lugar pelo que passei certamente uma ou várias vezes, nem tal pessoa que certamente encontrei. Contudo, as testemunhas estão lá. (HALBWACHS, 2003, p. 27).

Nesse trecho, o autor aponta para uma sinceridade das memórias, uma existência que supera a mera constatação. Como diz o autor, independente da concretude das outras testemunhas, por mais que um indivíduo possa ser informado sobre eventos de seu passado, isso não significa que possa evocá-los, trazê-los à tona em sua subjetividade, sentir em seu “espírito”. Essa reflexão é fundamental, porque afasta a memória do mero acúmulo de dados, pois existem cargas emocionais associadas ao pensamento que não podem ser artificializadas, “isso não será jamais uma lembrança” (HALBWACHS, 2003, p. 28). Esse esquecimento e essa lembrança estão ligados diretamente com o grupo do qual o sujeito faz parte e com o qual confunde seu passado. A dinâmica seletiva da lembrança está diretamente ligada à participação de uma coletividade. Noutras palavras, a memória que construímos sobre os membros de uma pequena sociedade está relacionada com a posição que ocupam dentro do conjunto com as demais. Não mais vivenciando essa comunidade afetiva, não mais pensando nela, ela se perderá, não marcará como antes nosso espírito, perderá a sinceridade. “Esquecer um período de sua vida é perder o contato com aqueles que então nos rodeavam” (HALBWACHS, 2003, p. 32). Esse ponto de vista sociológico de Halbwachs ganha reforços com as colocações de Fernando Catroga, para quem o reavivamento da lembrança se dá no âmbito social:

Portanto, o seu conteúdo é inseparável não só das expectativas em relação ao futuro, como dos seus campos de objetivação - linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos - e dos ritos que o reproduzem e transmitem; o que mostra que

ela nunca se desenvolverá no interior dos sujeitos, sem suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias. (CATROGA, 2001, p. 23).

Dialogando esse apontamento de Catroga com a perspectiva de Halbwachs, o Outro funciona como um elemento que reaviva a lembrança, tanto quanto os lugares e demais ritos. Essas colocações sobre a memória abrem espaço a uma reflexão sobre a tensão entre o indivíduo e o social:

A formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projecto. Qual mónade, ele é um microcosmo constituído pela síntese que resulta da mistura de várias influências exteriores. (CATROGA, 2001, p. 20).

Há, portanto, uma dialética entre o indivíduo e o contexto social que o produziu. Dessa forma, a discussão teórica pontual sobre a gênese do ato de recordar não é um aspecto superficial, uma questão pontual, pelo contrário, na verdade, essa problemática possui conexões com o debate sobre a própria noção de autonomia ou determinação do indivíduo frente à sociedade, ou seja, um debate central sobre o ser humano no mundo.

Apenas para organizar nossa reflexão, reforço algumas afirmações de Halbwachs. Até aqui destacamos de sua obra duas formas coletivas da memória que parecem à primeira vista puramente individuais. Primeiro, ela é criada a partir de referências alheias ao indivíduo e, segundo, lembranças só fazem sentido quando participamos de um grupo afetivo. A memória, portanto, depende de materiais emprestados e de convívio, reavivamento. Decorre desse entendimento teórico as indagações que serão direcionadas ao professorado, em nossa pesquisa, preferencialmente considerando a convivência com os pares, seu repertório de memórias construídas coletivamente e os casos emblemáticos de outros e outras colegas.

Sendo a memória coletiva, Halbwachs propõe tipos de convívio, o mais interessante à nossa reflexão consiste na chamada comunidade econômica. Um profissional ao adentrar o espaço laboral é tomado por deveres e posturas, isso aponta para o âmbito da consciência, um professor ao avistar a escola toma consciência de sua identidade profissional. Assim, o espaço indica uma zona jurídica. Junto disso, certos espaços estão ligados à formação de uma memória econômica. O valor de um dado numérico, por exemplo, o salário ou o preço da passagem de transporte público, o significado desse conjunto de algarismos depende das opiniões formadas pelo grupo, das lembranças compartilhadas dos preços. Assim, o pensamento coletivo influencia como os sujeitos lembram valores econômicos. Um mecanismo importante aqui é a comparação de um índice que variou com seu valor antigo. Isso causa a impressão da existência de um preço verdadeiro correspondente a um produto ou

serviço. Mais uma vez o convívio com os colegas é fator na construção da memória coletiva, especialmente num tema tão caro à presente investigação, como é o salário.

Essa perspectiva compartilhada da memória é retomada por Pollak:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 201).

Dessa forma, as memórias são compostas pela experiência direta e indireta, individual e adquirida através da comunidade. Assim, Pollak elabora que este é um “fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 204). Assim, a socialização e a identificação dão conteúdo à memória, ao mesmo tempo em que são determinados, em certa medida, por essa memória. Uma perspectiva semelhante aparece na reflexão de Catroga, porque, para ele, a memória é o meio pelo qual se atribui sentido à vida, aos indivíduos e grupos, em meio ao caos e à descontinuidade (CATROGA, 2001, p. 25), daí decorrendo a construção das identidades⁹.

Nesse sentido, para nos acercarmos das memórias e perspectivas dos professores estaduais sul-rio-grandenses, foi útil explorar a família enquanto elemento crucial na formação da identidade:

Na modernidade, o núcleo social em que, paradigmaticamente, se concretizou a assunção da herança como norma, ou melhor, como dívida, foi a família. (A memória do eu é sempre, em primeira instância, uma memória de família). E é a este nível que melhor se poderá surpreender os laços que existem entre identificação, distinção, transmissão e a sua interiorização como norma: recorda-se o espírito de família, porque é necessário pleiteá-lo, retransmiti-lo e reproduzi-lo. (CATROGA, 2001, p. 27).

Considerando os ritos de recordação, a convivência e a importância do núcleo familiar, uma das indagações das entrevistas de história oral realizadas concentrou-se nesse aspecto.

Sugerimos, entretanto, cuidado com interpretações individualizantes da memória. Souza e Crippa (2010) elaboram algumas críticas à teorização de Halbwachs acusando-a de

⁹ “Daí a estreita relação entre memória, identificação, filiação e distinção. Sem aquela, estas nunca existirão.” (CATROGA, 2001, p. 28).

apagar o indivíduo no processo da memória. Isso só pode ser fruto de uma leitura inadequada deste autor, pois em momento algum Halbwachs dá a entender que existe uma super estrutura, como uma “nuvem”, que gerencia as memórias alheias. Na verdade, reforçamos que a memória é coletiva por sua gênese (produzida a partir de noções presentes na sociedade) e por sua manutenção (exercitada e conservada conforme convivemos com determinadas pessoas). Vejamos um dos pontos inadequados da crítica: “para alguns autores, fazer parte do social não significa reduzir o indivíduo apenas em reflexo do coletivo.” (SOUZA & CRIPPA, 2010, p. 76). Nessa frase, a dupla de autores dá a entender que Halbwachs passa por cima do indivíduo, numa espécie de estruturalismo vulgar, todavia isso não se dá na obra Memória Coletiva. Basta tomarmos o exemplo do professor que se despede da turma de alunos, o indivíduo professor possivelmente esquecerá seus alunos, mas se os alunos entre si continuarem se reunindo, terão conservadas as memórias sobre o professor da turma. A pessoa está presente ativamente na reflexão de Halbwachs: coletiva é a gênese e a manutenção da memória.

Os estudos acadêmicos da oralidade ocorreram historicamente em diversificadas disciplinas, com a possibilidade da valorização de identidade e subjetividade nas ciências:

Os historiadores orais não caminharam sozinhos neste desenvolvimento de abordagens teoricamente sofisticadas às reminiscências de histórias de vida. Nas décadas de 80 e 90 houve uma explosão de pesquisas utilizando histórias de vida, orais e escritas, em uma ampla gama de campos intelectuais, geralmente os que atravessavam fronteiras disciplinares tradicionais, como a sociologia de história de vida, as abordagens biográficas e autobiográficas em estudos literários, a antropologia, estudos culturais, psicologia narrativa, estudos de linguística e comunicação e trabalhos conexos que exploravam as relações entre identidade, memória e narrativa pessoal. (THOMPSON, 2000, p. 54).

A História é uma das ciências que se ocupou da memória, mas várias abordagens se desenvolveram em paralelo, com determinadas aproximações e colaborações. Considerando isso, a fim de detalhar nossa proposta de prática metodológica, afirmamos que o presente estudo lança mão da História Oral¹⁰, que pode ser entendida em seu contexto como uma técnica de documentação histórica, que ganha relevância por volta de 1948, ligada à valorização do estudo sobre as experiências das vítimas e combatentes da segunda guerra mundial e ao desenvolvimento dos aparelhos de gravação (MEIHY, 2005, p. 92).

¹⁰ Amado e Ferreira chamam atenção para a denominação convencional “história oral” ser ambígua, pois o termo “oral” está servindo como adjetivo para história, sendo que se refere apenas às fontes, aliás, o nome era pejorativo e foi criado com intenção de desvalorizar este tipo de produção historiográfica (AMADO; FERREIRA, 2006, p. xii). Na verdade, nos parece uma metonímia: a história oral é uma produção histórica que utiliza fontes de natureza oral como evidência de suas interpretações.

Paul Thompson (THOMPSON, 1992) defende enfaticamente as possibilidades envolvidas na criação de fontes orais junto aos grupos entrevistados e, nesse processo, o autor chama atenção à existência de um aspecto inédito nessas evidências, haja vista que o entrevistador provoca recortes que seriam inacessíveis a um estudo em arquivos. Além disso, também abre espaço para, “indo além das formalidades e dos exageros de lideranças conflitantes, apresentados pelos jornais e documentos, ela pode chegar à realidade mais trivial e confusa e a posições divergentes entre as pessoas comuns, inclusive a dos fura-greves. (THOMPSON, 1992, p. 113). Nesse sentido, há uma oportunidade à democratização dos assuntos historiográficos, temáticas populares podem vir à tona para o mundo acadêmico, toda experiência de vida pode ser usada como matéria-prima, não cedendo o monopólio da história aos opressores. Por esse motivo temos no texto de Thompson que “o desafio da história oral relaciona-se, em parte, com essa finalidade social essencial da história.” (THOMPSON, 1992, p. 21), ela é política por excelência. Isso faz com que outros pesquisadores afirmem que a riqueza dessa metodologia reside na “ênfase e importância atribuída ao sujeito da história, construtor de seu destino, entre possibilidades e limites” (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004, P. 25-26). Buscamos na presente pesquisa valorizar a capacidade de ler o mundo dos educadores entrevistados, tornando-nos “gente que serve, uma gente aliada” (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004, p. 33).

Junto dessas qualidades, a entrevista direta com o sujeito histórico permite sanar pressuposições, pois os pesquisadores e pesquisadoras “formulam uma interpretação ou teoria e logo descobrem fatos excepcionais que são difíceis de explicar satisfatoriamente. Descubrem que as pessoas não se ajustam aos tipos sociais apresentados por leituras preliminares.” (THOMPSON, 1992, p. 32). Essa história incomodamente individualizada é um desafio instigante à historiografia.

Alessandro Portelli nos ajuda a pensar sobre o objeto de estudos da História Oral, destacando sua peculiaridade:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual, Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. Deste ponto de vista, o único problema colocado pelas fontes orais é aquele da verificação (...). Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (...) O que os informantes acreditam é na verdade um fato histórico (isto é, o fato no qual eles crêem), tanto como naquilo que realmente aconteceu. (PORTELLI, 1997, p. 31).

Um grupo de fato pensa sobre certos assuntos, logo isso faz parte de sua história de fato. Os sentimentos, os raciocínios e as esperanças fazem parte dos indivíduos, tanto quanto suas realizações materiais.

Ginzburg também destaca essa característica em suas teorizações sobre a história e o paradigma indiciário, contribuindo para refletirmos sobre a natureza do objeto dessa ciência concreta, particular, individualizada:

A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a série de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). (...) o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural. (GINZBURG, 1989, p. 156-157).

Cada estudo histórico é único, no máximo podemos tecer relações ou analogias. É lícito inferir dessa compreensão, também, a aposta de que investigações detalhadas, em escalas não percebidas até então, podem ser um caminho proveitoso para compreender quadros mais gerais do passado. Com isso, as oportunidades da História Oral são provocativas ao avanço da fronteira da ciência.

Entretanto, merece atenção os riscos e os equívocos na utilização deste método de pesquisa. Há uma crítica à situação geralmente instaurada pelo método: um indivíduo no papel de pesquisador, geralmente pertencente à classe média, determina quem deve ser entrevistado e os assuntos a serem tratados, em seguida, esse pesquisador desaparece com as gravações e o sujeito entrevistado mal fica sabendo das análises e conclusões a que se prestaram suas falas. Outro equívoco consiste numa idolatria à suposta sabedoria popular, uma leitura acrítica das respostas das classes trabalhadoras (THOMPSON, 1992, p. 42-43). Assim, a pesquisa que interpela diretamente os sujeitos estudados traz à tona a necessária consciência do papel do entrevistador, pois a relação interpessoal é produtora do diálogo. Torna-se urgente entender o que esse indivíduo pesquisador representa ao grupo de respondentes, quais instituições e expectativas estão associadas à figura.

Sou um professor iniciante, isso possibilita o apoio aos membros novos na categoria, algo muito recorrente. Sou homem, branco e de classe média, considerando as estruturas da sociedade machista, racista e elitista brasileira, isso geralmente pode promover confiança e seriedade. Estou cursando a pós-graduação na UFSM, no imaginário comum, isso pode significar que serão julgados e avaliados pelas respostas, tanto por mim, quanto por professores universitários, numa posição vista por certas pessoas como superioridade intelectual. Mas, nada disso é absoluto, são apenas especulações sobre a minha figura.

Até esse momento, três erros ou equívocos se apresentam ao historiador ou historiadora que lida com fontes orais. Em síntese: estar fechado à concretude que escapa à teoria inicial, não oferecer um retorno às pessoas entrevistadas e o louvor a-histórico às comunidades populares. Quanto à situação instaurada em que um pesquisador de classe média determina quem e o que merece ser ouvido, nos cabe apenas constatar e refletir constantemente sobre as possíveis interferências que as (sobre)determinações sociais acarretam na metodologia. Thompson se refere a essa influência concreta pela expressão “presença social” (THOMPSON, 1992, p. 159) a qual deixa implícitos comportamentos e expectativas. O autor ainda reflete sobre a familiaridade do pesquisador em relação ao grupo social entrevistado, gerando resultados imprevisíveis, havendo proveitos tanto ao entrevistador pertencente à comunidade que entende seus códigos, quanto ao indivíduo alheio que pode desnaturalizar essas peculiaridades tratadas como obviedades no outro caso em que há habitualidade (THOMPSON, 1992, p. 160-162).

Outros riscos mais típicos acusados pelos críticos da História Oral geralmente são resolvidos pelas regras gerais do exame de evidências de forma científica e rigorosa: “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial.” (THOMPSON, 1992, p. 139). Além do que, as subjetividades presentes nas fontes orais são encontradas na documentação burocrática também, haja vista que um relato presente na fonte cujo suporte é o papel, como uma carta ou interrogatório policial, foi elaborada a partir da memória do sujeito. Ademais, um registro oral gravado em áudio é muito mais fidedigno do que uma fonte escrita, pois numa entrevista ficam melhor documentadas o tom das palavras, o humor, o fingimento, alguma peculiaridade do indivíduo (THOMPSON, 1992, p. 146). Assim, frente ao viés do depoente não se impõe ao pesquisador operar uma limpeza que o elimine, mas sim revelá-lo, entendê-lo.

Nesse âmbito, Ferrarotti (2014) argumenta que as fontes orais (método biográfico) foram mal vistas nas ciências humanas por muito tempo devido ao apego a um paradigma positivista, em que a documentação de arquivo, focada em dados informativos, era suficiente. Nesse modo de pensar a sociedade, a busca por representatividade estatística e generalização (criação de leis) era uma exigência, todavia a pesquisa que lida com indivíduos e suas subjetividades não trabalha com a mesma pretensão. Ao invés disso, a riqueza desse método e fonte está também em entender a interação do pesquisador naquele contexto de intersubjetividade, na compreensão de que toda narrativa sintetiza uma vida de referências. Portanto, ao invés de estatísticas, escapando da caça por generalizações, o método biográfico pode estudar o sujeito em sua relação com a sociedade por meio de seu grupo social, dentro

do qual traduz a realidade e age sobre o mundo. “O grupo primário revela-se assim como a mediação fundamental entre o social e o individual.” (FERRAROTTI, 2014, p. 52). Dessa forma, Ferrarotti constrói uma reflexão que pode ser muito bem apropriada no quadro teórico junto da memória coletiva de Halbwachs, pois o professorado pode ser entendido na interação com seu grupo primário, junto do qual trabalha, isto é o quadro de colegas. A aproximação entre o individual e o coletivo restrito, entre professor e colegas, perpassa nossa investigação.

O problema da representatividade e da análise é abordado por Meihy também:

Em vez de se deter nos pontos comuns que marcam uma experiência coletiva, convém deixar claro que a história oral, diferentemente das abordagens comuns à sociologia, se preocupa com as versões individuais sobre cada fenômeno e apenas se justifica em razão da soma de argumentos que caracterizam a experiência em conjunto. Afirma-se pois que cada depoimento para a história oral tem peso autônomo, ainda que se explique cultural e socialmente. Reunido, o conjunto das histórias colhidas, além de propor discussão sobre as motivações individuais, serve para que, se equiparadas, elas forneçam elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comuns. (MEIHY, 2005, p. 81).

Assim, há um enfoque individual, mas em constante diálogo com o coletivo. A valorização da teoria da memória coletiva de Halbwachs nos ajuda a compreender a formação da memória individual, ao mesmo tempo em que esses levantamentos individuais fornecem elementos para projetarmos o que há de comum nessas individualidades. Além de trabalhar com as considerações de Ferrarotti sobre o grupo primário (os colegas), levamos em conta os aspectos comuns nos discursos, e o processo coletivo da memória, isto é, sua gênese e sua manutenção a partir da convivência e participação, sem perder de vista o aspecto exclusivo, indiciário, do estudo dessa manifestação irrepitível da memória.

Todavia, a memória não pode ser compreendida como um discurso estático, portanto é crucial notar a característica de mutabilidade da memória (THOMPSON, 1992, p. 149), pois um relato de um passado longínquo pode receber interferências de sucessivas mudanças de valores e normas sociais. Ao lado disso, há uma tendência de que com o passar dos anos a confiança das pessoas na própria memória aumente, ao passo em que as pessoas perdem preocupações sociais consideradas irrelevantes para idosos. Dentro desse apontamento sobre a mutabilidade, devemos tomar nota da existência da seletividade na memória, como bem explicado na obra de Halbwachs anteriormente. Para Thompson, “o processo da memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse a necessidade social.” (THOMPSON, 1992, p. 153). Portanto, recordar é um processo ativo em que a fidedignidade está diretamente ligada ao interesse do sujeito

respondente, por sua vez dependente das necessidades sociais desse sujeito, bem como a relação com seu entrevistador.

Outros fatores a serem pensados cabem nas perguntas “quem, onde e como?” A seguir algumas sugestões presentes na obra de Thompson são bons encaminhamentos. Em primeiro lugar, a seleção do grupo de respondentes (quem?). Com relação à amostragem, face a alguns problemas de pesquisa, mais importante do que representatividade amostral é encontrar os melhores respondentes. Quem sabe mais sobre o ocorrido, quem vivenciou com mais intensidade, quem esteve em posições diferentes em determinado momento (THOMPSON, 1992, p. 173). Nesse sentido, nossa pesquisa valorizou o grupo de docentes ocupando posições de gestão, como direção, coordenação e supervisão, pois seu trabalho é diretamente ligado ao coletivo professoral, portanto configura uma peça-chave dentro da escola. O segundo fator a ser considerado é o ambiente (onde?):

A mensagem também pode variar, dependendo de onde exatamente ela é ouvida. Assim, uma entrevista em casa aumentará as pressões dos ideais "respeitáveis" centrados no lar; uma entrevista num bar mais provavelmente enfatizará atrevimentos e brincadeiras; e uma entrevista no local de trabalho apresentará a influência das convenções e atitudes ligadas ao trabalho. Juntamente com essas mudanças de ênfase, haverá mudanças na linguagem. (THOMPSON, 1992, p. 163).

Sendo assim, nos interessa mais o ambiente profissional, para explorar essas atitudes, nossas entrevistas se darão no ambiente escolar, sob todos os constrangimentos exigidos pelo espaço onde se vive a profissão.

Em terceiro lugar, resta-nos refletir sobre a forma que essa interação pretende tomar (como?). Thompson orienta também que, no desenvolvimento de entrevistas, a aplicação de sequências estruturadas, pré-definidas, pode propiciar comparações entre as respostas, destacando contrastes úteis à reflexão pretendida (THOMPSON, 1992, p. 263). Mas, junto disso, convém mesclar essa formalidade com um diálogo mais livre, mais espontâneo, introduzindo nessa conversa gradativamente as indagações exatas e comparáveis. Isso torna o material mais humano, sem perder o recurso analítico do contraste (THOMPSON, 1992, p. 158).

Com isso, Halbwachs e Thompson tornam-se referências muito úteis para trabalhos de história oral e atravessam nossa pesquisa entrelaçando teoria e prática. Essas discussões foram apropriadas às demandas concretas e circunstanciais da presente pesquisa e podem ser percebidas nas entrelinhas das perguntas elaboradas para as entrevistas semi-estruturadas.

Entretanto, de início não foi possível prever quantos sujeitos seriam entrevistados:

É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. (ALBERTI, 2008, p. 174).

Portanto, a prática metodológica possui certo grau de imprevisibilidade que só pôde ser sanado quando empreendida de fato. Considerando isso, as entrevistas foram aplicadas até que houvesse uma saturação das respostas, tornando repetitivo um mesmo teor¹¹, além das limitações de tempo e logística próprias a uma pesquisa de Mestrado.

Por fim, nessa reflexão metodológica, precisamos destacar o aspecto contemporâneo inescapável à pesquisa de história oral, ainda mais ao caso da investigação que pretende lidar com as memórias do período de hegemonia neoliberal e da ofensiva de classe intensificada em 2015, mas ainda vivida nos governos gaúchos recentes. Nesse sentido, Isso significa que convém levar em conta as considerações da reflexão própria da história do tempo presente:

A história do tempo presente contribui particularmente para o entendimento das relações entre a ação voluntária, a consciência dos homens e os constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Melhor dizendo, ela permite perceber com maior clareza a articulação entre, de um lado, as percepções e as representações dos atores, e, de outro, as determinações e interdependências que tecem os laços sociais. Trata-se, portanto, de um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de mesma formação social. E nos parece óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. xxiv).

Assim, é adequado ao trabalho de investigação a busca pelas representações e limitações das consciências e contextos, investigando o tempo presente como espaço privilegiado para isso. Esses desafios são colocados da seguinte forma por Giovanni Levi: devemos entender “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada.” (LEVI, 2006, p. 179). Explorar a atualidade da memória e das condicionantes dos sujeitos históricos é um desafio constante ao trabalho historiográfico, cabe ao estudo rigoroso perceber qual é a margem de liberdade encontrada nas incoerências da dinâmica de mudança social.

Como última nota dessa reflexão teórico-metodológica sobre o trabalho realizado, convém notar as possíveis vantagens do estudo de um recorte temporal aproximado. Chartier elabora uma reflexão sobre as provocações que a história do tempo recente coloca à comunidade acadêmica. Chamamos atenção para a ideia sugerida pelo autor, com certa dose de humor, que historiadores modernistas cultivam um sentimento ruim:

¹¹ “Alguns autores aplicam à história oral uma lei comum na matemática: a regra dos chamados "rendimentos decrescentes". Quando um determinado argumento começa a se tornar repetitivo, quando as indicações começam a ser as mesmas, está na hora de acabar com a iniciativa.” (MEIHY, 2005, p. 139).

Inveja, enfim, porque o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. Para os historiadores dos tempos consumados o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irredutível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (CHARTIER, 2006, p. 216).

Tanto nas reflexões produzidas sobre história oral, quanto sobre história do tempo presente, o papel do indivíduo historiador, enunciador da análise, é trazido ao primeiro plano. No momento da escrita da Dissertação, eu sou formado em Licenciatura em História há dois anos, com um ano de experiência na rede particular e alguns meses de experiência na rede municipal. Portanto, há uma distância geracional e profissional entre o entrevistador e o grupo de docentes respondentes, sem falar nas diferenças da vida cotidiana e culturais, como gênero e classe social. Sendo assim, há elementos que facilitam a compreensão, como o aparato intelectual compartilhado, ao passo que outros tantos fatores promovem o afastamento, como as diferenciações sociais contemporâneas.

Debatidas essas diversas contribuições teóricas e metodológicas, o projeto iniciou a implementação. Visando iniciar esse procedimento, foi elaborado um protótipo de entrevista. A sequência de perguntas foi dividida em dois blocos, o primeiro tematiza o âmbito familiar e profissional, enquanto o segundo se concentra no pensamento político do professorado. Segue abaixo um quadro com o “questionário piloto”.

Quadro 01: Protótipo de entrevista semi-estruturada.

- | |
|---|
| <p>1º Você trabalhava apenas no Estado?</p> <p>2º Sua família depende exclusivamente da sua renda?</p> <p>3º Como o atraso desses pagamentos afetou sua vida doméstica?</p> <p>4º Você saberia dizer como esse parcelamento afetou seus colegas de profissão?</p> <p>5º Na sua visão, qual o motivo para o governo estadual ter parcelado os salários?</p> <p>6º O que o professorado pode fazer a respeito disso?</p> <p>7º Você e seus colegas participaram da greve?</p> <p>8º Como as pessoas olhavam para os professores nessa situação?</p> |
|---|

Fonte: Autores.

Foram realizadas, no dia 10 de dezembro, duas entrevistas semi-estruturadas, por meio da plataforma online Google Meet, com duas pessoas que atuaram no magistério durante o período estudado. Essas entrevistas duraram cerca de 30 minutos cada uma e não foram utilizadas como documentos orais, porque não foram solicitadas com essa intenção. Essas duas conversas se deram no intuito de experimentar as perguntas, bem como aproximar da realidade vivida pelo professorado as próximas entrevistas, buscando reformulações.

Nesse sentido, Rummel destaca a inconveniência de um entrevistador que não conhece o assunto o suficiente e passa insegurança aos respondentes (RUMMEL, 1977). Nesses diálogos, foi verificada a necessidade de um conhecimento cronológico mais apurado sobre o período de parcelamento. Além disso, entrevistar determinados profissionais com vivência sindical e formação demonstra-se um desafio intelectual. Outro elemento que constatamos fazer falta em nossas indagações é o idealismo desses sujeitos, suas expectativas ou desesperanças, sendo esse um traço presente nas narrativas e digno de aprofundamentos.

Segue abaixo o questionário aplicado por fim:

Quadro 02: Questionário aplicado durante as entrevistas de história oral.

<p>Primeiro Bloco: Âmbito Familiar</p> <p>1º Você trabalhava apenas no Estado?</p> <p>2º Sua família depende exclusivamente da sua renda?</p> <p>3º Como o atraso desses pagamentos afetou sua vida doméstica?</p> <p>4º Você saberia dizer como esse parcelamento afetou seus colegas de profissão?</p> <p style="text-align: center;">Segundo Bloco: Pensamento Político</p> <p>5º Na sua visão, qual o motivo para o governo estadual ter parcelado os salários?</p> <p>6º O que o professorado pode fazer a respeito disso?</p> <p>7º Você e seus colegas participaram da greve?</p> <p>8º Como as pessoas olhavam para os professores nessa situação?</p>
--

Fonte: Autores.

Em abril de 2023, tentamos entrar em contato com todas as escolas estaduais via ligação telefônica. Dessas, cinco responderam agendando um horário para conversar com algum professor ou alguma professora em cargo de gestão, seja supervisão, coordenação ou direção. Essa escolha se deu por causa da acessibilidade desses profissionais para atender

público externo. Ademais entendemos que a posição de gestão exige um contato direto e constante com os colegas, elemento fundamental da teoria de Halbwachs, o convívio.

A conclusão desta investigação buscou construir um conhecimento mais rigoroso sobre a memória de um período marcante da carreira de uma categoria profissional há tempos precarizada. Com os resultados, foi possível valorizar o ponto de vista destes trabalhadores de classe média e compreender como formulam suas memórias e interpretações. A documentação dessas memórias configura também uma forma de salvaguarda de informações e sentimentos que podem tornar-se inacessíveis com o passar do tempo. Com isso, tal pesquisa é uma forma de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Em vista desse objetivo, para produzir uma reflexão rigorosa sobre o assunto, devemos apresentar o ponto de vista teórico adotado. Conforme Marta Harnecker: “chama-se teoria ao corpo de conceitos mais ou menos sistemático de uma ciência (...). Chama-se método à forma pela qual se utilizam esses conceitos.” (HARNECKER, 1981, p. 14). Nesse sentido, optamos por uma aproximação com a perspectiva marxista, o materialismo histórico, empregando sua visão sobre a sociedade e aplicando parte de suas ferramentas conceituais.

Resumindo as palavras de Ernesto Schettino Maimone (1981, p.7), o marxismo pretende ser uma concepção científica sobre a realidade histórico-social. Com isso, estamos defendendo o esforço de tentar conhecer a totalidade do fenômeno social, os diversos aspectos da vida humana, buscando entender o máximo possível sobre o real, o que, na melhor das hipóteses, podemos chamar de concreto pensado: *“lo concreto pensado es la reproducción mental del fenómeno en sus múltiples relaciones y determinaciones con el cual pretendemos llegar a conocer lo más plenamente posible el fenómeno en cuestión.”* (MAIMONE, 1981, p. 21). Dessa forma, cria-se uma relação dialética de abstração e prática empírica, isto é, uma dinâmica investigativa que alterna e funde experimentação e teorização. Ao adotar tal modelo de interpretação, buscamos não apenas generalizações ou leis, mas sim a explicação de fenômenos específicos, dialogando o geral e o particular, o abstrato e o concreto.

Desse modo, por mais que elementos possam mudar caso a caso, considerando as nuances do desenvolvimento histórico regional e ou nacional, existem ainda estruturas da sociedade mais estáveis. A estrutura, portanto, é caracterizada pelo tipo de relação que está estabelecido entre seus elementos constituintes (MAIMONE, 1981, p. 86), isto é, o modo de organização do todo. Não se trata de um conceito de rigidez, um esquema atemporal, mas sim de uma totalidade articulada marcada por suas tensões e contradições internas. Isso nos habilita a pensar o papel do professorado dentro da estrutura social capitalista, desde que dialogando essa abstração com os contextos mais específicos e as disputas relacionadas.

Para o materialismo histórico, o elemento determinante da dinâmica social é a produção material, constituindo assim uma lógica explicativa capaz de ser comprovada empiricamente (MAIMONE, 1981, p. 49). Com isso em mente, podemos pensar a sociedade capitalista, posterior à revolução industrial, a partir das relações sociais que envolvem a produção: “o capitalista é, ao mesmo tempo, o proprietário e o que controla e dirige (pessoalmente ou por intermédio de representantes) o processo de produção global. O trabalhador individual encontra-se, portanto, totalmente separado dos meios de produção: não é seu proprietário e também não os controla, e por isso se encontra totalmente submetido ao capital, social e tecnicamente.” (HARNECKER, 1981, p. 56). Assim, as relações de exploração que se desenrolam a partir da propriedade privada e excludente dos meios de produção são um fator determinante das formas históricas das classes sociais e suas lutas.

Portanto, nessa perspectiva teórico-metodológica, classes sociais são grupos definidos por sua posição social nas relações de produção, o que não os torna meras abstrações arbitrárias, mas sempre sujeitos historicamente determinados. O critério para distinguir as classes sociais na sociedade burguesa é a propriedade privada dos meios de produção (MAIMONE, 1981, p. 91). As classes, porém, são elementos de um esquema explicativo, o que não implica homogeneidade ou coesão espontânea dentre os membros dessas categorias, visto que são determinadas por seu contexto histórico¹² e são muitas vezes fracionadas. A luta de classes quase sempre se manifesta na política e ideologia, cujo fundo é normalmente econômico, numa busca por emancipação econômica da categoria (MAIMONE, 1981, p. 93). O palco de luta dessas classes na história moderna tem sido o Estado que obedece ao grupo vencedor nas disputas, uma vitória que deve ser vista como dialética, negociada, parcial.

Assim, antes de aplicar os conceitos oriundos do materialismo histórico aos temas da pesquisa, convém pensarmos esse espaço de disputa: o Estado. A organização que estabelece a forma de governo e poder social surge da necessidade de controlar as comunidades. Esse órgão ganha independência frente à sociedade, obedece a uma classe e cria instrumentos de repressão (MAIMONE, 1981, p. 95). Assim, o jogo de forças sociais em conflito provoca que o tipo de governo seja variado e instável, tal qual as formas políticas em disputa. Essa competição política muitas vezes lança mão de formas ideológicas, que podem ser entendidas como deformações no plano do conhecimento, com múltiplas raízes, mas ligadas aos

¹² “El sujeto está determinado por las circunstancias históricas en que se halla escrito, es decir, por el grado de desarrollo alcanzado en su momento por: las fuerzas productivas sociales, las relaciones de producción existentes, los grupos sociales emanados de la producción, la organización política social surgida de los anteriores, la superestructura jurídica existente, las relaciones concretas y particulares en las que se mueve el individuo (relaciones familiares, sociales, etc.) su particular experiencia en el contexto de su sociedad” (MAIMONE, 1981 p.102).

interesses práticos dos grupos sociais (MAIMONE, 1981, p. 107). Por exemplo, as ideias morais constituem, nessa perspectiva, uma forma especial de ideologia, pois é sempre uma moral de classe, que justifica a dominação ou a revolta, a depender do poder das classes opressora e oprimida (MAIMONE, 1981, p. 111).

Nesse momento, convém passarmos aos textos que analisam a trajetória histórica do professorado sob um viés do materialismo histórico para estabelecer nossa perspectiva sobre o Magistério nessa sociedade. Em primeiro lugar, merece nota o texto de Afonso, pois insere a educação no contexto do século XIX:

Foi, aliás, como contributo para a construção (idealizada) do Estado-nação e como instrumento de reprodução de uma visão essencialista de identidade nacional que o papel da escola pública (enquanto escola do Estado) foi decisivo, sobretudo nos dois últimos séculos. Neste sentido, a centralidade da Escola decorreu até agora, em grande medida, da sua contribuição para a socialização (ou mesmo fusão) de identidades dispersas, fragmentadas e plurais, que se esperava pudessem ser reconstituídas em torno de um ideário político e cultural comum, genericamente designado de nação ou identidade nacional. A intervenção do Estado teve, assim, um papel importante e decisivo na gênese e desenvolvimento da escola de massas (enquanto escola pública, obrigatória e laica), e esta não deixou de ter também reflexos importantes na própria consolidação do Estado. Pode mesmo dizer-se que a construção dos modernos Estados-nação não prescindiu da educação escolar na medida em que esta se assumiu como lugar privilegiado de transmissão (e legitimação) de um projecto societal integrador e homogeneizador, isto é, um projecto que pretendeu, mesmo coercitivamente, sobrepor-se (e substituir-se) às múltiplas subjectividades e identidades culturais, raciais, linguísticas e religiosas originárias. (AFONSO, 2001, p.18).

Portanto, ao tratar da educação, estamos falando de um processo iniciado pelos Estados-nação, enquanto executores de um projeto social, cultural e político, neste caso, criar o pertencimento ao Brasil. O professorado atende assim às demandas de uma elite instalada na chefia do Estado, que disputam ideologicamente o controle dos poderes sociais.

Sendo assim, precisamos entender o processo de constituição da profissão frente às demais, sua aceitação social. Fernández Enguita (1991) nos oferece uma importante contribuição para entendermos a dinâmica da valorização e precarização das categorias de trabalhadores. O autor entende que, nas sociedades burguesas, determinadas categorias possuem reconhecimento social e monopólio legal sobre seu ramo de atividade, alçando seus cargos ao posto de profissões liberais, ao passo que outros grupos não conseguem esse status, restando-lhes a proletarização e o empobrecimento. Nessa interpretação ampla proposta por Enguita, a luta pelo monopólio e valorização desse ramo de trabalho depende de fatores como formação e convencimento da sociedade. Sendo assim, o professorado constitui, nessas sociedades, uma semiprofissão, um lugar intermediário e contraditório, em que mesmo

depreciada, mantém determinada autonomia sobre seu processo de trabalho (FERNÁNDEZ-ENGUITA, 1991, p. 50).

Saindo de uma referência que pensa amplamente as sociedades burguesas, nos voltemos agora ao caso da sociedade brasileira, numa aplicação notável da elaboração teórica de Fernández Enguita. Amarílio Ferreira Jr e Marisa Bittar (2006) contribuem muitíssimo para pensarmos a trajetória do professorado e o momento-chave da precarização de seu trabalho. Assim, Ferreira Jr. e Bittar contextualizam o professorado nos anos iniciais da década de 1960, como uma profissão cujos quadros eram oriundos da classe média e alta da sociedade, com boa formação acadêmica e caracterizada como uma ocupação especialmente feminina. Impulsionada pelo crescimento econômico e pelo arrocho salarial, a ditadura civil-militar impôs uma política educacional marcada pelas reformas de 1968 e 1971, a fim de massificar a educação, o que exigiu a formação aligeirada de docentes (FERREIRA JR. & BITTAR, 2006, p. 1165). Essa expansão da escolarização básica obrigatória elevou o número do professorado ao mesmo tempo desvalorizando os salários. Aplicando a lógica e os termos de Fernández Enguita (1991), poderíamos dizer que o Estado brasileiro enfraqueceu a formação e a capacidade do corpo docente de convencer a sociedade do valor de sua profissão, do potencial exclusivo que só essa categoria legalmente possui.

Antes, porém, de nos lançarmos à sequência cronológica de processos de piora das condições de trabalho e vida, convém entendermos a que nos referimos quando utilizamos os termos “precarização” e “profissionalização”. Tendo isso em mente, podemos antagonizar esse objetivo corporativista com a noção de precarização. Tomaremos as palavras de Adilson Bernardes:

Podemos entender a precarização do trabalho como uma ofensiva de classe que, amparada por ideologias hegemônicas, degradam e reduzem as condições de trabalho a partir da flexibilização dos direitos trabalhistas e das formas de contrato, com destaque para a informalidade e a subcontratação do emprego. (BERNARDES, 2018, p. 27).

Nessa perspectiva, o aspecto da luta de classes é central para explicar a dinâmica entre melhora e piora das condições de vida e trabalho de cada profissão.

Dessa forma, profissionalização e precarização se opõem. Em suma, profissionalização consiste na valorização do ramo de serviço como uma profissão liberal, enquanto que a precarização configura a piora nas condições de trabalho e vida motivadas por ofensivas de classe. Essas duas noções perpassam nossa discussão e dão o tom da nossa perspectiva. Equipados com essas ferramentas teóricas, podemos avançar rumo às discussões sobre o processo histórico.

Aqui cabe um aprofundamento sobre o pertencimento de classe dessa categoria profissional. A partir da localização dos sujeitos dentro da estrutura social classista é possível perceber aspectos dominantes nos discursos. “A referência indireta aos posicionamentos de classe social sempre orienta as leituras dos discursos. Pode-se propor análises sem referências a classes sociais, mas nenhuma será completa sem elas.” (MEIHY, 2005, p. 66). Portanto, o presente estudo seguiu tais orientações.

Pertencer a uma classe significa para nós a posição relativa à propriedade dos meios de produção de riqueza da sociedade, mas também a tendência dentro do segmento de adotar uma ideologia, isto é, a adoção de um discurso mistificador sobre as desigualdades sociais:

Primeiro, se designarmos os valores e ideias meritocráticos com o conceito de ideologia é porque entendemos que tais valores e ideias ocultam a verdadeira origem das desigualdades sociais. Essas desigualdades aparecem, no discurso meritocrático, como resultado de diferenças de dons e méritos individuais. Como todo discurso ideológico comprometido com a sociedade de classes, o meritocrático é, portanto, mistificador. Segundo, esse conjunto de ideias e valores é uma ideologia porque procura legitimar os interesses particulares de um setor social - no caso os trabalhadores não manuais que apresentam as eventuais vantagens que usufruem frente aos trabalhadores manuais como um justo prêmio aos dons e méritos dos que “trabalham com a cabeça”. (BOITO JR., 2004, p. 219).

Há, portanto, um empenho no âmbito do discurso em legitimar uma posição privilegiada, numa sociedade de classes baseada na exploração da massa trabalhadora.

Seguindo o entendimento de Fernández Enguita abordado anteriormente, em primeiro lugar, precisamos caracterizar conceitualmente, a profissão docente como um trabalho intelectual que exige uma titulação, seja ela técnica (Escola Normal) ou universitária (Graduação em Licenciatura). O acesso restrito a esse nicho de mercado limita a competição por essa profissão protegida pelo Estado (FERNANDEZ ENGUITA, 1991). Apesar dos esforços de massificação promovida pelos ditadores (FERREIRA & BITTAR, 2006), trata-se de um segmento com privilégios, uma profissão liberal, pois há uma reserva de mercado, construída historicamente no Brasil, que beneficia o indivíduo diplomado em Licenciatura. Essa condição privilegiada se deu historicamente por meio da exigência frente ao poder público, numa série histórica de vitórias, inclusive dos movimentos sindicais. O resultado é a constituição de um corpo docente de classe média, ainda que numa posição dúbia, mais desvalorizada e mais proletarizada do que outros segmentos da classe média com diplomas de ensino superior (BARBOSA, 2011, p. 77-78).

Para Boito Jr. a classe média caracteriza-se pelo privilégio e pelo discurso legitimador de suas vantagens, pela narrativa que valoriza o merecimento desta posição. Assim, o professorado precisa justificar sua posição valorizada frente às demais categorias de

trabalhadoras e trabalhadores, a grande massa desvalorizada que forma as famílias das crianças e adolescentes que são enviados para frequentar a escola. Aí encontramos o professorado, uma profissão liberal de classe média que sofre com a precarização.

Portanto, pertencer à classe média, tendencialmente, promove a adoção da ideologia da meritocracia, um discurso que falsifica a realidade sob o argumento de que a desigualdade é boa e aceitável. Isso não significa afirmar que o professorado é sádico, mas sim que estamos considerando o pertencimento de classe e a legitimidade dos privilégios numa sociedade burguesa, são críticas estruturais, não pessoais. Essa reflexão também não se pretende taxativa, totalizante, pois, conforme Patrícia Tropa para entender a ideologia de uma fração de classe num determinado contexto, precisamos descer ao nível empírico:

Seria, portanto, a análise das situações de trabalho concretas dos assalariados não-manuais (forma de remuneração, carreira, ethos da profissão, relação direta ou não com a produção, contato com o público, maior ou menor exigência de qualificação formal, experiência profissional, dons e méritos) decisiva para compreendermos suas manifestações políticas e, no limite, apelo ou não à ideologia meritocrática. (TROPIA, 2008, p. 13-14).

Ou seja, a consciência de classe e a adesão à meritocracia dependem de muitas variáveis. Apesar de atravessada pelo coletivo, desenvolvida na convivência, a consciência é individual, então uma pessoa pode negar a meritocracia, entretanto, aqui estamos falando de tendências de classe.

Um dos espaços e momentos em que esse tipo de consciência vem à tona é no movimento sindical, o qual é historicamente fundamental para a formação identitária e profissional do professorado. Porém, a crença no mérito individual relega a luta coletiva, aceitar que a posição privilegiada depende da conjuntura de forças em disputa seria ignorar o merecimento e o dom. Com isso em mente, Boito Jr. elabora uma explicação que satisfaz essa situação, a classe média pode participar da luta sindical e ainda assim elogiar seu mérito:

O meritocratismo pode, a despeito do efeito de isolamento que lhe é peculiar, articular-se com o sindicalismo graças ao deslocamento de ênfase do mérito individual para o da profissão. O culto ao mérito do indivíduo é prolongado e completado pelo culto ao mérito da profissão. Tal operação, obtida por meio da luta ideológica em condições históricas particulares, passa a estimular os indivíduos de um determinado setor da classe média a se organizarem para a luta (sindical) coletiva. O fenômeno é complexo: a mesma ideologia que atomizava o trabalhador passa, uma vez deslocada a ênfase para os méritos da profissão, a estimular um tipo particular de organização coletiva. Trata-se, agora, não apenas de defender o poder aquisitivo do salário, como também de defender a posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial. É emblemático na história recente do sindicalismo brasileiro o protesto, tantas vezes repetido, do sindicalismo de professores: “A professora primária está ganhando menos que a empregada doméstica!”. Esse

protesto, que desmerece o trabalho manual, é muito ambíguo. O que, de fato, se reivindica? Um aumento salarial para as professoras, ou uma redução do salário das empregadas domésticas? Nasce daí um sindicalismo que poderíamos denominar meritocrático. Ele apresenta algumas características vinculadas entre si e que remetem, todas, à ideologia meritocrática e aos interesses econômicos que essa ideologia oculta e legítima. Esse sindicalismo meritocrático é particularmente notável entre as profissões cujo exercício exigem a posse de um diploma outorgado pelo sistema escolar. Nossa hipótese, contudo, é que ele é praticado, ainda que de modos distintos, em todas as frações da classe média que aderiram ao movimento sindical sem deixar de ser classe média, isto é, sem romper com o meritocratismo. (BOITO JR., 2004, p. 228).

Esse discurso é fundamental para o Magistério, o qual defende a Educação e, assim, faz o elogio da profissão. Para os professores essa é uma função que merece ser enaltecida, cumpre um papel central na sociedade. Este é um sindicalismo baseado no mérito do segmento, um corporativismo de tipo profissional, permitindo associações com uma identidade coletiva restrita à categoria. Além disso, está presente nesse tipo de ideologia a posição relativa do salário, já que um professor com ensino superior merece ganhar mais do que uma empregada doméstica, há uma hierarquia a ser obedecida. Mesmo assim, as condições políticas e econômicas podem ajudar a definir qual é a consciência de um segmento profissional, se ele entende a si mesmo como proletário ou como classe média (TROPICIA, 2008, p. 13-14).

Apenas como exemplo, para tecermos a dialética entre o abstrato e o concreto, geral e o específico, tomemos a Canção da Greve do CPERS/Sindicato:

Avante, professores em pé
unidos pela educação
lutemos todos juntos com fé
neste momento, nesta nação
reivindicar verbas mais justas
para o ensino e categoria
exigir nossos direitos
é ensinar a democracia.¹³

Essa letra, popularizada desde 1985, cria a imagem do professorado unido pelo bem da educação, lutando por verbas para o ensino e também para a categoria. Nessa narrativa, a luta sindical, “exigir nossos direitos”, é uma forma de “ensinar a democracia”. Há um tom benevolente nessa canção, pois o corpo docente continua professorando mesmo não estando com o alunado. O protesto do professor não é sagrado ou religioso, mas é cívico, sua luta por aumentar o salário da categoria é uma aula para o bem da sociedade, pelo bem da democracia.

¹³ Canção da Greve. Letra: Ada Vaz Cabeda. Música: Heloísa Nemoto Vergara. Ver mais em: CPERS/SINDICATO. Nossa História. CPERS/Sindicato. s.d. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/> Acesso em 29 de agosto de 2023.

Reforçamos que não estamos acusando o professorado de manipulação, nossa intenção não é lançar juízos de valor nessas observações. Entendemos e defendemos os valores da Educação para a democracia, concordamos com o papel do professorado no desenvolvimento de um país melhor em diversos sentidos. Todavia, estamos problematizando e lendo com distanciamento adequado o discurso produzido por essa fração de classe média, considerando seus interesses e relação com o restante da sociedade. É disso que se trata a teorização elaborada por Boito Jr. (2004), o sindicalismo de classe média não tem o mesmo comportamento e retórica do que os sindicatos das camadas populares. Esse ponto de vista teórico vai ser importante para analisarmos as memórias provocadas pela entrevista de História Oral.

Enfim, a discussão sobre sindicalismo de classe média (BOITO JR., 2004) e sobre profissionalização (FERNÁNDEZ ENGUITA, 1991) são teorizações muito úteis sobre aspectos gerais para analisar essa categoria profissional. Isso reforça nossa aproximação da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, centrando a reflexão nos elementos de disputa pelo Estado, ideologia e classe média.

Em vistas dessa elaboração teórica, convém apresentar a organização da presente Dissertação. O texto está dividido nos seguintes capítulos: trajetória da precarização do trabalho docente a nível nacional; evolução histórica do magistério sul-rio-grandense; análise das fontes. Com essa sequência buscamos um esforço de aproximação do objeto de pesquisa do âmbito nacional, regional e por fim a experiência individual e coletiva dos entrevistados.

No âmbito nacional serão abordadas as grandes transformações que se dão no mundo do trabalho, em especial, o trabalho docente. O arrocho salarial da ditadura de 1964, a reestruturação produtiva concomitante à ascensão do neoliberalismo e a onda conservadora e reforma neoliberal que se seguiu ao golpe parlamentar de 2016.

Na esfera estadual, apresentamos o processo histórico de evolução do Estado gaúcho, da economia e do funcionalismo. Observando como os diferentes projetos políticos entendem a escola pública conforme suas ideologias. Em seguida é abordada a dívida pública gaúcha, grande preocupação neoliberal e, enfim, detalhamos a grande ofensiva de classe implementada contra o quadro de servidores e a reação sindical do Magistério estadual.

A análise das entrevistas forma o capítulo quatro. Neste capítulo, as memórias provocadas são organizadas de acordo com seu conteúdo, analisadas conforme aparecem as imagens sobre os colegas, o governo e a comunidade escolar. Destacamos os aspectos de classe média e valorização profissional presentes no discurso professoral a fim de desnaturalizar tais retóricas e entender como o professorado relembra do parcelamento.

2. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL

Neste capítulo, pretendemos explicar a trajetória histórica da precarização do trabalho docente no Brasil, por meio de discussão com a bibliografia em especial dos campos da História e História da Educação. Esse capítulo serve, portanto, para que, nas seções ulteriores, possamos diminuir gradualmente a escala para o processo de degradação laboral sul-rio-grandense e, enfim, acessarmos o nível local, quando serão analisadas as entrevistas.

Para organizar esse processo histórico, três momentos são destacados, um primeiro voltado à massificação, o segundo considerando a flexibilização e o terceiro realçando o conservadorismo. De início, serão apresentadas as formas pelas quais a educação brasileira passou por um processo de formação aligeirada e acúmulo de empregos, relacionadas à séria desvalorização dos salários. Em seguida, será construído um panorama com algumas ofensivas de cunho neoliberal, marcadas pelo ideário de flexibilidade do trabalho. Por último, caberá a explicação do conservadorismo envolto em pânico moral que tomou o ambiente político brasileiro, vendo aí um fator de desprofissionalização e perda da autonomia. Com esses três blocos em mente, poderemos entender o contexto nacional em que se situa o professorado da REE-RS, as pressões e ameaças que sofre em diferentes âmbitos.

2.1 DITADURA DE 1964 COMO MARCO DA PROLETARIZAÇÃO

A perspectiva descrita a seguir, cuja ênfase recai, muitas vezes, sobre aspectos políticos e econômicos, não pretende sistematizar o recorte historiográfico, apenas situar o marco histórico da proletarização docente em seu contexto. Assim, temos uma perspectiva sobre a perda de valor social e salarial do trabalho docente, destacando os marcos mais significativos da piora das condições de vida e trabalho.

Com o fim do Império em 1889, os republicanos colocaram em prática uma educação que ajudasse a consolidar a unidade política (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004, p. 143), bem como de treinar e disciplinar as massas de imigrantes trazidos para substituir a população negra, (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004, p. 147). Com o estabelecimento do domínio rural e sudestino sobre a República, as classes médias urbanas colocam na educação seu entusiasmo para a “regeneração” política do país. Com o fim da opção imigrantista, as elites passam a incorporar as populações mais excluídas, tomando a saúde e a educação como apostas do projeto nacional, sem que isso signifique o fim do teor

racista e elitista dessas políticas (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004, p. 167). Essa é a trajetória inicial que faz emergir a importância da educação para o Estado brasileiro.

Com o golpe da Aliança Liberal de 1930, o governo Vargas acelera a industrialização de certos pólos urbanos e racionaliza e burocratiza o Estado, projetando um redesenho de importantes segmentos sociais e urbanos (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004, p. 180). Assim, em meio à ditadura, é reforçado o ideal nacionalista no ensino, mas principalmente o corpo docente passa por maior profissionalização, sendo desenvolvidas as Licenciaturas, simples complementos de estudos didáticos acopladas em Bacharelados (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004, p. 193-194). O contexto político vai receber pressão desde os anos 30 até os 60 para expansão da escolarização básica e secundária.

Em 1964, inicia a ditadura civil-militar, uma fase da história brasileira que, para ser compreendida, exige também destacar o modelo econômico adotado. Merece atenção especial esse tópico, pois ajuda a explicar a precarização do serviço público no país, com reflexos contemporâneos. Nos termos de Brum (1986), os militares adotaram uma estratégia de desenvolvimento associado e dependente, isso significa que o crescimento econômico estava atrelado aos investimentos externos no Brasil, bem como os recursos humanos, tecnológicos e de capital precisavam ser importados. Consideradas tais características, convém perceber ainda que a trajetória do orçamento nacional destinado à educação em 1965 alcançava aproximadamente 11% do total, enquanto que em 1981 não passava de 4% (BRUM, 1999, p. 352). Justamente nesse momento se deu a expansão da escola pública.

Amarílio Ferreira Jr e Marisa Bittar (2006) nos oferecem uma compreensão acerca das transformações vivenciadas pela categoria docente. Os autores contextualizam o professorado nos anos iniciais da década de 1960, como uma profissão cujos quadros eram oriundos da classe média e alta da sociedade, com boa formação acadêmica e caracterizada como uma ocupação especialmente feminina, mas não só. Impulsionada pelo crescimento econômico e pelo arrocho salarial, a ditadura civil-militar impôs uma política educacional concretizada nas reformas de 1968 e 1971, a fim de massificar a educação, o que exigiu a formação aligeirada de docentes (FERREIRA JR. & BITTAR, 2006, p. 1165). Essa expansão da escolarização básica obrigatória elevou o número do professorado ao mesmo tempo em que desvalorizou seus salários.

Nesse sentido, Mariana Esteves de Oliveira (2016, p. 83-84) entende o processo de feminização ocorrido desde o início do século XX como um esforço de barateamento da mão de obra docente, imposição de uma vocação tida como feminina e uma tática para tornar a imagem da escola menos severa e violenta. Soma-se a isso, a dupla jornada feminina, isto é,

as responsabilidades pelos serviços domésticos e de cuidado dos filhos são imputadas às mulheres, sobrecarregando-as. Por consequência, o cenário de emergência do Estado ditatorial de 1964 assume contornos de uma profissão gradativamente desvalorizada, duramente precarizada de várias formas, sendo a feminização uma dessas estratégias.

Nesse contexto de expansão escolar, sem investimentos, restou ao professorado, como se fosse uma opção, apenas o aumento da carga horária trabalhada. Na década de 1970, “no plano individual, a possibilidade de aumentar a remuneração levou a uma adesão em massa da jornada ampliada sem uma resistência efetiva.” (OLIVEIRA, 2016, p. 108). Ou seja, o professorado optou por aumentar a carga horária com vistas a aumentar os salários, entretanto os efeitos dessa intensificação do trabalho são cada vez mais sentidos.

Por outro lado, a intensificação do trabalho, desvalorização salarial e aligeiramento na formação deu origem à mobilização trabalhista em fins de 1970. Na perspectiva de Ferreira Jr. e Bittar, o professorado da rede pública de ensino foi um dos protagonistas da transição democrática, pois “incorporou a tradição da luta operária – nos marcos da expressão sindical – e transfigurou-se numa categoria profissional capaz de converter as suas necessidades materiais de vida e de trabalho em propostas econômicas concretas.” (2006, p. 1169). Essa compreensão possui vínculos com a interpretação de José Chasin (2000), para quem, os movimentos parvistas e grevistas, ao questionarem a fome e as condições de vida, atacaram o alicerce de sustentação ditatorial. O Estado usava da defasagem salarial frente à inflação para sustentar o sistema de importações e investimento em exportações, portanto, faltar o arrocho salarial causou a derrocada da ditadura iniciada em 1964. Frente a tal movimento de massas, do qual o professorado participou ativamente, o velho aparato entrou em crise, levando ao esgotamento do modelo defasagem-endividamento.

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO

Findada formalmente a ditadura em 1985, ganhou força o empenho por construir uma democracia participativa no país, encabeçada por igrejas, sindicatos e associações (FERREIRA, 2018, p. 50). Estava em jogo a oportunidade de influenciar a Assembléia Constituinte, especialmente, por meio de projetos de Iniciativa Popular e pressão sobre parlamentares. Apesar das diversas conquistas sociais com a Constituição Federal de 1988, o segmento professoral não teve suas demandas específicas atendidas com a redemocratização (FERREIRA JR & BITTAR, 2006, p. 1172). Isso deve-se à manutenção do poder nas mãos

das elites tradicionais que haviam apoiado o Estado ditatorial, mas também por um processo mais amplo e profundo de reorganização capitalista.

Portanto, com a atualização do sistema capitalista houve um embasamento legalista que justificou o congelamento dos salários, sendo que não reajustar salários é uma forma de reduzi-los. Dessa forma, temos um corte de gastos legitimado por uma entidade maior que o Estado, tal qual operam os mecanismos financeiros internacionais desde a década de 1990:

É inegável que, com uma intensidade maior ou menor, todos os países se confrontam hoje com a emergência de novas organizações e instâncias de regulação supranacional (ONGs, Mercosul, Organização Mundial do Comércio, União Europeia), cuja influência se vem juntar a outras organizações que já não são recentes, mas que continuam a ser muito influentes (Banco Mundial, OCDE, FMI), sendo que elas têm sempre implicações diversas, entre as quais, e de acordo com o objecto deste trabalho, aquelas que directa ou indirectamente ditam os parâmetros para a reforma do Estado nas suas funções de aparelho político-administrativo e de controlo social, ou que induzem em muitos e diferentes países a adopção de medidas ditas modernizadoras que levam o Estado a assumir também, de forma mais explícita, uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem a ditames mais ou menos ortodoxos da fase actual de transnacionalização do capitalismo e de globalização hegemónica. (AFONSO, 2001, p. 24).

Com isso, Afonso elabora uma reflexão sobre o papel das nações dominantes do capitalismo cuja gestão internacional se dá através de organismos financeiros. Essas instituições emprestam dinheiro em troca da adoção de medidas ortodoxas, o que pode ser entendido como corte de gastos, para cumprir as exigências da dívida pública.

Além disso, para José Ramalho, no início dos anos 1990, um movimento de integração econômica do país com o processo de globalização resultou, dentre outros aspectos, na redefinição das relações de trabalho, no sentido de aumento de sua flexibilidade (RAMALHO, 2018, p. 193). Assim, tornaram-se variáveis o tempo de atividade, a gama de tarefas, o ambiente laboral, o acesso a direitos trabalhistas, os feriados e a expectativa de carreira profissional. Portanto, esse fenômeno se concretizou na insegurança e vulnerabilidade legal, enfraquecendo os sindicatos. Para melhor ilustrar, dentre outras modalidades contratuais, Ramalho especifica que houve uma “redução do emprego formal, principalmente nas grandes empresas; cresceu o uso da subcontratação/terceirização, do trabalho informal, do trabalho por conta própria e do trabalho em domicílio, com um incremento da participação das mulheres.” (RAMALHO, 2018, p. 196). Cabe, portanto, entender as implicações desse contexto de relações flexíveis e desvalorizadas.

Para Ricardo Antunes, essas flexibilidade não é neutra, não é uma simples reorganização, há um aspecto urgente nela:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", que joga fora tudo que serviu como "embalagem" para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2002, p. 231).

No ver de Antunes, a reestruturação produtiva é uma irracionalidade econômica e uma violência contra a existência humana, que se torna ainda mais descartável. O ser humano, sob esse modelo de gestão do trabalho, é excluído da sociedade, é (des)socializado. Podemos falar de uma ascensão neoliberal, de uma hegemonia, pois, conforme este autor, as esquerdas se social-democratizaram, tornaram-se menos combativas, ao mesmo tempo que os países assumiram o ideário do Neoliberalismo. Em compasso com essas transformações econômicas e políticas desenvolve-se uma ideologia:

Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital com o Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2002, p. 235).

Portanto, há a ascensão de um ideário e um programa neoliberais que atuam sobre os governos capitalistas. Antunes é muito feliz ao listar essas medidas características do neoliberalismo. Para nós é especialmente interessante destacar o enxugamento do Estado, também conhecido como austeridade fiscal, e a própria reestruturação produtiva, valorizando a flexibilidade das relações de trabalho. Esse é o conteúdo que damos ao termo neoliberalismo em nossa pesquisa, o elogio da austeridade com o erário público e da flexibilidade nas relações trabalhistas, com prejuízos aos setores mais dependentes da sociedade capitalista.

Armando Boito Jr. fornece elementos que ajudam a entender o funcionamento prático desse ideário para não simplificarmos nem as burguesias, nem a aplicação do neoliberalismo. Em primeiro lugar, convém entendermos que a elite não forma um bloco homogêneo, na verdade, há frações de classe, há segmentos nessa abstração chamada de burguesia. Existem setores de elite mais ligados ao capital industrial, outros mais atrelados ao capital bancário, existe o grande capital, o médio capital, capital internacional imperialista, capital ligado ao mercado interno e etc. (BOITO JR, 2019, p. 17). Por isso, existem partidos diferentes representando as burguesias, correntes de opinião disputando a gestão do Estado. A depender da correlação de forças políticas, o interesse de uma dessas frações se sobressai perante as demais. Esse autor elabora ainda um esquema explicativo em que diferencia as políticas

neoliberais em três círculos concêntricos. Nos círculos mais externos, está a redução dos custos salariais e dos direitos sociais (atendendo todas as burguesias). No círculo mediano, estão as políticas de privatização (atendendo a grande burguesia nacional privilegiada pelo Estado). No círculo mais interno está a abertura comercial e financeira (apenas o setor bancário e imperialista é atendido). Como podemos ver, esse tipo de opção ou tomada de partido é algo ligado à dependência de cada tipo de burguesia, suas alianças e o contexto econômico em que se encontra (BOITO JR, 2019, p. 19-20).

Considerando essa interpretação sobre o neoliberalismo, seu repertório de políticas e a dinâmica pela qual são decididas suas táticas, podemos aprofundar nosso entendimento nos reflexos concretos que esse ideário tem sobre o professorado. Dalila Oliveira situa o trabalho docente nesse contexto da reestruturação produtiva, compreendendo seus efeitos na escola, pois “na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1129). Nesse sentido, a noção de flexibilidade é traduzida no âmbito escolar como descaracterização da profissão, isto é, desprofissionalização, por exemplo, mediante o desempenho de funções que escapam à sua alçada (OLIVEIRA, 2004, p. 1132). Junto disso, temos o aumento de contratos temporários, a ponto de se ter uma quantidade de contratados próxima a de efetivos concursados, o arrocho salarial, casos de ausência de planos de carreira e perdas de garantias trabalhistas e previdenciárias (OLIVEIRA, 2004, p. 1140). Dessa forma, a autora entende as categorias de flexibilização e de precarização no esforço docente com graves implicações na qualidade do trabalho e da valorização desse ramo de trabalho.

Com isso em mente, Oliveira (2016, p. 64) sugere um tripé da precarização: salários, jornadas e contratos, os quais, nessa ordem, tornam-se empobrecimento, sobrecarga e instabilidade. Considerando a conjuntura neoliberal em que nos encontramos, a autora elenca ainda as condições laborais críticas marcadas pelo número excessivo de alunos, a cultura avaliacionista meritocrática e o contexto de violência nas escolas. Nessa instituição, o professorado resta como último representante do funcionalismo público, pois as demais funções como limpeza e segurança passam a ser privatizadas. Com relação aos salários, a autora afirma que o processo de arrocho salarial inicia na década de 1970 e é acirrado ao longo da década de 1990 (OLIVEIRA, 2016, p. 67). Em São Paulo, a autora destaca que os anos noventa são marcados pela ascensão do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) e conseqüente gestão ligada ao modelo neoliberal.

Houve um importante movimento pela educação durante a Assembléia Constituinte o que nos forneceu uma Carta Magna marcadamente cidadã. Considerando as conquistas da sociedade civil, merece nota que “em 1995, no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, o pacto é abandonado, pois o novo governo não sustentou os compromissos assumidos anteriormente” (BARBOSA, 2011, p. 61). Dessa forma, a legislação adotava um tom de omissão quanto à definição do piso salarial profissional e às condições adequadas de trabalho e planejamento. Nesse sentido, Andreza Barbosa, ao comparar o Brasil no ano de 2005 com outros países, encontra o seguinte: tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o Estado brasileiro investiu pouco em Educação. Apenas como comparação, podemos destacar que os Estados Unidos da América investiram 5,9% de sua Carga Tributária Bruta, ao passo que o Brasil apenas 4,1%. Esses dados ficam mais dramáticos quando consideramos que a renda per capita norteamericana é de 45 mil dólares e a brasileira era de aproximadamente 7 mil dólares. Além disso, no recorte cronológico destacado pela autora, a população estudantil brasileira é maior que a estadunidense. Mesmo entre países latinoamericanos, Barbosa utilizando dados do Banco Mundial, reafirma como, neste ranking, o Brasil é o penúltimo em escalas com diferentes análises, superando apenas a Nicarágua. A remuneração dos professores é muito menor do que a de outras profissões igualmente qualificadas nessas nações (BARBOSA, 2011, p. 83).

Há ainda as variações regionais no Brasil que podem ser exploradas com dados do INEP (BARBOSA, 2011, p. 91). Tomemos por referência o salário mínimo em 2001 como sendo R\$ 180,00, segundo o DIEESE¹⁴. Nesse mesmo ano, a média salarial das professoras de educação infantil no país todo era de R\$ 422,78, sendo que no Nordeste esse valor chegava a R\$ 232,79. Se esse dado pode parecer animador, considere que um policial ganhava em média R\$ 1.510,64 em nível nacional e, no Nordeste, esse valor cai para R\$ 1.320,40. É verdade que o professorado recebia acima do salário mínimo, porém temos que considerar o seguinte:

Ora, ainda que a renda familiar dos professores seja superior à média da população brasileira, o dado de que mais da metade dos trabalhadores brasileiros recebe menos que dois salários mínimos é alarmante, pois se trata de muitas pessoas que ganham muito pouco. Assim, não significa muito para o professor (de quem ainda se exige formação em nível superior) ganhar mais do que aqueles que ganham tão pouco. (BARBOSA, 2011, p. 92).

Ou seja, não se trata de denunciar apenas o descaso com a educação, nossa crítica deve se dar num quadro mais geral da precarização do trabalho. Em certa medida, está sendo este o

¹⁴ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2001> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

nosso esforço, haja vista que, na presente contextualização histórica, estão articuladas às mudanças gerais no mundo do trabalho com as específicas no campo da educação pública.

Nesse sentido, a crítica pode se dar por meio das polêmicas acadêmicas, e Barbosa participa de uma dessas querelas. Quando confrontados com dados como vistos acima, alguns economistas brasileiros, em meio a malabarismos metodológicos, possivelmente mal intencionados, acusam as vantagens do magistério como uma compensação suficiente (BARBOSA, 2011, p. 73-76). Dentre essas vantagens, elencam ser uma profissão para pessoas de baixa competência, com direito à estabilidade, um período de férias mais longo e uma aposentadoria antecipada. Tais privilégios do serviço professoral são contra-argumentados e relativizados, respectivamente, se considerarmos que, dentro de suas limitações:

- O professorado demonstra competência, qualificação acadêmica e aceita sobrecarga de trabalho em escolas e funções extraclasse;
- A estabilidade no período registrado dizia respeito a cerca de 80% da categoria, mostrando tendência de elevação na média de professores temporários, a qual se verificou.
- As férias pouco mais longas se devem ao desgaste da rotina, uma válvula de escape.
- A aposentadoria antecipada, além de beneficiar apenas funcionários públicos na prática, são uma promessa futura que não resolve a precarização, além do que é uma forma de reconhecer o desgaste acumulado física e mentalmente pelas condições de trabalho.

Considerando isso, é legítimo afirmar que as estratégias de compensação para o professorado são pouco mais que exigências do ofício. Além disso, entendemos que a obra e argumentação de Andreza Barbosa são fundamentais para explicar a primeira década dos anos 2000, no tocante à precarização do trabalho docente no Brasil, produzindo argumentos e organizando dados de forma muito prática.

Ainda sobre esse contexto, Rodrigues (2017) destaca o papel retórico da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹⁵ como o grande pretexto para as políticas de ajuste neoliberal, “servindo de base legal para todo tipo de privatização, terceirização e diminuição e racionalização dos gastos públicos principalmente nas áreas sociais” (RODRIGUES, 2017, p. 63). É parte do argumento, portanto, que o uso do aparato legal confere legitimidade à violência, a precarização passa a ser naturalizada, já que está escrita de forma “irrevogável” na legislação.

¹⁵ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20101-2000?OpenDocument Acesso em 11 de janeiro de 2023.

Para finalizar a reflexão sobre a ascensão do neoliberalismo sobre a educação, chama atenção que esse quadro persiste, mesmo com as expectativas na ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT). A chegada do PT ao poder pode ser interpretada como um racha entre as frações de classe de elite. Para Boito Jr. (2002), esse fenômeno pode ser entendido¹⁶ por meio da distinção entre um segmento burguês ligado ao mercado externo e especulativo (capital bancário), e outra seção relacionada com o mercado interno e produtivo (capital industrial). As promessas do Partido dos Trabalhadores voltadas ao setor produtivo interno promoveu um racha nas frações de elite, assim, o neodesenvolvimentismo petista promoveu, dentre outras coisas, a política dos campeões nacionais (BOITO JR., 2018, p. 237), bem como uma nova onda de substituição de importações e um importante pacto social, moderando as lutas sociais.

Para Miguel (2018, p. 24), as políticas petistas tiveram impacto na vida das camadas mais vulneráveis, reduzindo o desemprego, garantindo direitos às trabalhadoras domésticas, logo escasseando a mão de obra por preços baixíssimos que beneficiava a classe média. Projetos como Bolsa Família oportunizam uma pequena condição mais favorável para negociação das condições de trabalho, permitindo inclusive migrar de um ramo de trabalho para outro. Essa melhora se deu ainda nos níveis superiores de ensino, com a criação de reservas de vagas, expansão das universidades federais e crédito para faculdades privadas, tornando o diploma um elemento menos exclusivo da classe média. Isso provocou uma sensação de perda da posição relativa na hierarquia social, algo importante aos setores médios, o que contribuiu para as revoltas que se seguiram.

Para Rodrigues (2017, p. 68-69), o governo petista deu continuidade às políticas macroeconômicas e educacionais de cunho neoliberal, beneficiando os grandes capitalistas e os setores mais pauperizados da sociedade, relegando os setores médios, grupo no qual se encontra o magistério. Importa lembrar, porém, que a gestão das redes estaduais de ensino depende de governadores, não apenas da União, e esse fato nos exigirá a destinação de um capítulo apenas sobre o Rio Grande do Sul.

Apesar da percepção de Miguel e Rodrigues, Ramalho traz outra perspectiva, pois as gestões trabalhistas promoveram “a elevação da renda e, com maior poder de compra, a sustentação de um mercado interno aquecido na geração de emprego em proporção maior que o crescimento da População Economicamente Ativa” (RAMALHO, 2018, p. 203-204). Portanto, o aumento do trabalho formal, do salário mínimo e dos salários em geral impactaram positivamente a vida do professorado e o poder de barganha dos sindicatos, ainda

¹⁶ Essa ideia é desenvolvida mais profundamente em Boito Jr (2018, p. 227) em que “diferentes sistemas de fracionamento se entrecruzam” superando um esquema dicotômico simplificado.

que de forma insuficiente para conter as gestões estaduais neoliberais. Em 2007, foi regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o qual defendia a aplicação de um Piso Salarial Nacional, muito discutido pelos governos estaduais (OLIVEIRA, 2016). Sob esse ponto de vista, os governos petistas não mereceram um subcapítulo em separado do tema da ascensão do neoliberalismo, pois estão inseridos no contexto de hegemonia neoliberal, ainda que reconhecida sua importância histórica. Ainda, segundo Trein e Farenzena, “o piso salarial profissional estabelecido pelo inciso III do artigo 67 da LDB, assim como pela Constituição de 1988, não inclui o termo ‘nacional’, deixando margem para que sua definição seja incumbência de cada rede de ensino.” (TREIN & FARENZENA, 2022, p. 6).

Nesse sentido, há uma ambiguidade a ser considerada, pois é um governo progressista que promoveu melhora nas condições de vida e consumo de grande parte da população, ao mesmo tempo em que direcionou dinheiro das políticas sociais para grandes empresas:

Logo, apresenta-se uma forma mais complexa de diluição das barreiras público privado, em que na aparência muitas vezes se mostra como avanços na garantia de direitos essenciais mas que de fundo vão se caracterizando com a conformação de um estado minimalista, que alterna grandes repasses dos fundos públicos aos setores privados e algumas políticas assistenciais, não-universais por sua vez também articuladas a formas mercantis de assegurar pequenas garantias aos setores mais empobrecidos. (ROQUE; SOUZA, 2016, s.p.).

Assim, a assistência social tornou-se um grande negócio, ao passo que também incluiu no consumo uma população historicamente excluída. Esse cenário sócio-econômico vai ter reflexos na situação trabalhista, na correlação de forças. Isso vai nos ajudar a entender as ameaças de perda de direitos e o enfraquecimento das instituições democráticas do país.

2.3 ONDA CONSERVADORA E PANORAMA RECENTE

Sobre as direitas políticas, Casimiro aponta uma evolução histórica, “a partir dos anos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se a paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo, com uma forte pauta moralista.” (CASIMIRO, 2018, p. 45). Assim, vai se dando uma transformação na atmosfera política brasileira. Boito Jr. (2018) entende que, passado o período de grande crescimento econômico, já na década de 2010, uma crise se instaurou como resultado da ofensiva restauradora do capital internacional, assim “segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o outro lado do campo neoliberal ortodoxo.” (CASIMIRO, 2018, p. 213). Em vista disso, com o golpe

parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, ascenderam na imagem pública os segmentos militares pretensamente apertados, bem como a ala direitista da classe média, tidos como o verdadeiro povo (SOUZA, 2016). Essa nova estética de classe média moralista e conservadora foi fortemente influenciada pelas táticas da grande mídia, como o bombardeio de denúncias de corrupção e os “vazamentos seletivos” de informação jurídico-policia, num processo de personalização da corrupção.

Dessa forma, foi criado um campo político, sob uma grande narrativa de contra o PT. Os “antipetistas, defendem que o Partido dos Trabalhadores tomou o poder de Estado para seus interesses particulares e, com a ajuda dos movimentos sociais (que ele supostamente controla), manteve-se no poder até o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff,” (RIBEIRO, 2018, p. 85). Com importante mobilização nas redes sociais, amplos segmentos que se identificavam como anticorrupção, partidos de oposição, liberais, apoiadores da Polícia Militar, patriotas e conservadores tornam-se uma força política importante.

Com força renovada, temos a continuidade do ajuste neoliberal, merece nota o respeito à artificialidade¹⁷ do teto de gastos, emenda que limita os exercícios financeiros da União para as despesas primárias com base no valor do exercício anterior, apenas corrigido por um indicador de inflação¹⁸, na nossa visão, isso implica em grande medida o empobrecimento do setor educacional já precarizado frente a uma população crescente. Sem o projeto neodesenvolvimentista do PT, as elites dominantes buscam aprofundar a reinserção do Brasil “no cenário de economia mundial de maneira ainda mais subordinada” (ROQUE; SOUZA, 2016, s.p.), assim não precisando do desenvolvimento de mão de obra para uma economia autônoma, convindo explorar uma população sem formação, nem direitos democráticos ou trabalhistas, num projeto de país dependente.

Dilma Rousseff (PT) foi eleita democraticamente; Michel Temer (PMDB) tornou-se Presidente por meio de um golpe parlamentar, ou seja, seu programa de governo sequer foi aprovado pela população:

O Governo Temer é a tomada do Poder Executivo pelo Poder Legislativo e nasceu de um processo de impeachment cuja peça central foi o presidente da Câmara dos Deputados (preso desde outubro de 2016); o próprio Temer foi duas vezes presidente da Câmara dos Deputados, e todos os principais ministros por ele escolhidos têm a característica de serem políticos exímios conhecedores do funcionamento do Congresso. (DI BENEDETTO, 2017, p. 565).

¹⁷ O que retoma a argumentação de Rodrigues (2017) acerca do poder retórico do aparato jurídico sobre a legitimação da violência quando cometida por meios legais.

¹⁸ BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em 06 de fevereiro de 2022.

A organização desse golpe legislativo passou por um grande acordo nacional, “com o Supremo, com tudo”¹⁹. Esse governo golpista elabora uma sequência de reformas de cunho neoliberal aprovadas com urgência:

O tempo recorde em que a reforma trabalhista foi aprovada se justificou com o argumento de que os índices de desemprego se deveriam, em grande parte, à rigidez da legislação trabalhista, sendo a reforma legislativa considerada a mais urgente e necessária para a reversão do quadro econômico recessivo. Assim, a reforma trabalhista resolveria o grave problema do desemprego e incentivaria a retomada da economia nacional. (CARVALHO, 2018, p. 12).

Havia uma retórica de salvamento da economia para o bem estar da população trabalhadora desempregada. Na perspectiva neoliberal, a segurança dos direitos trabalhistas é um obstáculo a ser retirado, um entrave ao desenvolvimento econômico. Então, precisamos entender a amplitude dessa reforma trabalhista:

1) Acordos coletivos: o negociado prevalece sobre o legislado mesmo que menos benéfico para o trabalhador. Eles versam sobre temas como jornada de trabalho (podendo alcançar até 12 horas), plano de carreira, licença maternidade. 2) Jornada parcial: podem ser de até 30 horas semanais (antes apenas 25 horas) sem hora extra, ou de até 26 horas semanais com acréscimo de até seis horas extras. 3) Férias: podem ser parceladas em até três vezes (não inferior a cinco dias com uma delas sendo obrigatoriamente maior do que 14 dias). 4) Grávidas e lactantes: Podem trabalhar agora em locais insalubres, sendo afastadas somente a pedido médico. 5) Contribuição sindical: passa a não ser mais obrigatória. 6) Autônomos: as empresas podem contratar autônomos, ainda que se verifique uma relação de exclusividade, sem significar vínculo empregatício. 7) Trabalho em domicílio: não há controle de jornada e a remuneração é feita por tarefa. 8) Trabalho intermitente: contratos em que o trabalho não é contínuo passam a ser permitidos, sendo que a convocação do empregado pelo empregador deve ocorrer com três dias de antecedência e sua remuneração é feita por hora não inferior ao valor hora referente ao salário mínimo. 9) Almoço: o tempo de almoço (antes, definido em uma hora) passa a ser objeto de negociação entre empregador e empregado. 10) Ações na Justiça: se o trabalhador perder ações na Justiça do Trabalho ele deverá arcar com custos processuais e honorários do advogado do empregador. (ARAÚJO & TROVÃO, 2018, p. 35).

Essa é uma ampla reorganização jurídica de vários elementos ligados à qualidade do emprego. Assim, o que mais chama atenção é que, ao invés de defender o povo que trabalha, a “Reforma Trabalhista proporciona proteção institucional às formas precárias, inseguras e flexíveis de ocupação.” (LÚCIO, 2018, p. 7) Trazendo uma série nova de nomenclaturas, as quais são usadas pelo patronato que na prática não precisa mais contratar, estabelecer uma relação de trabalho formalizada juridicamente, basta negociar o preço dos serviços prestados, mesmo que seja por tempo prolongado e com exclusividade. Dentre essas formas de contratação precária, emerge a terceirização:

¹⁹ MOROTYN, Paulo. "Com Supremo, com tudo": relembre papel do STF na queda de Dilma após "confissão" de Barroso. **Brasil de Fato**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildfato.com.br/2022/02/03/com-supremo-com-tudo-relembre-papel-do-stf-na-queda-de-dilma-apos-confissao-de-barroso> Acesso em 29 de janeiro de 2024.

Contudo, a reforma trabalhista ampliou este conceito ao permitir a terceirização inclusive das chamadas atividades fins, ou atividades relacionadas diretamente ao objeto social da empresa. E ainda, possibilitou-se a chamada “quarteirização”, figura em que a empresa prestadora de serviços subcontrata outras para prestarem serviços à tomadora. (LUCIO, 2018, 17).

Esses malabarismos, na prática, são o fim da proteção trabalhista, da segurança contratual para a camada trabalhadora. Essas transformações nas formas de contratação se justificam na retórica neoliberal como uma forma de gerar novos empregos, algo muito esperado pela população, mas seus impactos não permitem reconhecer nela uma saída para a crise:

De modo geral, a Reforma Trabalhista parece ter aprofundado uma tendência de substituição de empregos de maior rendimento por empregos de baixa remuneração. Após sua implementação, o que se percebe é um acirramento da trajetória negativa de destruição de postos de trabalho nas faixas medianas de rendimento e uma elevação da criação de postos de trabalho de baixa renda, indicando um efeito de substituição perverso em termos de perfil do emprego gerado. (TROVÃO E ARAÚJO, 2018, p. 41-42).

Este é apenas um esboço da Reforma Trabalhista de Michel Temer, destacando elementos emblemáticos que vão dar o cenário onde o professorado se insere, determinando expectativas e apreensões. Considerando esses elementos acima, o fim da segurança contratual para a camada trabalhadora e o autoritarismo parlamentar com que foram aprovadas as reformas podemos chamá-la de ofensiva de classe, nas palavras de Bernardes:

A partir disso podemos entender a precarização do trabalho como uma ofensiva de classe que, amparada por ideologias hegemônicas, degradam e reduzem as condições de trabalho a partir da flexibilização dos direitos trabalhistas e das formas de contrato, com destaque para a informalidade e a subcontratação do emprego. (BERNARDES, 2018, p. 27).

Sendo assim, é válido compreender a reforma como uma ofensiva de classe, os partidos da burguesia mostraram interesse na execução aligeirada dessa piora geral nas condições de trabalho.

Ao lado do liberalismo, desenvolveu-se uma atmosfera de paranoia contra a “ditadura comunista gay” (MIGUEL, 2018, p. 22), favorecendo a criação de uma aliança:

No Brasil, a aliança entre o ultraliberalismo e o ultrarreacionarismo conquistou hegemonia política em 2016. Sob Temer, o ultraliberalismo teve precedência. Sob Bolsonaro, ocorre o inverso. A coalizão não é pacífica, e embora seja marcada por idas e vindas e acusações mútuas, ela não deixa de cumprir com o principal: enfraquecer as instituições, frear a democratização da sociedade brasileira e desconstruir o que se avançou em direção ao Estado de bem-estar social projetado pela Constituição Federal de 1988.” (CARA, 2019, p. 27-28).

Essa é uma interpretação muito plausível do cenário contemporâneo mais recente, marcado pela ascensão do controle conservador e dos cortes de gastos públicos, cada qual simbolizado por um personagem emblemático. Silvio Luiz de Almeida elabora uma reflexão capaz de conectar a ascensão conservadora com o ímpeto neoliberal de destruição de direitos:

Eis a virada hegemônica neoconservadora. O discurso neoliberal clássico, baseado no universalismo e no multiculturalismo, não é capaz de amparar enquanto ideologia a necessidade de uma prática política brutal de extermínio e de rebaixamento das condições de vida. Só pessoas capazes de articular um discurso de violência contra minorias, de intolerância e de hiperindividualismo podem dar conta de justificar o estágio atual da economia capitalista, e eles o fazem justamente invocando o direito e com o apoio das instituições de repressão do Estado. (ALMEIDA, 2018, p. 32).

Almeida nos ajuda a delinear o movimento de aumento da agressividade no meio político, cujo símbolo foi Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), responsável por algumas políticas de extermínio. Essa violência se manifestou no descaso com a pandemia de COVID-19²⁰ e na negligência com populações indígenas²¹. O movimento em torno dessa personalidade e autoritarismo pode ser descrito como bolsonarismo:

O Bolsonarismo é uma corrente política que tem sustentáculos no governo e na sociedade. Triste reconhecer que esse fenômeno existe, que o Bolsonarismo é um jeito de fazer política, um jeito autoritário, que faz opção pela propaganda enganosa através das fake news – as investigações da polícia federal comprovam isso –, que sustenta um sistema de corrupção pautado nas ações de milicianos e deputados ávidos por “rachadinha”, que opta pela agressão aos poderes – legislativo, judiciário –, não reconhecendo a necessidade do diálogo, que não respeita a dignidade dos seres humanos. (SILVA, 2020, p. 1480).

Assim, a ofensiva de classe no Brasil não se deu só pelo âmbito jurídico parlamentar, foi um movimento que deu o tom fascista do cenário político no final da década. Junto disso, no que se refere ao controle reacionário, temos o paradigmático movimento “Escola Sem Partido” organizado contra a suposta doutrinação de esquerda, em favor dos valores da família tradicional. Com isso, os grupos conservadores buscaram esvaziar a importância política e cultural do professorado, pois “para o movimento, os professores não são educadores, mas burocratas que devem apenas transmitir conteúdos definidos por lei, sem

²⁰ OLIVEIRA, Cida de. Os sete erros de Bolsonaro que permitiram 75% das 690 mil mortes por covid no Brasil. **RBA**. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil/> Acesso em 30 de janeiro de 2024.

²¹ ABDALA, Vitor. Novo genocídio yanomami deve ter punição, diz procurador de Haximu. **Agência Brasil**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/novo-genocidio-yanomami-deve-ter-punicao-diz-procurador-de-haximu> Acesso em 30 de janeiro de 2024.

mobilizar valores e sem falar da realidade na qual a escola está inserida.” (PENNA, 2018, p. 110). Essas táticas se articulam sob a ideia da “ideologização”, suposta culpa de tudo de ruim nas escolas. “De quebra, serve para justificar o corte nas verbas para a educação pública, sob o pretexto de que os baixos índices alcançados pelas escolas nos rankings seriam fruto de uma suposta degradação ideológica do ambiente escolar.” (LINARES & BEZERRA, 2019, p. 129). Essas práticas revelam a colaboração entre o ímpeto conservador e o neoliberalismo, causando ainda mais desprofissionalização e perda de autonomia docente.

Nesse contexto de intensa flexibilização, isto é, fragilização dos direitos, o governo golpista promoveu uma importante alteração com o Novo Ensino Médio (NEM). Nessa mudança, o NEM promete flexibilizar os currículos, mas isso tem implicações:

A supressão dos componentes curriculares clássicos escancara a intenção; formar mão de obra barata para o mercado de trabalho. Enquanto ao aluno da rede estadual cabe o básico, a rede privada mantém o currículo integral, aprofundando o apartheid educacional e erguendo novas barreiras para que os filhos da escola pública acessem a Universidade. Além de precarizar a oferta ao alunado, abrem-se as portas para a precarização docente. A redução da carga horária em diversas disciplinas afetará diretamente milhares de professores(as), achatando salários e reduzindo o número de quadros. (CPERS/SINDICATO, 2021, p. 3).

Então, é válido inferir que o NEM permite a redução do quadro funcional, portanto aumentando o desemprego e acirrando a competição pelos poucos cargos disponíveis. Com essa alteração o avanço conservador na cultura mostra seus reflexos no ensino, ameaçando a formação crítica das camadas populares, necessária para o desempenho da cidadania.

Neste contexto, marcado pelo controle moralista e misologia, emergem modalidades profissionais ainda mais flexíveis. Silva (2019) e Silva & Motta (2019) tratam da terceirização, pejotização e uberização. Terceirizar, resumidamente, consiste numa forma de contratação indireta, reduzindo ainda mais o poder de barganha do funcionário. Pejotização é a estratégia em que as pessoas físicas tornam-se pessoas jurídicas, como se fossem pequenos empreendedores individuais, isso garante que a relação de trabalho não seja caracterizada legalmente nos termos dos direitos trabalhistas. Uberização se dá quando o trabalhador passa a ser apenas um prestador de serviços autônomo, responsável por parte das ferramentas de trabalho. Projetos estatais se apropriam dessas formas abstratas de esquivar a legislação laboral para precarizar ainda mais o esforço docente. Por exemplo, um prefeito propôs um Uber da Educação em que professores disponíveis seriam notificados de última hora para substituir, sem direitos trabalhistas, docentes estatutários (SILVA, 2019). Outro exemplo, a proposta de um leilão para ver qual professor aceita trabalhar por um menor valor, mas para

isso precisaria ser contratado como se fosse um empreendedor individual (SILVA & MOTTA, 2019). Tais propostas foram barradas, mas apontam para um horizonte ameaçador.

Ainda mais se considerarmos que esse cenário foi agravado pela crise sanitária da doença COVID-19 em 2020 e 2021. No período de ensino remoto ou híbrido, podemos considerar, em certa grau, que o professorado foi responsabilizado por adquirir equipamentos informáticos adequados, ou seja, o profissional precisou gastar para poder trabalhar (SANTOS ET. AL., 2021). Dessa forma, a pandemia iniciada em 2020 foi um momento em que o professorado teve seu trabalho precarizado e intensificado.

Com essas considerações encerramos o capítulo destinado à escala nacional. São afirmações pontuais que não dão conta dos diversos períodos em suas distintas dimensões, entretanto sugerem amplos enfoques sobre a temática do trabalho docente, percebidos em obras escritas entre 1991 até 2021. São pontos emblemáticos da evolução do trabalho no Brasil, especialmente da profissão docente. O balanço teórico desse conjunto de obras exigiu o diálogo com interpretações historiográficas e sociológicas do Brasil contemporâneo.

Nesse quadro histórico, inserimos nosso problema de pesquisa: como o professorado de História interpreta e sofre a precarização do trabalho docente decorrente da política salarial iniciada em 2015 na rede estadual do Rio Grande do Sul? No próximo capítulo, será apresentado o panorama histórico sul-rio-grandense, com enfoque nos governos responsáveis pela política salarial de congelamento e parcelamento. Por fim, realizados os estudos sobre a precarização docente no Brasil e no Rio Grande do Sul, poderemos nos concentrar, num outro capítulo, em levantar memórias e interpretações junto ao professorado estadual.

3 EVOLUÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO GAÚCHO

Considerando a trajetória e o panorama contemporâneo nacional esboçados no primeiro capítulo, cabe, num esforço de aproximação do âmbito regional, conhecermos o contexto em que se deu o parcelamento dos salários ocorrido entre 2015 e 2021. Sendo assim, em relação ao primeiro capítulo, o segundo apresenta uma mudança de escala, mas também de enfoque, pois, enquanto o primeiro trata da precarização do trabalho docente no Brasil, relacionando com o quadro geral do trabalho, a presente seção busca entender o percurso sul-rio-grandense, bem como caracterizar o professorado estadual gaúcho. Nessa parte do texto, precisamos compreender a trajetória da educação pública estadual e sua relação com as gestões governamentais e, em seguida, entender o pagamento parcelado dos salários do funcionalismo do poder Executivo estadual. Assim, este capítulo serve para contextualizar o assunto abordado nas memórias provocadas durante as entrevistas de História Oral, bem como fundamentar análises, provocar hipóteses e estabelecer um possível cruzamento de fontes.

Para fundamentar este capítulo lançamos mão de publicações do CPERS/Sindicato e de algumas notícias publicadas online por jornais de alcance regional e outros considerados veículos de mídia independente. Ademais, respaldamos muitas informações com base em Leis e documentos legislativos disponíveis para acesso online. Num aspecto mais geral, a bibliografia consultada é crítica, denunciando o projeto neoliberal mais recente, bem como o conservadorismo capitalista dos republicanos gaúchos desde a primeira república até a ditadura. A literatura acadêmica com a qual dialogamos pode ser classificada como pertencente à História da Educação, História e Economia.

Ao longo deste capítulo, apresentaremos a evolução da educação pública no estado do Rio Grande do Sul, desde os interesses dos republicanos positivistas em sua difusão, passando pelo trabalhismo, ditadura civil-militar e neoliberalismo. A seguir está destacado o impacto crescente do ideal de austeridade na relação entre governo do estado e funcionalismo público. Assim, reforçamos a ligação de certas gestões com o neoliberalismo a nível nacional, manifestada em acordos entre o Ente da Federação e a Presidência da União, exigindo ajuste fiscal e legitimando a precarização do trabalho gaúcho. Nesse contexto, precisamos estudar o desenvolvimento da dívida pública gaúcha, e a crítica da dívida como forma de transferência de recursos públicos para uma burguesia financeira rentista. Essa discussão dá perspectiva à ampla ofensiva de classe lançada pelo governo do estado contra o funcionalismo público.

Em face disso, emergem as lutas do sindicalismo do Magistério gaúcho, com destaque ao CPERS/Sindicato. As lutas históricas deste sindicato atualizam a identidade do professor

enquanto trabalhador proletarizado com histórica atitude combativa e com uma retórica própria à organização de classe média sindicalizada.

Neste capítulo, abordaremos privilegiadamente as políticas e reformas que mais afetam o funcionalismo. Logo, destacamos o parcelamento do salário dos profissionais ligados ao Poder Executivo, pois é o fenômeno mais emblemático do período recente. Junto disso, pensaremos a concentração dos danos sendo causados no quadro de servidores do Executivo, não nos outros poderes, bem como a opção do governo por deixar os funcionários públicos tomarem emprestado seus salários, ao invés dessa instituição mantenedora contrair dívidas para pagar em dia o salário. Não é interesse da nossa pesquisa fingir normalidade frente às escolhas políticas da gestão Sartori e Leite, nem respaldar medidas neoliberais que privilegiam empresas ao invés de fortalecer o serviço de atendimento à camada trabalhadora.

Para dar materialidade à reflexão, buscamos dados junto ao Ideb, CPERS/Sindicato e jornais locais online, bem como na bibliografia destacando informações salariais. Com isso, podemos elaborar a trajetória recente dos salários, considerando o Piso Nacional, as transformações na Carreira do Magistério e o índice de esforço docente. Inclusive, ressaltamos as alterações de abril de 2023, contexto em que ocorre a investigação, essa atualidade se impõe nas entrevistas de História Oral. “A memória atualiza o tempo passado e dá significado no presente.” (OZORIO, 2015, p. 42). Seria um anacronismo antiprodutivo solicitar que o professorado pense a partir de um recorte temporal arbitrário, pedindo que ignorasse os últimos reveses das políticas salariais estaduais. Assim, é útil à investigação que levantemos subsídios para a análise das fontes orais, dialogando com seu presente imediato.

Junto disso, buscamos destacar o quadro de contratados temporários que substituem o funcionalismo de carreira concursado dentro do projeto neoliberal, considerando as consequências e características desse modelo de trabalho. Aliás, cabe uma reflexão sobre o interesse dos governos pautados pela austeridade no contrato temporário, a ponto de relegar o funcionalismo estável a uma crise nas finanças domésticas, causando grande evasão da carreira do Magistério, logo reduzindo os valores empenhados pelo Estado gaúcho.

A seguir, o capítulo segue duas seções, sendo a primeira preocupada com a evolução histórica do Estado republicano gaúcho, as ideologias governantes e suas relações com o quadro de servidores públicos. Nesse primeiro momento serão apresentados o CPERS/Sindicato e o professorado gaúcho. A segunda seção trata do contexto de ofensiva neoliberal iniciado com Ivo Sartori e continuado por Eduardo Leite, momento no qual discutiremos a amplitude da precarização, suas formas, estratégias e possíveis explicações.

3.1. ESTADO, FUNCIONALISMO E EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Num primeiro momento, convém observarmos o desenvolvimento desse setor público no território sul-rio-grandense até contextualizarmos o quadro contemporâneo iniciando na República em 1889 e finalizando com a eleição de Ivo Sartori. Portanto, a seguir abordaremos a história do Rio Grande do Sul no século XX para podermos estranhar a escola estadual, sua finalidade e o respectivo quadro de servidores. Assim, podemos caracterizar o professorado e sua posição na sociedade de classes até como se encontra esse sujeito nos idos de 2015, início do parcelamento, e início de 2023, período das entrevistas de história oral. Desse esforço saem subsídios para analisar as respostas dos docentes participantes.

O Professorado configura uma categoria profissional, portanto possui uma função numa determinada sociedade, bem como formas históricas de trabalho peculiares a cada contexto. No caso dos professores sul-rio-grandenses, essa historicidade remete à Primeira República (1889-1930), nas palavras de Sandra Pesavento tratava-se de um estado periférico atendendo demandas agropecuárias nacionais, especialmente dos centros econômicos do Sudeste (PESAVENTO, 1979, p.194). Entretanto, não limitava-se a isso sua economia, pois esse ente da Federação passava também pela difusão das relações assalariadas de produção²², ampliação do mercado interno, surgimento de uma classe média, dinamização da logística e ampliação do setor terciário (PESAVENTO, 1979, p. 194). Essa diversificação de demandas urbanas e necessidades competitivas agropecuárias fortaleceu uma organização promotora da modernização econômica, social e política deste território, o Partido Republicano Riograndense (PRR). Tal partido defendia o positivismo o qual era traduzido, dentro do liberalismo econômico, por um “Estado que promove e canaliza a iniciativa privada, intervindo na economia”, assim, “tem-se montado um esquema paternalista e intervencionista, onde o governo é o centro máximo das decisões fundamentais.” (PESAVENTO, 1979, p. 210). Assim, esse Estado providencial estava embasado numa visão harmônica da sociedade, em que a burguesia empreendedora e o trabalhador ordeiro fazem cada um sua parte para o progresso, ao passo que o governo estimula a indústria, fornece infraestrutura ao capitalismo e projeta a comercialização dos produtos locais em mercados extra-regionais (PESAVENTO, 1979, p. 261).

²² Importante destacar, por seu impacto social, o processo escravista gaúcho. “A fórmula escolhida de abolição da escravidão no Rio Grande - abolição mediante a cláusula de prestação de serviços - nada mais fez do que prolongar, de fato, uma instituição já condenada, retardando, com isso, a implantação de relações assalariadas de produção na atividade charqueadora.” (PESAVENTO, 1979, p. 200).

Nesse momento, a indústria nacional desenvolvia-se em compartimentos regionais, com manufaturas que podiam atender locais menos acessíveis às empresas mais competitivas dos principais centros. No Rio Grande do Sul, devemos destacar a influência da imigração italiana e alemã que recebeu histórico apoio para desenvolver pequenas fazendas, em contraste com a população negra recém liberta, onde comerciantes acumulavam capital suficiente para diversificar seus investimentos. Além disso, na década de 1910, já podiam ser encontrados centros industriais em Porto Alegre, atendendo o interior, e em Rio Grande e Pelotas, competindo pelo mercado nacional. Esse cenário era povoado especialmente por lutas de cunho trabalhista, das quais podemos destacar as mais de 70 greves ocorridas entre 1890 e 1919 (PETERSEN, 1979, p. 290), com destaque às greves gerais de 1917 e 1918, a primeira delas vitoriosa²³, a segunda duramente reprimida. Depois de 1906 e durante todo o período, “os anarco-sindicalistas lideraram o movimento operário gaúcho através da Federação Operária do Rio Grande do Sul - FORGS- que, em 1918, agrupava no Estado 40.000 operários.” (PETERSEN, 1979, p. 288). Essa corrente possuía uma retórica forte e com caráter revolucionário, porém suas ações eram pontuais, lutando por benefícios setoriais, enquanto liderança sindicalista foi superada pelos chamados bolcheviques, com a crescente influência da revolução soviética.

Nesse contexto, o professorado encontrava uma função, pois o governo propunha:

(...) a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do bem comum. (CORSETTI, 1998, p. 58).

Era uma sociedade conflituosa, o poder deve vigiar e apassivar para manter a ordem e o progresso. Assim, a escola pública participava da manutenção da ordem capitalista, preparando ideologicamente a população, evitando conflitos, como as reivindicações trabalhistas citadas anteriormente. Para tal fim, a escolarização jogava com os mitos do heroísmo positivista, grandes homens da elite, e rituais cívicos com simbologia republicana (CORSETTI, 1998, p. 62). Circe Bittencourt entende essa pedagogia elogiosa sob a seguinte retórica: “os feitos dos ‘grandes homens’, seres de uma elite predestinada, haviam criado a Nação, e os representantes dessas mesmas elites cuidariam de conduzir o País ao seu destino.” (BITTENCOURT, 2002, p. 64). Para fazer frente às trevas da ignorância, o ensino

²³ Ainda que “a rápida elevação do custo da vida logo minou o aumento salarial que, além disso, não fora concedido por todas as empresas.” (PETERSEN, 1979, p. 326).

compreendia a educação moral, física e intelectual, viabilizando o adestramento de crianças e jovens à aceitação de seu lugar na sociedade: “homem educado, saudável, produtivo e disciplinado que interessava ao projeto modernizador republicano rio-grandense.” (CORSETTI, 1998, p. 66).

Dessa forma, podemos perceber que a inserção social dos professores se deu na “constituição de segmentos médios urbanos e rurais relacionados com a maior complexidade da sociedade rio-grandense no período.” (CORSETTI, 1998, p. 67). Tais quadros eram oriundos da Escola Normal de Porto Alegre ou das Escolas Complementares, ou ainda, nos ambientes rurais, professores interinos eram aproveitados, sem que isso levasse à expansão dos espaços de formação docente. Esse também é o momento em que a mulher se insere no mercado capitalista, inclusive, assumindo o papel de professora, enquanto o salário da profissão diminuía e os homens progressivamente se retiravam desse campo. Tal remuneração era tratada com grande paternalismo por partes dos governantes, alternando entre discursos que denunciavam os honorários insuficientes da categoria, ao passo que mantinham essa parte do funcionalismo público como a mais rebaixada. Tal posição desvalorizada era legitimada pela nobre missão, uma vocação assemelhada ao sacerdócio, desprendido e abnegado. Assim, o docente gaúcho da Primeira República era um profissional desvalorizado que servia como útil instrumento do projeto conservador, modernizante, elitista e excludente dos positivistas.

Esse quadro se mantém e recebe maior centralização e vigilância com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), oriundo dos círculos positivistas gaúchos. Nas palavras de Bittencourt, os anos 1930 foram marcados pela:

Consolidação de uma memória histórica nacional e patriótica nas escolas primárias. A partir dessa época, com a criação do Ministério da Educação, o sistema escolar foi organizando-se de maneira mais centralizada e os conteúdos escolares passaram a obedecer a normas mais rígidas e gerais. (BITTENCOURT, 2002, p. 66-67).

Assim, a gestão Vargas apelava para o sentimento nacional acima dos interesses regionais, como apresenta Maestri:

Em 1938 o Rio Grande do Sul dispunha de 845 escolas públicas, 2.830 escolas municipais e 1978 escolas particulares que funcionavam sem controle público efetivo ou programa mínimo de estudos. Seguindo as orientações da Constituição de 1937, Osvaldo Cordeiro de Farias criou novas escolas, encampou as escolas municipais organizou a carreira do Magistério Público-primário (1938) criou as delegacias regionais de ensino (1938), fiscalizou o ensino nas escolas privadas, etc essa atuação foi enfatizada nas regiões coloniais alemã e italiana, onde as escolas técnicas das antigas sedes coloniais e das linhas do interior foram nacionalizadas ou fechadas devido às exigências dos novos programas unificados mínimos e de Ensino em português. (MAESTRI, 2021, p.211).

Essa tensão nas regiões coloniais marcou especialmente os setores mais ruralizados, pois aqueles ligados ao comércio e às zonas urbanas foram mais facilmente integrados. O presidente Vargas governou, portanto de forma autoritária²⁴ e nacionalista, centralizando e fiscalizando a gestão e o conteúdo, ainda mais, porque o cenário encontrado por esse ditador era marcado por um operariado com maior peso social: “em 1941, a produção industrial rio-grandense superaria já em valor a agrícola e pastoril somadas. Em 1920, em torno de setenta por cento da população sulina viveria no campo. Em 1940, era essa a porcentagem da população urbana.” (MÜLLER, 1979, p. 213). Sendo assim, a paisagem humana era diferente daquela da Primeira República, pois agora havia um importante mercado interno a ser atendido, formado por uma importante rede articulada de municípios pequenos e grandes centros urbanos²⁵, onde se mantinham relações orgânicas com a indústria e com sua fonte de matéria prima, a agropecuária. Dessa forma, a burguesia mercantil gaúcha, a embrionária burguesia industrial, a oligarquia pecuária e o aparelho estatal mantinham uma série de interesses comuns, como o transporte e o acesso aos mercados compradores (MÜLLER, 1979, p. 368).

Assim, o Estado passa por uma expansão para prover serviços infraestruturais, como eletricidade e malha rodoviária, ao mesmo tempo em que fornece serviço educacional e de saúde pública. Assim, os governos de 1940 e 1950 tinham que lidar com o êxodo rural, a falta de empregos e o crescimento das favelas, e viam no fomento ao mercado interno uma saída capitalista para conter a adesão ao comunismo das populações excedentes (MÜLLER, 1979, p. 373). Passando a tomar grandes financiamentos, na urgência de integrar o parque fabril. No referido processo de expansão do aparelho estatal, do atendimento de demandas infraestruturais e populares, encontramos um crescimento do pagamento do funcionalismo. Esse fenômeno foi chamado de empreguismo, em referência ao Estado criador de empregos numa economia incapaz de gerar vagas em quantidade suficiente, evidência disso é que, em 1945, o gasto com os servidores saltou de 38% da arrecadação estadual para 77% das receitas no ano de 1955. Esse quadro é seguido pelo fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro

²⁴ Marca disso é que presente na Constituição das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 estava proibido o sindicalismo do funcionalismo público, portanto a organização docente mobilizava o professorado sem estar constituído juridicamente. (PEREIRA, 2019, p. 922).

²⁵ “Componente importante da dinâmica da economia Gaúcha eram os núcleos urbanos. Destacavam-se a capital, que em 1950, andava com aproximadamente 400 mil habitantes, Pelotas com mais de 70 mil, a cidade portuária de Rio Grande com cerca de 60 mil e Santa Maria, algo como 50 mil. Mas o RS possuía, relativamente ao restante do país, uma extensa rede de núcleos urbanos de pequeno porte (por volta de 5 mil habitantes) com suas estruturas industrial e Comercial. Às 88 cidades de 1940, somavam quase 900 mil e as 92, de 1950, 1.200 mil habitantes. Eis aí o grande componente do mercado interno do RS.” (MÜLLER, 1979, p. 367).

(PTB) que defendia um modelo de desenvolvimento autônomo para o estado, fortalecimento do mercado e capital interno, e incorporação das camadas trabalhadoras, sob um capitalismo solidarista (MÜLLER, 1979, p. 383). Esse projeto é vitorioso em 1958, com Leonel de Moura Brizola que, além dos investimentos em infraestrutura, “desenvolveu a rede de ensino público, com um vasto programa de construção de escolas pré-fabricadas - brizoletas. Em 1958-61, o número de professores praticamente triplicou, enquanto os alunos matriculados saltavam de 281 mil para 461 mil.” (MAESTRI, 2021, p. 232). Ou seja, o trabalhismo compõe um importante episódio do histórico de intervenção estatal sul-rio-grandense e, em especial, no atendimento de demandas populares gaúchas e na expansão da REE/RS. Sendo assim, a expansão do setor da educação pública estadual pode ser entendida como um longo processo, com diferentes governos construindo e retomando a tradição de intervenção e participação do Estado no fornecimento de serviços, mas com destaque aos trabalhistas.

Nesse contexto de fortalecimento das lutas das camadas trabalhadoras, encontramos, em 1945, a fundação da entidade que serviria de base posteriormente ao CPERS/Sindicato. Na década de 1950 podemos notar as primeiras manifestações no sentido de resistir a cortes nas gratificações²⁶. Entretanto, esse processo volta aos controles dos governantes com a instauração de uma ditadura civil-militar em 1964, cujo projeto se distanciava da proposta trabalhista de uma economia capitalista autônoma a nível nacional e mais inclusiva aos trabalhadores, na verdade, o novo sistema perseguia políticos e funcionários públicos identificados ideologicamente com a esquerda política. Havia, pois, um risco dos inimigos internos, uma infiltração generalizada do comunismo, assim, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia dos militares, passava pelo terror utilizado “a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos.” (BORGES, 2003, p. 29). Esse sistema pressionava, mas também tentava convencer:

Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares toda a estrutura do poder público brasileiro, introduzindo-se, inclusive na escola, quando passaram a ser obrigatórias, em todos os graus do sistema educacional, disciplinas como Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, cujos conteúdos programáticos eram formulados tomando por base princípios e conceitos de segurança nacional. Excrescências como essas objetivavam criar uma mentalidade nos estudantes, com toda a força ideológica, no sentido de transformá-los em reprodutores da Doutrina. (BORGES, 2003, p. 37-38).

²⁶ CPERS/SINDICATO. Nossa história. **CPERS/Sindicato**. 2019. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/> Acesso em 20 de agosto de 2023.

Temos aqui mais uma influência reforçando os aspectos ideologizantes da rede pública de ensino, portanto caracterizando também o papel docente. Em face disso, teremos movimentos reivindicatórios estudantis nos centros urbanos duramente reprimidos pelas forças da ordem (MAESTRI, 2021, p. 239).

Com a manutenção da ditadura, a precarização das condições de vida das camadas trabalhadoras foi se acumulando até tornar-se insustentável, uma verdadeira crise do modelo de endividamento e arrocho salarial. (CHASIN, 2000). Em 1979, o professorado gaúcho inicia uma greve de treze dias, em seu site, o sindicato enaltece a coragem daquela geração: “o magistério foi a primeira categoria do estado e a segunda do Brasil a entrar em greve após o golpe militar.”²⁷ A categoria exigia o piso salarial, um aumento e o fim das contratações precárias de dez meses, e conseguiu uma importante vitória, garantindo a nomeação de vinte mil colegas.

O CPERS não deve, porém, ser entendido como um espaço harmônico monolítico, pois como destaca Lisiane Pereira (2019, p. 917), havia ali três núcleos que eram críticos ao grupo do comando de greve. Tais segmentos eram o MUTE (Movimento de União dos Trabalhadores da Educação), Pó de Giz e o CEDE (Centro de Estudos e Debates Educacionais). Tais segmentos criticaram a falta de conexão do comando com as bases e o autoritarismo dentro do movimento, ainda mais num momento marcado pelo fortalecimento do Novo Sindicalismo (SKIDMORE, 1988, p. 397), o qual enfatizava a autonomia frente ao Estado, a criatividade nas táticas e a organização voltada à base. Assim, o CPERS deve ser entendido como um espaço disputado.

A partir desse momento, o movimento docente passa a organizar greves e paralisações com o intervalo de um ano praticamente, de forma inconstante, num ano parando por três dias, em outro, parando por impressionantes 94 dias (LOPES, 2019, p. 85-86)²⁸. Essa presença e amadurecimento através da prática grevista ajudam a compor um imaginário sobre o sindicalismo magisterial:

A maioria dos(as) dirigentes afirmam o “CPERS sempre foi um sindicato combativo”, “nunca fugiu à luta”, o que parece dar mais ânimo para lutar, estabelecer um sentido de solidariedade entre seus integrantes, parece haver uma conexão entre o caráter combativo e as greves empreendidas. Nesse sentido, o intenso número de greves não deixa essas lideranças mentirem, pois vai se criando uma vasta experiência em negociação e a base vai acumulando bagagem para os conflitos vindouros. (LOPES, 2019, p. 99).

²⁷ CPERS/SINDICATO. Nossa história. **CPERS/Sindicato**. 2019. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/> Acesso em 20 de agosto de 2023.

²⁸ Neste trecho de sua Dissertação, Lopes organiza uma tabela com o ano das paralisações, a quantidade de tempo paralisado e as consequências.

Isso cria identidade coletiva, uma noção de pertencimento ao Magistério, uma coletividade combativa e solidária. Isso também aparece no texto de Ozorio da seguinte maneira:

Desde meados da década de 1970, o magistério público estadual vem numa trajetória de mudança de paradigma. A partir dos lentos ares da democracia que encaminhava o Brasil, em direção ao fim da ditadura civil militar, constituía-se uma nova professora. Alguém que passava a se inserir na luta por melhores salários, na luta pela sindicalização, na mobilização de massa, no enfrentamento com os diferentes governos do Estado, e, por fim, assumia uma nova identidade. (OZORIO, 2015, p. 18).

O professorado passa a se entender, criar uma consciência de sua categoria ao lutar lado a lado com seus pares em benefício de sua profissão, num contexto de arrocho salarial.

Diênifer Alves Ramos da Rosa e Alessandro Carvalho Bica exploram algumas peculiaridades do CPERS/Sindicato durante as greves da década de 1980 em especial. Para isso entrevistaram cinco professoras aposentadas, as quais relataram métodos muito característicos, como, por exemplo, fazer e distribuir almoço na praça para dialogar com as pessoas. Além do auxílio mútuo entre essas mulheres, muitas vezes, mães, revezando no cuidado das crianças, destacamos outras ações:

Elas entendiam que através do diálogo poderiam conscientizar a sociedade e conseguir seu apoio. As demais participantes dão exemplos práticos deste posicionamento, como o relacionamento com os pais, chamando reuniões com a comunidade para esclarecer o motivo das greves (...). Assim como a prática de mostrar os contracheques e os atos nas praças da cidade mencionados por Anita. (ROSA; BICA, 2020, p. 66).

São atitudes peculiares de um movimento sindical majoritariamente feminino, que encarou desafios e estratégias que não estavam postos aos homens do período.

Acerca desse fortalecimento da organização sindical, Beliza Stasinski Lopes (2019) lembra que o período entre 1991 e 1997 é exceção, pois trata-se de um intervalo de seis anos sem greves. Essa importante força dentro do funcionalismo público vai crescer em número, em vista da universalização da educação básica, desde a Constituição de 1988²⁹. Em 2019, o quadro docente abarcava “48.758 professores(as) ativos(as), lotados em 39 Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE’s). Exercem a docência em 2.571 estabelecimentos de ensino, em 479 municípios, formando a rede pública estadual.” (LOPES, 2019, p. 63). Esse segmento entrou em enfrentamento com os governos eleitos democraticamente, especialmente os neoliberais, resultando em conflitos sérios com policiais em alguns casos.

²⁹ Bem como a expansão das escolas públicas de 1º e 2º graus, e sua perda de qualidade (FERREIRA & BITTAR, 2006, p. 1161).

O primeiro governo democraticamente eleito para o estado que merece nota foi empreendido pelo político do PMDB, Pedro Simon (1987-1990), o professorado votou nele por ter apoiado um gatilho de reajuste da defasagem salarial enquanto parlamentar. Entretanto, durante sua gestão, negou esse mecanismo, provocando uma série de greves ao longo dos quatro anos. Simon demitiu professores contratados e exonerou diretores eleitos, além de iniciar uma campanha de desinformação sobre a greve e os salários dos professores. (MAESTRI, 2021, p. 245-248).

O próximo governante, Alceu de Deus Collares (1991-1994), do PDT, encontrou o professorado numa greve de 74 dias e como punição não pagou os dias parados. Isso garantiu que não houvesse mais paralisações em seu mandato. Além disso, achatou o plano de carreira e impôs o “calendário rotativo” no intuito de matricular mais crianças não atendidas pela escola pública. Isso significou uma organização do calendário letivo em três períodos, para isso, acabava com o recesso de inverno e parte do período não-letivo³⁰. Convém notar ainda o investimento na criação de 70 CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública)³¹, iniciativa trabalhista de educação de turno integral iniciada pelas “brizoletas” na década de 1960.

Depois desta experiência trabalhista mal vista pelo professorado com Collares, o candidato neoliberal do PMDB, Antônio Britto, foi eleito para o período 1995-1998. Britto implementou um projeto de privatização das empresas estatais rentáveis e modernas, restrição dos serviços públicos e premiação por produtividade ao professorado. Junto disso, promoveu um Plano de Demissão Voluntária, pagando para que, dentre outras categorias, quase cinco mil professores se demitissem (MAESTRI, 2021, p.249). Essa desestruturação do Estado sulino, em benefício do grande capital, gerou grande descontentamento e greve do CPERS, vitoriosa dessa vez.

Para os anos de 1999 até 2002, Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores é eleito sob um perfil social-democrata, valorizando a participação popular por meio do Orçamento Participativo, bem como favorecendo as eleições das direções escolares, “pela primeira vez, temos um governo que inicia com uma proposta de participação efetiva da comunidade escolar na construção de políticas educacionais.” (AMARAL, 2007, p. 31). Entretanto, seu

³⁰ O projeto consiste em dividir o alunado em três grupos garantindo oito meses de aula para cada grupo. Assim, os grupos podem ser distribuídos de modo que a escola esteja sempre ocupada com dois grupos alternadamente, enquanto um terceiro está de férias. Isso, por consequência, exige que os professores estejam o ano todo na escola. Ver mais em: Frente Progressista Gaúcha. **Projeto Povo Grande do Sul**. 1990, p.4, disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092120-plano-de-governo-governo-de-alceu-collares-periodo-de-1991-a-1994.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2023.

³¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Cartilha define a Escola de tempo integral e marca os nove anos da morte de Brizola. **Jusbrasil**. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/cartilha-define-a-escola-de-tempo-integral-e-marca-os-nove-anos-da-morte-de-brizola/100569546> Acesso em 21 de agosto de 2023.

governo foi marcado pelo arrocho salarial, aprofundando o desemprego. As greves do professorado foram derrotadas até que em 2001 acordaram a reposição de 25% em quatro parcelas, frustrando a categoria com essa vitória fraca. (MAESTRI, 2021, p. 250).

O período governado por Germano Rigotto do PMDB (2003-2006) foi marcado por um aumento dos impostos, que foi negado pelo Legislativo a Olívio Dutra, e uma dura estiagem. Uma forte greve do CPERS/Sindicato é disparada e em um mês acontece uma negociação findando a paralisação. (MAESTRI, 2021, p. 255).

Seguida da forte rejeição contra Rigotto e contra Dutra, a população elege Yeda Crusius para o mandato 2007-2010, pelo PSDB, implementando uma gestão neoliberal e autoritária, em benefício do grande capital, nacional e internacional. Yeda tomou um empréstimo junto ao Banco Mundial para lidar com a dívida pública, mas em troca o Estado deveria entrar num determinado ajuste fiscal. Seu governo partiu para a ofensiva, utilizando a violência policial, contra os movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Federação Anarquista Gaúcha e o CPERS/Sindicato. (MAESTRI, 2021, p. 260). Merece nota ainda que:

O descaso do poder público em relação às escolas não se resume apenas a questões estruturais, mas também a questões como a própria qualidade de ensino. E exemplo que nos salta aos olhos é o do projeto de “enturmação”, o qual entrou vigor logo com a vitória eleitoral, obrigando as escolas a formarem turmas com mais de 35 alunos, fechando escolas e transferindo professores, o que praticamente obrigou alguns a se afastarem das funções docentes. Apesar da então Secretária de Educação, Mariza Abreu, afirmar que aumentar o número de alunos em sala de aula não interferisse na qualidade de ensino e na aprovação dos mesmos, ressaltando mais uma vez que a questão que poderia interferir seria o número de horas aulas do professor. (PIRES, 2012, p.571).

Assim o governo neoliberal de Yeda Crusius coloca-se marcadamente como adversária dos movimentos sociais, do funcionalismo e da qualidade do serviço prestado à população.

A década de 2010 é considerada, para a economia sul-rio-grandense, uma “década perdida” conforme Maestri (MAESTRI, 2021, p. 271). Tarso Genro (2011-2014) inicia esse período negando o piso salarial prometido ao professorado quando era Ministro da Educação, mantendo o arrocho contra o funcionalismo. Negociou junto ao governo federal uma redução da dívida pública com a presidenta Dilma Rousseff, mas também tomou novos empréstimos. Tarso Genro concede aumento ao professorado, porém não para o seu mandato. Esse novo contexto de frustração com o Partido dos Trabalhadores nos âmbitos nacional e estadual, possibilitou a chegada ao poder do PMDB no estado (2015-2018), por votação, e no país, por golpe parlamentar (2016-2018).

Antes, porém, de aprofundar nos governos Ivo Sartori (PMDB) e Eduardo Leite (PSDB), precisamos ponderar sobre a dívida do estado, porque esse é um importante recurso retórico, um importante pretexto e preocupação das gestões neoliberais. Em suma, o investimento estatal para promover a modernização das condições de evolução do capitalismo no estado do Rio Grande do Sul levou gradativamente ao acúmulo de dívidas, especialmente no período entre 1950 e 2012. As estudantes de ciências econômicas, Bandeira e Rodriguez (2014), oferecem um panorama muito útil para dimensionarmos a gênese e evolução da dívida gaúcha. O nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 pretendeu fornecer infra-estrutura para o desenvolvimento industrial e o fez a partir de endividamento junto ao Banco internacional, a ponto de que em 1951 a dívida já equivalia à arrecadação do estado. Convém destacar que o desenvolvimentismo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) concentrou seu capital no Sudeste, portanto as periferias do país tiveram de encontrar suas saídas, como fez Brizola (MAESTRI, 2021, p. 232). Durante a ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964, destaca-se o contexto do Milagre Econômico financiado a partir de endividamento externo, o crescimento de 11% ao ano entre 1969 e 1973 se deu especialmente favorecendo as classes altas e a região Sudeste. Os governos indicados pelos ditadores militares eram submissos aos interesses federais concentrados em São Paulo. Esses governos promoveram algumas medidas que impactaram a dívida pública:

A reforma tributária nacional do governo de Castelo Branco também ampliou as dívidas estaduais porque elevou a dependência do estado a outras fontes de financiamento. A partir de 1967 amplia-se a emissão de títulos da dívida estadual o que serviu como um meio de rolagem das pendências gaúchas. Nesse ano, o serviço da dívida chegou a 7% da arrecadação. (BANDEIRA; RODRIGUEZ, 2014, p. 10).

Esse processo de emissão de títulos e rolagem de dívidas novamente aproximou a dívida do montante arrecadado. Ademais, cerca de 50% do gasto público passou a ser financiado com capital de terceiros. Com a redemocratização nos anos 1980, iniciou-se a década perdida: endividamento, inflação e desemprego. Os governos desse período apostam na privatização e abertura comercial, algo especialmente danoso para um estado periférico como o Rio Grande do Sul (ALONSO, 1997, p. 140), retirando impostos que alimentavam a receita estadual, dificultando o pagamento da dívida. Durante os anos oitenta, a dívida saltou de 3,6% do PIB gaúcho para 17,2% (ALONSO, 1997, p. 12). Na década de 1990, temos um aprofundamento desse quadro, especialmente com Antônio Britto (PMDB), que privatizou empresas estaduais e financiou empresas estrangeiras por meio de mais empréstimos, quase triplicando o tamanho da dívida pública. Em 1996, Britto assinou um contrato de refinanciamento da dívida estadual junto ao Presidente da República, Fernando Henrique

Cardoso (PSDB), visando o pagamento em 40 anos, com uma taxa de 6% de juros ao ano, em troca da adoção de um Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal:

A lei federal nº 9.496/1997 obrigou os Estados a alinharem sua gestão às diretrizes da União, que passou a intervir na gestão financeira dos Estados por meio do estabelecimento de metas a serem cumpridas, entre elas a privatização de empresas públicas e o corte de investimentos em serviços essenciais como saúde, educação e segurança.³²

Portanto, houve um processo de tomada de controle neoliberal com vistas a arcar com a dívida pública. Aqui destacamos a famosa Lei Kandir de 1996, que diz no Art. 3º, inciso II: o imposto não incide sobre “operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços” (BRASIL, 1996). Assim, subtraindo do povo gaúcho uma fonte de recursos importante para a manutenção dos serviços básicos prestados pelo estado sul-rio-grandense.

Nesse contexto, o acordo somado aos superávits primários do período 1999-2006, bem como considerando a política de corte de gastos, com evidentes prejuízos sociais, favoreceu o controle da dívida pública do Estado sul-rio-grandense. Todavia, o governo Yeda Crusius (PSDB) tomou um novo empréstimo junto ao Banco Mundial em 2009. Em seguida, o governo Tarso Genro (PT) promoveu expansão no gasto em educação, financiado pelo orçamento da União. Se, em 2008, a dívida chegou a 38 bilhões, em 2012, a dívida cresceu até alcançar 47 bilhões. Em 2014, 94% da dívida gaúcha correspondia aos créditos tomados com a União e o restante eram dívidas com Banco Mundial, Interamericano e do Japão (BANDEIRA; RODRIGUEZ, 2014, p. 18).

O total da dívida pública gaúcha em 2022 foi de 93,6 bilhões, mas o estado produziu 3,3 bilhões de superávit, ou seja, há um certo otimismo no Governo Eduardo Leite, que elogia a própria austeridade:

Na gestão de 2019 a 2022, as reformas da previdência e administrativa, as privatizações, as concessões e a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), homologado em 20 de junho do ano passado, permitiram a redução substancial do desequilíbrio fiscal e criaram as bases para um novo período, com maior regularidade de pagamentos e retomada gradativa de investimentos. (RIO GRANDE DO SUL, 2023, p. 4).

Esse é o discurso pró austeridade adotado pelo governo vigente, que pretende demonstrar sua capacidade de gestão ao pagar as dívidas do estado. Mas, para Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, o endividamento é uma

³² SUL21. Acordo da dívida em 1998 foi lesivo ao Rio Grande do Sul, dizem auditores. **SUL 21.2015**. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2015/08/acordo-da-divida-em-1998-foi-lesivo-ao-rio-grande-do-sul-dizem-auditores/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

forma de corrupção. A opção pelo endividamento, a rolagem de dívidas, a contrapartida neoliberal, a privatização de lucrativas empresas estatais e o corte de gastos com políticas sociais constituem uma estratégia para espoliar o povo. Assim, trata-se de um modelo de direcionamento do recurso interno para o lucro do sistema financeiro³³.

A gestão PSDB vigente chama de “reformas” essa larga ofensiva contra o funcionalismo público e os direitos sociais. O Governo argumenta não ter dinheiro para fornecer um orçamento digno para a sociedade, mas uma das respostas dos sindicalistas a essa fala tem sido no sentido de questionar os demais gastos do estado. Por exemplo, a “Fessergs reafirma que além do questionamento judicial da dívida, o governo precisa combater a sonegação, cobrar a dívida ativa, pôr fim às isenções e benefícios fiscais, além de pôr fim às centenas de locações de carros e prédios para a administração pública estadual.”³⁴ Outro exemplo: “Anelise citou ainda os valores que os servidores(as) deixaram de receber desde 2015, que chega a R\$ 7 bilhões, enquanto o Estado entregou R\$ 82 bilhões para empresas neste período em renúncias fiscais.”³⁵ Assim, os sindicatos tensionam a destinação mais ampla dos recursos do estado. Esse posicionamento merece nossa atenção, pois não simplesmente naturaliza ou trata como “pétreo” o gasto público. Inclusive, nestas falas, os sindicatos estão questionando as isenções dadas a empresas.

Vemos aí uma crítica importante e não aceitamos o discurso naturalizado da dívida pública, a falta de recursos para os servidores que atendem a população. Tomadas essas precauções, podemos aprofundar nosso entendimento sobre o período do parcelamento e congelamento dos salários ocorrido no período Ivo Sartori (PMDB) e Eduardo Leite (PSDB).

3.2 A OFENSIVA NEOLIBERAL CONTRA O FUNCIONALISMO PÚBLICO

O ascenso do governo peemedebista, com Sartori (2015-2018), se dá no sentido do fim de direitos, da liquidação da indústria de ponta e pela subordinação agroexportadora:

³³ SUL21. Acordo da dívida em 1998 foi lesivo ao Rio Grande do Sul, dizem auditores. **SUL 21.2015**. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2015/08/acordo-da-divida-em-1998-foi-lesivo-ao-rio-grande-do-sul-dizem-auditores/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

³⁴ DANIELI, Tatiani. Fessergs repudia novo parcelamento de salários. **FESSERGS**. 2016. Disponível em: https://www.fessergs.com.br/full_news.php?id=2228/fessergs-repudia-novo-parcelamento-de-sal-rios.html Acesso em 07 de setembro de 2023.

³⁵ CPERS/SINDICATO. Seminário da Frente dos Servidores Públicos expões os mitos e as verdades sobre a austeridade fiscal. **CPERS/Sindicato**. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/seminario-da-frente-dos-servidores-publicos-expoes-os-mitos-e-as-verdades-sobre-a-austeridade-fiscal/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

Havia décadas, aquela reversão era preparada pelo processo incessante de desindustrialização, desnacionalização e internacionalização da indústria nacional e recuo da intervenção do Estado impulsionado por todos os governos federais após 1985. Realidade em adiantado avanço no Sul, que teve como desdobramento o retorno crescente à hegemonia da economia agro-pastoril, agora globalizada, e a subalternização definitiva da produção industrial regional, literalmente de retaguarda. (MAESTRI, 2021, p. 272).

Assim, podemos caracterizar o governo Ivo Sartori num movimento mais amplo de precarização do trabalho e de projeto nacional dependente. Seu governo foi direitista, privatista e anti-popular, cortando gastos públicos, parcelando salários, privatizando empresas estatais. No primeiro momento do governo, há 16 dias empossado, propôs o aumento do próprio salário em 45,97%, acarretando uma elevação nos maiores salários do Legislativo e Judiciário³⁶, gasto estimado em R\$ 5,5 milhões anuais³⁷.

Para iniciar o estudo sobre esse desmonte das condições adequadas de trabalho estadual, damos atenção ao que é escrito por Dressler e Ferreira, por sintetizar uma larga ofensiva neoliberal:

No âmbito da Educação Básica da Rede Pública Estadual as mudanças nas regras no serviço público atingiram os trabalhadores em educação, através da PEC 242/2015, que extinguiu a licença-prêmio; PEC 246/2016 incidiu no Sindicato; PEC 258/2016 acabou com os adicionais por tempo de serviço; a PEC 257/2016 acabava com a obrigatoriedade de o governo pagar em dia os vencimentos e o 13º salário. Constatou, ainda, novo regime de previdência complementar, medida que se aproximou da Reforma da Previdência do Governo Federal. Para o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/ SINDICATO, as medidas definidas em cada uma das PECs representavam perdas de direitos garantidos no Plano de Carreira (Lei nº 6.672/1974) dos professores. Desse modo, essas PECs somaram-se às pautas reivindicatórias dessa entidade, em destaque no período deste governo, em que as perdas salariais apresentavam elevados índices, visto que, desde final de 2014, os professores e funcionários de escola permanecem sem reajuste. Além dessas, o parcelamento dos salários e do 13º, o descumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional (Lei 11.738/2008)¹⁴ e da falta de investimentos de melhorias na estrutura física e material das escolas da Rede Pública Estadual constavam nas pautas dessa entidade sindical. (DRESSLER; FERREIRA, 2022, p. 6).

Assim, essas autoras apresentam um panorama das táticas implementadas pelo governo Ivo Sartori. Nelas, vemos pontuais ataques, como o fim da licença-prêmio, mas vemos também elementos principais para a estratégia que se adotaria no estado sul-rio-grandense, isto é, o fim da obrigatoriedade do pagamento em dia dos salários e do 13º salário. Esse momento foi crucial para o enfraquecimento do funcionalismo em oposição ao

³⁶ FRAZÃO, Felipe. Em meio a crise financeira, Sartori aumenta próprio salário. *Veja*. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-meio-a-crise-financeira-sartori-aumenta-proprio-salario/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

³⁷ MENEGHETTI, Marcus. Sartori e vice renunciam a reajuste salarial. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 20 de janeiro de 2015, Política, p. 21. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170343/07134325-jc-252021.pdf> Acesso em 07 de setembro de 2023.

fortalecimento das posições neoliberais. Nesse contexto, o governo adotou uma retórica de que “a modernização da estrutura do Estado se fez necessária, a partir da demanda da população por serviços públicos de maior qualidade”, todavia, no caso da educação, a precarização das condições de trabalho e vida dos servidores públicos logicamente piora a prestação do serviço (DRESSLER; FERREIRA, 2022, p. 11).

Assim, destacamos como elemento principal dessa ofensiva o congelamento e parcelamento³⁸ dos salários:

O parcelamento salarial iniciou-se em julho de 2015. Anterior a esta data, os servidores recebiam o salário de forma integral, no último dia útil do mês. Este iniciou-se com o parcelamento em até duas ou três vezes, até que, em agosto de 2017, ainda na gestão Sartori, o salário passou a ser parcelado em maiores vezes, chegando até quatro ou cinco parcelas. Ainda, a partir deste mesmo mês, os salários começaram a ser pagos por faixa. Logo, quem recebia menos era o primeiro a ser pago e quem recebia uma faixa maior era o último a receber o seu salário no mês. (BRINGMANN, 2019, p. 17).

Os funcionários do Executivo passaram a receber de forma parcelada³⁹, inclusive havendo, nesse contexto, pagamentos parcelados em cinco vezes a depender da faixa salarial. Entretanto, essa é uma estratégia de gestão controversa:

Em um primeiro momento, a decisão do parcelamento salarial pelo Governo parecia ser apenas uma medida de extrema necessidade para a estabilidade da situação financeira do Estado, mas que seria uma medida temporária. No entanto, mesmo após o período de ingresso substancial de recursos aos cofres públicos, principalmente IPVA, a medida que parecia ter sido adotada como exceção acabou virando hábito, sendo utilizada com forma de emparelhar as contas públicas, mesmo sem demonstrar que o parcelamento estava sendo positivo para o alinhamento das contas. Assim, na maioria dos meses da gestão Sartori, mais de 300 mil servidores estaduais receberam seus salários de forma parcelada e atrasada. (SANÉ et al., 2019, p. 58)

Não bastasse tamanha arbitrariedade, precisamos desnaturalizar o aspecto inexorável da medida. Essa imprevisibilidade e urgência dos juro transtornam a vida do funcionário de baixo escalão. Este mesmo autor reflete em seu texto as repercussões individuais dessa remuneração:

É evidente que o parcelamento desrespeita o art. 35 da Constituição Estadual, que preza pelo pagamento dos servidores públicos até o último dia útil do mês trabalhado. Contudo, mais do que isto, tal ato fere a dignidade da pessoa humana, valor colocado como primordial pela Constituição Federal. Isto ocorre porque, ao viver nesta situação, o servidor não pode se organizar financeiramente, deixando de

³⁸ Um dos pontos que mais chama a atenção na gestão Sartori é a decisão de parcelamento dos salários dos servidores executivos, visto que tal medida nunca foi a primeira opção dos governadores antecessores, tendo sido realizada somente uma única vez no governo de Pedro Simon, outro Governador do PMDB, no ano de 1983. (SANÉ et al., 2019, p. 55).

³⁹ Para um detalhamento da quantidade de parcelas por mês entre os anos 2015 até 2018, conferir SANÉ et al., 2019, pp. 60-64.

obter lazer, além de faltar com suprimentos básicos por receber, em média, dez a quinze dias após a data que consta na lei. Ademais, este deixa de realizar o pagamento de contas nas datas aprazadas, acarretando em juros, tendo que pagar um valor maior do que o devido. (BRINGMANN, 2019, p. 18).

Tais impactos na vida cotidiana, como dignidade ferida e pagamento de juros, foram desafios intensos com que parte do funcionalismo público teve de se defrontar conforme os prazos das dívidas começavam a atrasar.

Nesse sentido, a advogada Letícia Furtado põe em dúvida a moralidade desse ato, já que, mesmo com dinheiro suficiente em caixa, o Governo depositou em agosto de 2015 desrespeitosos R\$ 600,00. Além disso, Furtado critica em termos jurídicos a escolha de precarizar os salários do Poder Executivo, com o argumento de Sartori de que seria o único sobre o qual, enquanto Governador, teria ingerência, mas a fonte dos orçamentos é uma, depois é distribuída entre os Poderes do Estado. Foi uma escolha questionável fazer apenas um poder ser tão precarizado:

Desarrazoado que seja diferente, pois sendo o Estado um ente que exerce seu poder soberano e separa este para tornar fluida sua atuação, cria-se, no mínimo, um caos administrativo — tragédia anunciada — deixando que um de seus braços, ferramentas do exercício da soberania, fique insubsistente em nome da autonomia, suportando sozinho uma crise que deve e pode ser diluída. A soberania limita a autonomia, e não o contrário.⁴⁰

Assim, notamos uma escolha de gestão, que prefere precarizar intensamente o baixo funcionalismo do que contrariar os interesses dos Poderes Legislativo e Judiciário, setores com maior capacidade de pressão sobre o Governo. Ao debater teoria do Estado republicano democrático, Furtado está colocando em dúvida a necessidade de haver um pagamento tão discrepante entre os Desembargadores do Tribunal de Justiça⁴¹ R\$ 30.471,11 em comparação com a parcela de R\$ 600,00 pago aos funcionários públicos.

Essa ofensiva do governo foi respondida com mobilização do funcionalismo em 2015:

No RS a categoria construiu uma mobilização como há tempos não se via. A revolta da categoria frente aos ataques se manifestou na maior assembleia realizada nos últimos tempos, em 18 de agosto de 2015, a qual contabilizou cerca de 12 mil educadores. A adesão das escolas do estado nas paralisações propostas pelo sindicato atingiu quase 90%. Foram paralisações, debates, aulas públicas, trançaços de ruas, e atos públicos, que apesar de marcar a história do estado não conseguiu frear o pacote de ajustes e o saldo de conquistas ficou quase restrito ao saldo organizativo do movimento. Mobilização dificultada do início ao fim da greve por

⁴⁰ FURTADO, Letícia de Souza. Parcelamento de salários no Rio Grande do Sul viola dignidade. **ConJur**. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-17/leticia-furtado-parcelamento-salarios-rs-viola-dignidade> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁴¹ FRAZÃO, Felipe. Em meio a crise financeira, Sartori aumenta próprio salário. **Veja**. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-meio-a-crise-financeira-sartori-aumenta-proprio-salario/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

submissão da categoria à interesses político-partidários, expressos na fatídica assembleia geral do CPERS, do dia onze de setembro, quando a direção do sindicato desconsidera a vontade da categoria, que votava pela continuidade da greve, e encaminha o fim da greve do magistério gaúcho. Encabeçada pelo partido que está à frente do governo federal (PT) e em aliança com demais organizações (PCdoB/CTB e Consulta Popular), a direção do CPERSSindicato gestão 2014-2017, composta por setores que implementam a política de sucateamento e privatização branca da educação brasileira a nível nacional, foram o amortecedor do embate entre o magistério gaúcho e o governo Sartori. (ROQUE. SOUZA, 2016, s.p.).

Este é um tema espinhoso que precisa de maiores aprofundamentos, mesmo assim, pensamos ser relevante destacar a organização dos trabalhadores do estado. Da mesma forma, no ano seguinte, 2016, “a categoria dos professores estaduais, dirigidos pelo seu sindicato, CPERTS/Sindicato, declara uma greve que durou 56 dias” (LOPES, 2022,p. 51):

Verifica-se uma situação concreta, a greve mais longa da categoria em 25 anos, teve início em maio de 2016. Naquele momento ocorria concomitantemente greve de outras categorias sindicais e o grande movimento de ocupações de escolas públicas. A principal pauta era a retirada pelo governo da PL 44, que previa o gerenciamento das escolas públicas, por OSCIPS, ou seja, um início de privatização da escola básica. (LOPES, 2022, p. 55).

Esse foi um contexto agitado por vários elementos, desde ocupações estudantis, até a luta nacional contra o congelamento dos gastos públicos (teto de gastos). O movimento organizou outra ação em 2017, paralisando por mais 94 dias, “sendo que nesse período foram apresentadas reivindicações mínimas, entre elas o reajuste para alcançar o piso salarial nacional, o não fechamento de escolas, bem como a organização de uma mesa de negociação com o Governo” (SANÉ et al., 2019, p. 59).

Todavia, a conjuntura política nacional, marcada por um antipetismo e perseguição às esquerdas, teve consequências na perspectiva da população sobre o movimento grevista. As pesquisadoras Bartikoski e Giering estudaram as estratégias argumentativas utilizadas para desqualificar os grevistas presentes em comentários em notícias do site G1. Nessas acusações, os professores são egoístas e reclamões, mas pior do que isso:

O ataque à pessoa dos professores aparece mais presente quando os leitores do Portal G1 RS atribuem aos docentes o papel de militantes, principalmente de esquerda. (...) O grande problema que se instaura ao representar o professor dessa forma é o seu enfraquecimento enquanto profissão, já que os leitores têm a ideia preconcebida de que a greve está ligada a motivações político-partidárias e não às lutas da classe por salários mais dignos, pagos em dia, ou a melhores condições de trabalho. (BARTIKOSKI; GIEKING, 2019, p. 108-109).

Chama atenção que, nestes discursos, a suposta filiação partidária serve como uma marca da degradação moral, a ponto de um dos comentaristas defender que esses falsos professores usam suas aulas para disseminar ideias esquerdistas, por isso, mereceriam não receber os salários como punição (BARTIKOSKI; GIEKING, 2019, p. 103). Por esse motivo

é tão importante compreendermos a conjuntura política do país, como o sentimento antipetista e o projeto Escola Sem Partido, pois isso tem reflexos até mesmo no tensionamento sindical gaúcho.

O professorado não é o único tipo de profissional atuando na escola pública. Esse congelamento foi especialmente duro para as categorias menos valorizadas do funcionalismo, como notamos no relato de 2023 dado ao site de notícias independente Sul21 por um técnico administrativo, que nos ajuda a pensar o contexto dos demais profissionais que trabalham nas escolas:

Christian destaca que o salário sempre foi baixo, mas que a situação começou a ficar “ruim mesmo” a partir do início do parcelamento dos salários, em 2015. “Porque aí começou a faltar dinheiro, comecei a fazer empréstimo para pagar as contas e a partir disso daí começou aquela bola de neve”.⁴²

Ao relato de Christian, somamos a situação de Heloissete Mendes, dada ao jornal independente Extra Classe em 2020:

Aposentada há seis anos e solteira, a professora Heloissete Mendes mostra tristeza e emoção quando diz que está complicado viver. “É uma desvalorização profissional, a gente já ganha pouco”. Ela é hipertensa e tem anemia falciforme, gasta muito com medicamento “A pressão não baixa de 15, estou sempre preocupada com as contas vencendo”. Se não fosse a ajuda dos familiares, não venceria o mês e nem teria onde morar. Começou a vender amendoim e biscoitos para sobreviver. “Nesta altura da vida, depender da família é muito triste”.⁴³

Depois desse período de 57 meses com parte dos salários sendo atrasados e parcelados, alguns profissionais foram empurrados para o crédito, precisando tomar empréstimos para poder pagar outros, rolando dívidas, criando uma bola de neve. Sobre isso, afirmou Valdir Bandeira Fiorentin, Diretor do Sintergs em 2016: “Há casos, inclusive, de pessoas que não têm dinheiro sequer para fazer compras no supermercado. Com parcelamento de salário, em muitos casos, o valor depositado pelo Executivo foi engolido pela cobrança de dívidas com o banco”⁴⁴. Ou seja, indivíduos com aluguel, contas e despesas domésticas,

⁴² GOMES, Luis. Soterrados por empréstimos, servidores do RS recebem cestas básicas para fugir da fome. **SUL21**. 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/politica/2023/06/soterrados-por-emprestimos-servidores-do-rs-recebem-cestas-basicas-para-fugir-da-fome/> Acesso em 24 de agosto de 2023.

⁴³ SANTOS, Marcia. Ponto cortado agrava dificuldades financeiras de professores estaduais. **Extra Classe**. 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/ponto-cortado-agrava-dificuldades-financeiras-de-professores/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁴⁴ SINTERGS. Em meio a novo parcelamento de salário, Banrisul volta a cobrar dos servidores valores correspondentes a empréstimos e operações bancárias. **SINTERGS**. 2016. Disponível em: <https://sintergs.org.br/em-meio-a-novo-parcelamento-de-salario-banrisul-volta-a-cobrar-dos-servidores-valores-correspondentes-a-emprestimos-e-operacoes-bancarias/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

recebem parcelas que, algumas vezes, são retidas diretamente na fonte, perdendo sua autonomia financeira, num ciclo de aprofundamento do pagamento de juros.

Entretanto, não para por aí, a relação com os bancos chama atenção do funcionalismo, pois, o Banrisul, empresa cujas ações pertencem 51% ao Estado, ofereceu sob a forma de empréstimo, o salário. Isso foi muito mal visto, como expresso por Sérgio Arnoud, presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do RS (Fessergs): “A mim, soa como uma ironia. O banco está se aproveitando de uma situação de extrema dificuldade dos servidores para lucrar. Seria de se esperar o contrário, e o governo fazer o empréstimo em nome do servidor e ele pagar o juros.”⁴⁵ Essa fala é muito oportuna para analisarmos a crítica à externalização da responsabilidade. Ainda que o Governo argumente a autonomia da instituição Banrisul, este representante do funcionalismo estadual nos provoca a pensar sobre uma possível estratégia patronal para não se responsabilizar pelo pagamento em dia. Cria-se, portanto, uma retórica de que, ao funcionalismo, basta contratar um serviço bancário que o problema está resolvido. Com isso, o Poder Executivo se esquivava de sua competência: remunerar a equipe de trabalhadores do estado, nem que para isso tenha de contrair empréstimos. Ao longo do nosso texto, várias formas de precarização e externalização dos deveres patronais foram apresentadas, como uberização, pejetização e terceirização. Considerando falas, como de Sérgio Arnoud, elencada acima, entendemos que a ação de parcelar salários, seguida de oferecer empréstimos pelo funcionalismo junto a um banco estatal, pode ser inserida nesse contexto como uma estratégia de descumprimento dos deveres patronais, ao gosto neoliberal.

Ademais, o parcelamento e o congelamento ganham força pelo contexto de ascensão ao poder do neoliberalismo no âmbito Federal em 2016, com o golpe parlamentar contra a Presidenta eleita, Dilma Rousseff (PT). Em 2017, o governo Michel Temer (MDB) promoveu o Regime de Recuperação Fiscal para os estados:

Durante a vigência do RRF, o Ente deve respeitar o conjunto de vedações que visam a restringir a expansão das despesas e a concessão de benefícios fiscais. Ficam vedadas, por exemplo, a concessão de reajustes salariais, a realização de concursos públicos e a alteração de alíquotas que implique redução de arrecadação. Essas vedações, no entanto, não são rígidas, podendo ser flexibilizadas caso o Estado demonstre que a flexibilização não impactará o atingimento do equilíbrio fiscal.⁴⁶

⁴⁵ KANNENBERG, Vanessa. Com salários parcelados, servidores recebem proposta de empréstimo do Banrisul. **GAUCHA ZH.** 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/08/com-salarios-parcelados-servidores-recebem-proposta-de-emprestimo-do-banrisul-4816347.html> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁴⁶ TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. Regime de Recuperação Fiscal. **Tesouro Nacional.** 2017. Disponível em:

Chama atenção que, em 1997, o estado gaúcho adotou o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de cunho neoliberal, essa fórmula se repete com Temer e Sartori. Portanto, há um embasamento legalista que justificou o congelamento dos salários. Reforçamos que não reajustar salários defasados é uma forma de reduzi-los na prática. Dessa forma, temos um corte de gastos legitimado por uma entidade maior que o estado gaúcho, tal qual operam os mecanismos financeiros internacionais desde a década de 1990, fornecendo crédito em troca de políticas de austeridade (AFONSO, 2001, p. 24), como bem podemos notar no estudo de Trein e Farenzena (2022). Essas autoras propõem um comparativo em valores corrigidos de 2019, para uma jornada de 20 horas semanais, tomando como referência o período Sartori:

Tabela 01: Comparativo dos Planos de Carreira do Magistério

Ano	Vencimento Inicial da Carreira	Vencimento Final da Carreira
2015	770,10	2.310,29
2019	630,10	1.890,30

Fonte: Trein e Farenzena (2022), adaptado pelos autores.

Trein e Farenzena estão chamando, dessa forma, atenção para o fato de que, corrigida a inflação, o salário em 2015 foi maior do que em 2019. Cabe considerarmos aqui que o menor valor trata-se de profissionais apenas formados no Magistério, sem graduação, mas isso não justifica um salário tão covarde com os profissionais normalistas. Este valor é tão baixo que podia ser considerado o menor piso para o ano de 2019 no Brasil⁴⁷. Ademais, tais valores indicam para 2019 um retorno aos valores de 2011. Ainda conforme essas autoras, o congelamento se manifesta aqui também, pois se esse valor final na carreira de 2019 fosse corrigido pela inflação o ponto alto da carreira receberia R\$ 2.452,54, enquanto que o ponto inicial da curva estaria em R\$ 817,51. Nota-se aí que a defasagem desde 2014 corroe bastante esses valores. Frente a isso, cabe pensar sobre o Piso Salarial Profissional Nacional, (Lei n. 11.738, 2008)⁴⁸, pois, como se não bastasse, este valor em 2019 estava muito abaixo do Piso Nacional estipulado em R\$ 2.557,74 para 40 horas e R\$ 1.278,87 para 20 horas. Para

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/regime-de-recuperacao-fiscal-rrf> Acesso em 24 de agosto de 2023.

⁴⁷ PISO salarial dos professores no Brasil. Gazeta do Povo. 05 de abril de 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/piso-salarial-professor-no-brasil/> Acesso em 26 de agosto de 2023.

⁴⁸ BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm Acesso em 07 de setembro de 2023.

dar conta desta Lei, os professores cujo salário são menores que o Piso receberam um completo até alcançar o valor proporcional à quantidade de horas, assim, em termos contábeis, tal profissional recebe conforme o piso, porém o profissional não considera esse “extra” na hora de calcular a evolução na carreira, mantendo-a lenta, nem na aposentadoria ou outros benefícios. Para que a carreira gaúcha fosse calculada com base na Lei do Piso Salarial, ela precisaria de um reajuste de 102,96% (TREIN;FARENZENA, 2022, p. 16).

Findado o período PMDB no estado, Eduardo Leite (PSDB) é vitorioso nas eleições para Governador de 2018 e de 2022, implementando também uma gestão neoliberal, privatizando empresas públicas e alterando o sistema de remuneração docente. Em seu governo, o mundo passa por uma crise sanitária ligada à doença COVID-19, a qual é instrumentalizada pelo Governo Federal para reforçar os mecanismos de austeridade. Por meio da Lei Complementar Nº 173, de 27 de maio de 2020, o governo central oferece aos governos estaduais um montante para lidar com a crise, mas em troca exige a proibição de qualquer “ato que provoque aumento da despesa com pessoal”⁴⁹, ou seja, fica proibida a contratação, a valorização e também a reposição salarial. Essa política federal segue, portanto, o modelo assemelhado ao Regime de Recuperação Fiscal adotado durante o governo Sartori.

Já podemos elaborar uma evolução das faixas salariais do Magistério a partir das tabelas de vencimentos, fornecidas pelo CPERS/Sindicato⁵⁰. Trabalharemos com dados proporcionais para 20 horas de trabalho no estado, pois isso enfatiza o caráter fragmentado dos contratos nos quais o professorado se insere, além do que facilita o diálogo com outros trabalhos acadêmicos, como visto anteriormente. Ademais, a tabela abaixo demonstra os pontos extremos, entretanto há uma gradação de pontos intermediários que variam com outras intensidades a cada reajuste. Se tomarmos o período 2014-2023, encontraremos o seguinte:

⁴⁹ BRASIL. Lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵⁰ O quadro a seguir pode causar confusão, pois os valores apontados na obra de Trein e Farenzena (2022), presentes na tabela 01, foram corrigidos pela inflação de 2019, mas aqui não faremos essa adaptação.

Tabela 02: Evolução salarial do Magistério gaúcho 2014-2023 para 20 horas.

Ano	Início da Carreira do Magistério Básico A1	Final da Carreira do Magistério Básico F6
2014	630,10	1890,30
2020	1.443,15	2.524,78
2022	1.924,01	3.366,04
2023	2.210,28	3.866,86

Fonte: CPERS/Sindicato⁵¹, tabela construída pelos autores.

Tomando 2020 em comparação com 2014, podemos ver uma considerável ascensão dos valores inicial e final, na grandeza de 129% e 33,5% respectivamente. Em janeiro de 2020, antes da pandemia de COVID-19, o governador Eduardo Leite incorporou o aumento do piso nacional à reforma da carreira, assim promoveu vários acréscimos nos valores da tabela⁵². Em janeiro de 2022, inicia outro reajuste na tabela em torno de 22,5%, entretanto os inativos percebem apenas 6,15% deste acréscimo⁵³. Por fim, convém destacarmos que o governo Leite, em 2023, concede uma reposição das perdas, no valor de 9,45%⁵⁴ para professores, não para profissionais da educação. Por outro lado, o sindicato exigia a aprovação de emendas que previam 14,95% para todos os profissionais que atuam na escola, mas os deputados sequer tiveram oportunidade de colocar em debate pelo uso das prerrogativas e controle neoliberal do Legislativo⁵⁵.

Essas alterações de valores finais decorrem da reforma na Carreira do Magistério. Para entendermos essa alteração na carreira docente, precisamos compará-la com a antecessora. Na

⁵¹ CPERS/SINDICATO. Tabelas Salariais. **CPERS/Sindicato**. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/vencimentos/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵² RBS TV. Governo do RS incorpora aumento do piso nacional na proposta de reforma do magistério. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/15/governo-do-rs-incorpora-aumento-do-piso-nacional-na-proposta-de-reforma-no-magisterio.ghtml> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵³ RBS TV. Governo do RS incorpora aumento do piso nacional na proposta de reforma do magistério. **G1**. 2020. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/15/governo-do-rs-incorpora-aumento-do-piso-nacional-na-proposta-de-reforma-no-magisterio.ghtml> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵⁴ SECOM. Assembleia aprova reajuste para o magistério que assegura o piso nacional para toda a categoria. **GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**. 2023. <https://www.estado.rs.gov.br/assembleia-aprova-reajuste-para-o-magisterio-que-assegura-o-piso-nacional-para-toda-a-categoria> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵⁵ CPERS/SINDICATO. Deputados aprovam reajuste excludente de 9,45% aos educadores. **CPERS/Sindicato**. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/deputados-aprovam-reajuste-excludente-de-945-aos-educadores/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

REE/RS, desde a conquista da LEI Nº 6.672, DE 22 DE ABRIL DE 1974, a Carreira do Magistério⁵⁶, a evolução dos salários obedecia dois critérios: Nível e Classe. Nível diz respeito ao grau de especialização acadêmica, somando até 100% do vencimento base, enquanto a Classe trata da promoção por merecimento, que pode agregar 50% do vencimento base. A atuação desses dois índices causava a diferença de até 200% (o triplo) entre um profissional com a menor classe e nível em comparação com aquele pertencente a maior classe e nível. Isso sem contar os mecanismos de progressão convencional do salário do funcionalismo público por tempo de carreira. Em 2020, temos alterações importantes nessa conquista através da LEI Nº 15.451, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020, modificando o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul⁵⁷. Conforme Trein e Farenzena (2022, p. 13), a diferença entre os pontos extremos da carreira passa a ser de 74,95%, nem perto dos 200% de antes. Entretanto, com a evolução da tabela, podemos notar que os valores se aproximam da Lei do Piso. Ademais, conforme essas autoras, para o ano de 2019, “constata-se que 69,1% dos diretores recebem salários entre R\$ 2.811,01 e R\$ 6.559,00. Em contrapartida, nessa mesma faixa salarial, encontram-se apenas 29,9% dos professores.” (TREIN; FARENZENA, 2022, p. 35). Podemos contrastar o valor recebido por essa massa de 70% dos professores sul-rio-grandenses com os menores vencimentos da categoria com o salário mínimo constitucional, pois nos termos da Constituição Federal estes valores deveriam servir à alimentação, moradia, lazer e entre outros. O Dieese propõe para dezembro de 2019 que o valor mínimo deveria ser R\$ 4.342,57. Ou seja, a grande maioria da categoria recebe menos do que 65% do que seria o salário mínimo necessário às demandas constitucionais⁵⁸.

Além dos salários, devemos levar em consideração o índice de esforço docente elaborado pelo Ideb. Ainda que não seja possível construir numericamente um elemento qualitativo como o desgaste de uma profissão, é sim possível organizar dados relacionados ao esforço, reuni-los e compará-los. Os elementos escolhidos pela equipe técnica do Ideb foram:

⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1974. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=34462&hTexto=&Hid_IDNorma=34462 Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵⁷ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.451.pdf> Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁵⁸ Constituição Federal de 1988, Art. 7º, inciso IV: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 26 de agosto de 2023.

“(1) número de escolas em que atua; (2) número de turnos de trabalho; (3) número de alunos atendidos e (4) número de etapas nas quais leciona”⁵⁹. Considerando tais fatores, temos que:

Tabela 03: Comparativo esforço docente entre Brasil e Rio Grande do Sul, 2022.

Âmbito	Percentual de docentes por níveis do indicador de esforço docente 2022					
	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 4	Nível 5	Nível 6
Brasil	26,9	5,4	2,6	40,8	12,6	6,0
RS	45,2	13,3	5,6	50,6	18,1	7,5

Fonte: IDEB 2022, adaptado pelos autores⁶⁰.

Essa tabela serve-nos para comparar o desgaste do professorado gaúcho em comparação com uma média abstrata brasileira, notando uma diferença importante nas variáveis que levam ao esgotamento. Isso nos permite afirmar que 60% do professorado de ensino fundamental e 75% de ensino médio no Rio Grande do Sul estão trabalhando sob as condições mais intensas de esforço, ou seja, em 2022, “atuavam em dois ou mais turnos, em duas ou mais escolas, em duas ou mais etapas, atendendo de 50 a 400 alunos.” (MASSENA et al., 2020, p. 33). Inclusive cabem nessas categorias, os casos de profissionais que já aposentados, assumem um cargo novo no magistério.

A ofensiva neoliberal iniciada no governo Sartori e continuada no governo Leite afetou também a previdência. A aposentadoria do funcionário público estadual se dá através do IPE. “O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Prev, Autarquia com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, é o Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS.”⁶¹ Em dezembro de 2019 foi aprovada uma reforma previdenciária, marcada pelo aumento da idade mínima de aposentadoria e por uma alíquota progressiva, quanto maior o salário, maior a contribuição. No regime anterior, todos os servidores ativos contribuíam com 14% e os inativos

⁵⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nota Técnica Nº 039/2014. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente> Acesso em 26 de agosto de 2023.

⁶⁰ IDEB. Indicadores Educacionais. INEP. s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais> Acesso em 26 de agosto de 2023.

⁶¹ IPE PREV. IPE PREV. s.d. SECRETARIA DA FAZENDA. Disponível em: <https://ipeprev.rs.gov.br/o-ipe-prev> Acesso em 26 de agosto de 2023.

contribuíam apenas com base no que excedia o limite do Regime Geral da Previdência Social – RGPS (R\$ 5.839,45)⁶². Nas novas regras encontramos um aspecto importante, a contribuição de todos os inativos que recebem acima de um salário mínimo. Olhando as faixas salariais, é válido inferir que o professorado aposentado contribui com pouco menos de 14% da sua aposentadoria nesse novo momento do IPE Previdência.

Nesse contexto, temos o ilustrativo caso da professora aposentada Noemi Medeiros:

Ela informa que, com a aprovação das novas alíquotas para o IPE Previdência, e os aposentados tendo de voltar a pagar (no caso dela, 14%) não saberá mais o que fazer para honrar compromissos. “Serão R\$ 500,00 do que ganho a menos, isto é mais que meio salário, que sai do orçamento da minha casa”. (...) Em função dos empréstimos bancários, Noemi adoeceu e teve de vender o carro. “Pensei que agora viveria um período de descanso mas entro 2020 procurando emprego”.⁶³

Ou seja, o professorado que possivelmente participou das lutas históricas do CPERS/Sindicato atualmente se vê obrigado a voltar aos protestos e até voltar a trabalhar.

Entretanto a luta do funcionalismo ativo esteve sob dura vigilância e punição. A greve de 2020 foi duramente punida com o corte do ponto, isto é, o não pagamento do salário pelos dias paralisados. Segundo o CPERS/Sindicato, “são mais de 27 mil educadores(as) que já recuperaram as aulas e encerraram o ano letivo, prestando o serviço para o qual foram nomeados e contratados. Não obstante, seus salários foram cortados como forma de retaliação ao movimento.” Num contexto de salários sem reajuste, pagos de forma atrasada e parcelada ao longo de cinco anos, o corte do ponto é uma retaliação covarde, como podemos notar nos seguintes relatos:

Nós temos colegas que receberam R\$ 8,00 no seu contracheque. São colegas que tiveram de se valer de empréstimos, têm seus descontos e o ponto ainda é cortado, não há como cumprir compromissos. Estamos lidando com situações assim”, informa o professor Sílvio Alexandre de Oliveira, dirigente do 38º Núcleo. No dia anterior, tinham sido distribuídas quatro cestas básicas para funcionárias de escola, que têm salários menores ainda que professores. “Nossa iniciativa é pequena diante de todo este drama – há professores sendo despejados por não conseguirem pagar o aluguel –, mas é importante porque estamos conseguindo entregar alimentos.

Esse corte do ponto deve ser colocado no contexto do oportunismo bancário que vendia os salários aos funcionários públicos. Em 2020, a professora Maria Resplande de Sá

⁶² RIO GRANDE DO SUL. Reforma da Previdência dos servidores civis do RS é aprovada na Assembleia. **GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**. 2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/reforma-da-previdencia-dos-servidores-civis-do-rs-e-aprovada-na-assembleia> Acesso em 26 de agosto de 2023.

⁶³ SANTOS, Marcia. Ponto cortado agrava dificuldades financeiras de professores estaduais. **Extra Classe**. 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/ponto-cortado-agrava-dificuldades-financeiras-de-professores/> Acesso em 07 de setembro de 2023.

oferece um relato que dá dimensão da simultaneidade dessas diferentes formas de precarização do trabalho e da vida:

Maria Resplande de Sá, também professora de Língua Portuguesa e dirigente do 39º Núcleo, explica que o parcelamento, atraso e não reajuste dos salários vem do governo anterior. Como consequência, muitos colegas não estão conseguindo pagar aluguel e convivem com falta de comida e medicamentos. “Nosso último reajuste foi em novembro de 2014, 6%. Para enfrentar isto, temos de comprar nosso salário do Banrisul, que leva uma parte também. Este mês, quem foi descontado não pôde fazer o adiantamento. É uma situação de miséria”, explica Maria.

O professorado é, portanto, atravessado por múltiplas precarizações: parcelamento, congelamento, corte do ponto e reforma previdenciária. A ofensiva neoliberal é muito potente, ela acumula muitas formas de destruição da qualidade de vida e de trabalho.

Esse é o caso de profissionais concursados, estáveis, com um mínimo de previsão para seus futuros. Entretanto, é válido afirmar que a substituição do contingente de servidores estáveis por profissionais contratados temporariamente é uma tendência, tal como se deu em São Paulo:

Em 2013, pelos dados do Cadastro Funcional da Educação do Estado de São Paulo, no item “classes docentes - totalização por categoria”, o número total de professores da rede havia novamente diminuído, desta vez para o total de 233.192 professores, dentre os quais 117.762 são professores concursados titulares de cargo, ou seja, 50,5%, enquanto os demais 115.430 docentes que atuam na rede pública paulista conformam os 49,5% de professores não concursados, distribuídos na “sopa de letrinhas” que a categoria ganhou após as reformas de 2007 e 2009. Isso demonstra que o número de docentes temporários vem aumentando e que o número de professores totais do quadro da SEE-SP diminuiu, agravando a proporção, em que pese considerar que o número de matrículas discentes neste período também teve queda. (OLIVEIRA, 2016, p. 137-138).

Como bem argumenta Mariana Oliveira, a sucessão de governos neoliberais em São Paulo foi gradativamente promovendo a flexibilização dos contratos do Magistério, precarizando o funcionalismo. Trein e Farenzena pensam essa situação no contexto gaúcho:

A não realização de concursos desde o ano de 2013 pode tanto refletir uma dificuldade orçamentária, por parte do governo estadual, quanto expressar uma opção política pela precarização de vínculos de trabalho – uma vez que um professor contratado possui as mesmas responsabilidades de um professor concursado, mas recebe um salário menor e não tem direito a certas garantias e benefícios do plano de carreira (como adicionais ou majoração de sua remuneração em função do tempo de serviço). A ausência de novos concursos, aliada à instabilidade trazida pela ampla contratação de professores temporários, acarreta preocupante falta de docentes na rede – contabilizada em mais de 1.400 educadores em estudo conduzido pelo CPERS (2019). (TREIN & FARENZENA, 2022, p. 10).

No ano de 2019, esse aproximadamente um terço (31,4%) do professorado trabalha sob um regime instável e subvalorizado. Isso é de interesse do governo cujo horizonte ideológico está centrado na austeridade, na reestruturação produtiva pautada na flexibilidade.

Dentre os reflexos de toda essa precarização do trabalho e da vida, a economista do Dieese, Anelise Manganelli, acusa a drástica redução do número de servidores(as) públicos estaduais: “Muita gente está abandonando o serviço público no Rio Grande do Sul. A educação perdeu 30% dos servidores, enquanto aumentou apenas 16% dos aposentados. Isso é a prova viva da precarização do serviço público, que impõe uma sobrecarga de trabalho ao funcionalismo.”⁶⁴ Podemos deduzir que a perda de pessoal no Magistério estadual não é um acidente indesejado para um governo que emprega a austeridade fiscal. Há um estudo que nos ajuda nessa afirmação, o CPERS/Sindicato elaborou um ofício com 27 pontos argumentando por seus direitos em 2021, documento no qual é citada a perda de pessoal:

O contingente de servidores que entrega serviços públicos cai sistematicamente. Em 2015 o total de servidores do estado (incluindo todos os poderes) era de 165.511, em 2021, 137.678, portanto, redução de 16,8%. No Executivo o ajuste é ainda maior, passando de um total de 153.040 para 122.852 ou seja -19,7%, nesse caso são 30.188 servidores a menos para atender uma população que cresceu em 247 mil pessoas no mesmo período. Mas o caso mais crítico é da SEDUC que em 2015 contava com 97.986 servidores ativos e em 2021 conta com 72.869, ou seja -25,6% (-25.117 educadores).⁶⁵

Tais números têm impacto imediato, mas principalmente a longo prazo, deixam livre a receita do estado para outros fins, como o pagamento da dívida. Isso nos habilita a projetar nesses governos estaduais neoliberais o interesse de tornar trabalho estadual insuportável, fazer o professorado desistir é uma estratégia de gestão, o parcelamento constitui um episódio dessa grande ofensiva patronal. Assim, a estratégia passa a ser não apenas sucatear a instituição, já estruturalmente desgastada, mas também precarizar o trabalho a ponto de elevar seus níveis de evasão. O Planos de Demissão Voluntária, como elaborado por Antônio Britto (1995-1999) num contexto crescente de reestruturação produtiva pode ter funcionado, mas atualmente isso não se faz necessário. O cenário agora é outro. A paisagem desenhada por Ivo Sartori (2015-2019) é de tanta frustração por parte do funcionalismo que lhe é mais interessante pressionar as condições de vida até que desista da carreira. Aquele plano de Britto “onerava” o estado pagando para que voluntários aceitassem a demissão. Comparativamente, a estratégia do PMDB gaúcho não gasta recursos públicos para enxugar a máquina pública,

⁶⁴ CPERS/SINDICATO. Seminário da Frente dos Servidores Públicos expõe os mitos e as verdades sobre a austeridade fiscal. **CPERS/Sindicato**. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/seminario-da-frente-dos-servidores-publicos-expoes-os-mitos-e-as-verdades-sobre-a-austeridade-fiscal/>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

⁶⁵ CPERS/SINDICATO. Salário em pauta: CPERS realiza mobilização na Assembleia Legislativa por #ReposicaoJa. **CPERS/Sindicato**. 2021. Disponível em: <https://cpers.com.br/salario-em-pauta-cpers-realiza-mobilizacao-na-assembleia-legislativa-por-reposicaoja/>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

basta precarizar e esperar pela rendição dos servidores. Assim, o contexto contemporâneo apresenta uma estratégia mais agressiva e impiedosa, uma ampla ofensiva piorando intensamente as condições de vida do professorado. Como dito anteriormente, neste período, a educação teve uma evasão de 14% de seu quadro de servidores, além das outras áreas, o que indica um sucesso nessa estratégia. Novamente a conjuntura política de ascenso neoliberal e conservador enfraquece ainda mais o professorado, que não consegue dar combate a tudo isso.

Para finalizar essa argumentação, contamos com a perspectiva econômica abaixo:

A decisão de parcelamento tomada como medida de controle fiscal pelo Governador Sartori, não resultou em mérito algum, aliás, a conjunção da crise econômica do Estado com as decisões e medidas tomadas pelo governador Sartori, acabou por agravar ainda mais a situação devastadora da economia gaúcha. Desta forma, conclui-se que houve uma falha do Governo Sartori na decisão de parcelamento salarial, isto porque o servidor público não pode ser responsabilizado pela crise financeira que acomete o Estado, pois a culpa pela situação é das gestões passadas e não dos servidores que são subordinados a estes. Em nenhum momento o Governo tomou outra iniciativa capaz de viabilizar o pagamento do salário integral aos servidores, deixando subentendido que o peso da crise financeira do Estado é culpa dos servidores. (SANÉ et al., 2019, p. 68).

É uma tática neoliberal muito explícita, os funcionários são culpados pelo “peso do Estado”, por isso eles arcam com a pena do parcelamento e congelamento salarial, essa é uma mensagem fácil de entender.

Ao longo deste capítulo, apresentamos a evolução da educação pública no estado do Rio Grande do Sul, desde os interesses dos republicanos positivistas em sua difusão, passando pelo trabalhismo, ditadura civil-militar e neoliberalismo. Percebemos o conteúdo disciplinador e conservador em oposição à agitação social e trabalhista dos crescentes centros urbanos e industriais. Mas também notamos o abandono do modelo de desenvolvimento autônomo, em troca da submissão aos grandes interesses financeiros e agroexportadores, sob o neoliberalismo, tal qual a “vocação” de um estado periférico na economia nacional. Assim, a história política e econômica recente gaúcha está marcada pelo ideal de austeridade, o qual tem vínculos profundos com um projeto nacional, atrelando políticas regionais com as nacionais.

Aqui reforçamos a ligação de certas gestões com o neoliberalismo a nível nacional. No período Ant nio Britto, foi assinado, junto ao Presidente da República FHC, uma renegociação da d vida que implicava em políticas estaduais de austeridade. O mesmo se dá no período Sartori com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) contratado com Michel Temer. Em seguida, Eduardo Leite, em plena crise sanitária mundial com a COVID-19, acorda junto ao Presidente Bolsonaro um montante para lidar com a pandemia, mas fica preso

a um período de austeridade. Essa série de tratados (Britto-FHC, Sartori-Temer, Leite-Bolsonaro) entre os entes da Federação e a União se dão no sentido de estabelecer uma retórica de austeridade para legitimar o descaso com a máquina pública, seu quadro de trabalhadores e os serviços prestados à população.

Em face disso, emergem as lutas do sindicalismo público gaúcho. Destacamos no presente texto o caso do CPERS/Sindicato. As lutas históricas deste sindicato atualizam a identidade do professor enquanto trabalhador proletarizado consciente de que o Estado está em disputa, não é um dado óbvio e natural. São emblemáticas as greves sustentadas por meses a fio pelo corpo docente engajado especialmente durante fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980, reforçando uma identidade combativa e uma retórica própria à organização de classe média sindicalizada. Todavia, hoje a correlação de forças mudou para muito pior.

Portanto, o funcionalismo público está inserido num contexto atravessado por grandes interesses, disputando pelos recursos do Estado. Essa competição se concretiza na gestão dos poderes Executivo e Legislativo estaduais que administram o orçamento e as políticas implementadas. Neste capítulo optamos por abordar as escolhas que mais diziam respeito ao funcionalismo, como foi tratado por cada governante ou período de governantes ideologicamente aproximados, como na Primeira República ou ditadura civil-militar. Depois de entendermos por alto a evolução da relação entre Governo e os servidores públicos, especialmente o professorado, pudemos abordar o quadro específico do desenvolvimento da dívida pública gaúcha, suas controvérsias e, especialmente, a interpretação segundo a qual a dívida estatal é uma forma de transferência de recursos públicos para uma burguesia financeira rentista. Essa discussão é central para podermos avaliar o período do parcelamento e congelamento dos salários do quadro de servidores do Poder Executivo.

Considerando tudo acima, ressaltamos que Ivo Sartori (PMDB) implementa uma modernização da máquina pública que se consubstancia numa ofensiva ampla contra a qualidade do trabalho e vida do funcionalismo estadual, recorrendo à retórica da austeridade, mesmo que seu primeiro ato tenha sido o aumento dos supersalários. Dentre as estratégias adotadas, destacamos o parcelamento do salário dos profissionais ligados ao Poder Executivo, pois é central para o aprofundamento dos endividamentos e da perturbação da vida. A escolha por concentrar todo o dano contra trabalhadores do Executivo, ao invés de diluí-lo ao longo do Judiciário e Legislativo é questionável. Mas essa não é a única ação dúbia oriunda da gestão Sartori, pois junto do atraso dos salários, o banco do estado, Banrisul, passa a oferecer empréstimos no valor do salário, isso pode ser entendido como uma forma do Governo se

eximir da responsabilidade de contrair dívidas para pagar seu quadro de pessoal, ao invés disso, prefere que o funcionalismo vá até o banco para comprar o próprio salário.

Tomadas essas observações, fomos aos valores salariais do professorado, aproximando nosso estudo do personagem coletivo escolhido como parte do tema de pesquisa. O Magistério estadual percebeu uma valorização salarial em 2015, a qual só foi reajustada parcialmente em 2020, com Eduardo Leite, seguida de outras duas alterações no plano de carreira em 2022 e 2023, passando a cumprir a lei do Piso Nacional. Destacar essa última alteração é fundamental para podermos analisar as respostas dadas às entrevistas de História Oral que compõem nosso terceiro capítulo, considerando sua inevitável atualidade.

Ainda que esse tratamento da defasagem salarial sugira uma melhoria nas condições de vida e trabalho, o corpo docente do estado ainda vive condições muito desgastantes. Ao observarmos os dados publicados pelo Ideb em 2022, destacamos que os índices mais intensos de esforço docente são agravados no Rio Grande do Sul em comparação com a média brasileira. Neste índice, estão presentes aspectos fundamentais da dinâmica professoral, como número de alunos atendidos, de turnos de trabalho diário e de diferentes escolas frequentadas. Assim, podemos inferir uma correlação entre a desvalorização salarial e a sobrecarga funcional dessa categoria, com reflexos diretos na qualidade do desempenho e adoecimento professoral (BARBOSA, 2011).

Enfim, para ajudar a dar sentido a toda essa precarização, nos atentamos à substituição lenta do funcionalismo de carreira, concursado, pelos profissionais contratados, temporários. Esse segmento não tem perspectiva de evolução profissional dentro dessa instituição, tem os menores salários, mas as mesmas obrigações, portanto oferece à mantenedora uma mão de obra flexível, descartável e temerosa da represália em caso de greve. A adoção dessa forma de contratação está ligada a um projeto de reforma mais profunda do Estado, pautado pela austeridade neoliberal em prejuízo da população e do próprio quadro de servidores, sem deixar de observar o pagamento dos juros da dívida, dever máximo dos gestores eficientes.

Dessa forma, o estado sul-rio-grandense insere-se na história da República brasileira de forma periférica, contando com um Estado preocupado com a modernização capitalista. Após um período de governos trabalhistas, o corte de gastos com os direitos sociais torna-se do interesse dos governantes, chegando até o quadro da reestruturação produtiva e ascensão do neoliberalismo. Esse contexto fornece evidência para sugerir um interesse governamental na desistência, nos pedidos de exoneração, por parte dos professores, para poder enfim enxugar a máquina pública, desonerar o Estado gaúcho no intuito de pagar a dívida, nem que isso custe a qualidade de vida do servidor ou a desistência da educação estadual.

4 MEMÓRIAS SOBRE O PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS NA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE SANTA MARIA

A documentação são os elementos da realidade escolhidos para servirem de evidência numa argumentação em favor de uma interpretação sobre o passado ou, em outras palavras, são os indícios indiretos e pistas pelos quais podemos fortalecer narrativas mais rigorosas sobre a história (GINZBURG, 1989). Sendo assim, nosso interesse no levantamento de fontes orais consiste em organizar um acúmulo de pistas úteis para lançar discursos sobre um fenômeno que está no passado de modo acadêmico.

O conjunto documental, ao mesmo tempo, escolhido e produzido, é oriundo de entrevistas semi-estruturadas realizadas presencialmente junto a cinco docentes da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Essas conversas duraram cerca de quinze minutos cada, com exceção de uma quase chegando a cinquenta minutos. As perguntas versam sobre os impactos e percepções desses professores e professoras quanto ao período de parcelamento e congelamento salarial de 2015 até 2021, ainda que o contexto contemporâneo venha à tona inescapavelmente nos relatos levantados. Esse entrelaçamento se manifesta também conforme avança a análise, pois os trechos podem ser dialogados e comparados.

Essas perguntas dão ênfase aos aspectos coletivos da memória, então destacam-se as questões sobre o convívio com os pares, a vida doméstica familiar, a mobilização da categoria profissional e a comunidade escolar. Isso decorre especialmente da teorização sobre o âmbito coletivo da memória (HALBWACHS, 2003). Convém pôr em evidência essa escolha, pois direcionou nosso trabalho, ainda mais considerando que as fontes são produzidas, e, por consequência, são recortes operados pelo entrevistador que inventou as perguntas, selecionando, dentre outros atributos, as ênfases, a ordem e os adjetivos de cada indagação. Todavia, não basta apenas indicar essa possibilidade de distorção, a busca por um maior rigor acadêmico exige refletirmos ao longo do processo de pesquisa sobre nossa influência. Em vista disso, durante a análise lançaremos algumas considerações sobre nossa presença e direcionamento.

Com isso em mente, passemos às análises. Visando uma organização textual adequada aos resultados obtidos, o exame das fontes orais será estruturado a partir de personagens. Isso decorre das respostas e perguntas que orbitam o próprio entrevistado e alguns personagens coletivos, como o governo, os professores e a comunidade escolar. Isso nos permite comparar as respostas, as ênfases e a caracterização que cada respondente dá a esses grupos, evitando tergiversar ou ser guiado pelos assuntos não representativos dos nossos objetivos.

Entendemos que essa forma de exposição, por personagens, é mais produtiva do que uma simples listagem das respostas.

Junto disso, percebemos que é coerente com a teoria de Halbwachs, enfatizada em nossa análise, empregar uma organização textual e analítica a partir de personagens. A elaboração teórica desse autor está muito ligada à alteridade com a qual se convive e se tem contato, a partir do que criamos e reforçamos nossas memórias. A alteridade, portanto, é central, por isso uma organização textual que analisa personagens da memória é coerente com a teoria adotada, em outras palavras, a rememoração desse Outro é decisiva para entendermos as memórias do professorado estadual. Não cremos ser possível desmembrar perfeitamente os sujeitos presentes numa mesma frase, pois estão todos correlacionados, formam-se mutuamente na interação, na disputa e no convívio. Mesmo assim, em nível de organização textual, defendemos que essa é uma interpretação útil para aprofundarmos nosso conhecimento sobre o pensamento docente. Os participantes tiveram seus nomes ocultados e seu texto ganhou retoques mais formais⁶⁶. Assim, distribuimos os tópicos na seguinte ordem: (1) Experiência Individual; (2) Professorado; (3) Governo; (4) Comunidade Escolar; (5) Resultados Finais.

4.1. EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL

De início, convém darmos contexto das entrevistas e apresentarmos um primeiro personagem presente nas narrativas: o próprio professor entrevistado, sua experiência pessoal. Nessa primeira parte da análise, optamos por caracterizar por alto a narrativa e as preocupações mais gerais de cada indivíduo. Além disso, aprofundamos na experiência doméstica, pois entendemos que o convívio familiar marca a memória com mais facilidade. As estratégias, as percepções e o grau de dependência que cada profissional possui com o estado é diferente e forma um arranjo que determina em grande medida sua vivência no período, ainda que o pensamento sobre os pares seja recorrente nas narrativas produzidas sobre o período, falam de si e do coletivo alternadamente, como veremos a seguir. Este primeiro tópico é indissociável do segundo, mas ainda assim tem elementos que o destacam, por exemplo o relato de como enfrentaram as dívidas, ou seja, sua experiência doméstica.

⁶⁶ O texto transcrito das entrevistas receberam retoques de gramática para formalizar o diálogo, excluindo vícios de linguagem e ruídos sem peso semântico a fim de evitar constrangimentos (MEIHY, 2005, p. 183). Elementos não verbais, como risadas ou interrupções por outras pessoas estão mantidos na transcrição, pois podem agregar sentido à narrativa (MEIHY, 2005, p. 195).

Por ordem de entrevistas, primeiro a professora A, pedagoga, a qual ocupa a Coordenação da mesma escola do diretor B. Em oposição ao comedimento e impessoalidade do professor B, filósofo, a professora A fornece um relato diversas vezes em primeira pessoa, falando sobre seus sentimentos diante do parcelamento e congelamento. Em sua narrativa destaca a emoção de frustração, primeiro com o trabalho novo, depois com os governantes e enfim com a parte da população mal agradecida. Nem por isso, apresenta um tom derrotado ou pessimista, mas sim crítico. Como contraponto a tais elementos negativos da experiência do parcelamento, vale lembrar que a professora comenta a solidariedade dos professores, como veremos mais adiante. A professora A não foi indagada sobre os reflexos em sua vida familiar e doméstica, pois ela se adiantou, apresentando sua frustração :

- É, na verdade, a função do parcelamento em si, porque foi assim uma coisa bem desgastante, a gente... Eu recém tinha entrado no estado, então foi assim uma situação bem diferente até então, porque mesmo sendo nova no estado, quando eu entrei ali em 2014 né? no final de 2014, então assim foi uma coisa bem... complicada para todo mundo, né, porque a gente não esperava, né, uma coisa assim uma situação totalmente fora da normalidade, né, que atrapalhou muito a vida de todo mundo. (...) Sim, sim, aham, ainda mais assim ó: eu, por exemplo, recém estava entrando com aquela expectativa toda, então, daí no outro ano, porque como eu te falei, eu entrei no final de 2014, quando mudou o ano ali, já começou o parcelamento, então eu mal comecei a receber (risos) e começou a parcelar, pra mim foi bem difícil assim, né, complicado. (Professora A).

Destaca-se, assim, o ingresso na carreira do Magistério Público⁶⁷, pois os vencimentos aumentam gradualmente ao longo dos anos e conforme avança a formação. Sendo assim, um docente iniciante, além de estar no estágio probatório de três anos, tem ainda como elemento de fragilidade o baixo salário, pois não acumulou vantagens do tempo de carreira pública que sofreu alterações recentes⁶⁸. Ao mesmo tempo, podemos considerar nas “expectativas” que a professora incorporada à rede de ensino chega com idealismos sobre seu trabalho, suas possibilidades e sua autonomia docente. A carreira do funcionalismo é valorizada no imaginário dos trabalhadores com o dispositivo constitucional da estabilidade no cargo⁶⁹, ainda mais num contexto de precarização geral do trabalho. Sendo assim, podemos

⁶⁷ A carreira do Magistério estadual está regulamentada pela Lei Nº 6.672, de 22 de abril de 1974. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-6672-1974-rio-grande-do-sul-estatuto-e-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-do-rio-grande-do-sul> Acesso em 13 de agosto de 2023.

⁶⁸ Essa normativa foi alterada pela Lei Nº 15.451, de 17 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15451-2020-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-no-6-672-de-22-de-abril-de-1974-que-institui-o-estatuto-e-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-do-rio-grande-do-sul> Acesso em 13 de agosto de 2023.

⁶⁹ Ver Art. 41º da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 13 de agosto de 2023.

imaginar o sentimento de frustração entre a conquista da professora ingressante e o parcelamento de seu reduzido salário inicial.

O clima desse diálogo foi amistoso, inclusive, num momento destacamos na transcrição que a professora ri diante do absurdo de sequer ter começado a receber. Essa risada não deve, de modo algum, sugerir uma irrelevância, pelo contrário:

É relevante notar que nesses casos, ao contrário do que o hilário do discurso sugere, as pessoas têm alguma amargura para revelar. Convém então não confundir a provocação do riso com o cômico no sentido ingênuo do termo. Quase sempre pessoas que se valem dessa forma de narrativa precisam de um discurso pândego para conseguir contar acontecimentos que foram para elas difíceis de enfrentar. (MEIHY, 2005, p. 143).

Portanto, a ironia da professora que recebeu poucos salários antes do parcelamento iniciar é risível por seu aspecto absurdo, pela irracionalidade da situação.

O segundo professor entrevistado, chamado aqui de professor B, está na função de direção atualmente. Ele apresenta um comportamento muito calmo e elabora um discurso que não simplifica as questões abordadas, dá sempre um contrabalanço na busca de um esboço da totalidade. Nessa fala, entende o aspecto artificial do fenômeno do parcelamento e congelamento, bem como a necessidade de união da categoria dos professores para disputar, como veremos adiante. Esse professor centrou-se mais no congelamento e na mudança do plano de carreira, do que no parcelamento em si. Em suas respostas, diz explicitamente pouco sobre si, enquanto personagem, na verdade, fala muito na terceira pessoa, “o professor, se tu for olhar, anda com o mesmo carro há muitos anos, e tem que andar.” (Professor B). Portanto, adota um tom de análise, com certo distanciamento, possivelmente relacionado com sua formação em Filosofia. Essa forma de expressão, pode ter relação também com uma espécie de distanciamento do narrador:

Com efeito, quando uma recordação tem um propósito mais cognitivo e pretende ser testemunho (e o evocador uma testemunha), assiste-se a uma espécie de censura interior, a um autodistanciamento no qual o sujeito se comporta, mesmo em relação aos eventos que lhe dizem directamente respeito, como se fosse um outro que os tivesse presenciado, isto é, como se tivesse sido uma terceira pessoa a vivê-los. (CATROGA, 2001, p. 47).

Assim, o autodistanciamento do professor não é um elemento incomum, tendo sido registrado já por outros pesquisadores e sugere o tom de testemunho, ele se importa e quer passar a versão mais completa possível sobre o período.

Em sua experiência individual, doméstica e familiar, este docente foi atingido com menos dureza, pois não usa crédito, evita contrair dívidas:

Na verdade eu conseguia trabalhar na ideia, sempre consegui trabalhar na ideia de ter o salário de um mês, mais ou menos, de reserva, [para que] conseguisse dar o giro. Quem não se organizou dessa forma não tinha como, porque se eu não tivesse feito dessa forma, teria me faltado também. (Professor B).

Apesar de ter sido afetado de forma menos dramática, por qualidades próprias, o professor não cai em discursos moralistas culpabilizando os colegas por seu endividamento. Esse comentário ajuda a relativizar a experiência do parcelamento e defasagem salarial, pois cada indivíduo é afetado e reage de determinada maneira, ao mesmo tempo em que a estratégia adotada por um indivíduo não respalda ou torna mais aceitável em termos morais e jurídicos a prática de precarização do trabalho. Inclusive, podemos comparar a estratégia do professor B com a situação da professora A, a qual estava ingressando no serviço público com um salário inicial, ou seja, sem condições concretas de formar uma reserva. Isso não significa, porém, que não tenha sido afetado ou desrespeitado, apenas que isso não o arrastou para o endividamento ou falta de gêneros básicos e remédios, por exemplo.

A terceira entrevista se deu com a professora C, formada em História, vice-diretora, a qual apresenta uma postura muito crítica e em permanente contato com os colegas, seu pensamento tem influência direta desse convívio. Nesse contexto, a professora estava ingressando num contrato com o estado, enquanto já possuía outro com estabilidade. Mais que o cansaço, em sua narrativa temos o desrespeito como o aspecto mais marcante do período. À maneira do professor B, ela relata uma organização financeira que lhe deu maior segurança no período, em suas palavras:

- Eu na época do parcelamento, eu sempre fui muito organizada com minhas contas e sempre tinha uma reserva, uma reservinha no banco, eu pegava todo mês, usava minha reserva, outro mês eu recebia e guardava minha reserva de volta. Fui me organizando, eu não dei dinheiro para o Banrisul. Mas, assim eu pensava nos meus colegas que nunca tiveram isso, eu pensava “guardei um pouco de dinheiro para fazer outras coisas, para planejar na minha casa, trocar de carro”, enfim, fui guardando, eu tinha isso, mas meus colegas não tinham. Eu não tinha coragem de contar que eu já tinha, felizmente, essa reserva.
- Isso parece que iria responsabilizar os colegas por isso...
- Eles pensavam: é uma falta de respeito esse Banrisul. É uma falta de respeito, sabe? Eu não ia dizer que eu recebia e guardava de novo, e assim eu ia. Eu não ganhei juros da minha poupança, eu girei com aquele dinheiro, mas não ganhei juros, porque eu tava sempre... Eu nesse momento foi isso. (Professora C).

A professora demonstra preocupação com a visão que os colegas terão dela, pois poderia parecer que estava julgando uma suposta desorganização financeira. Isso nos provoca a pensar qual o impacto dessa omissão no imaginário compartilhado pelo professorado, pois

se todos estivessem bem, não relataram a imagem que sobra é a dos casos extremos. Inclusive a presença dos colegas é constante em suas respostas, até mesmo ao relatar sua experiência e contraste com a experiência conhecida dos colegas. Isso é interessante para pensarmos o aspecto da memória coletiva (HALBWACHS, 2003, p. 32) que é reforçada pela convivência com os pares. Além disso, é interessante notar em sua fala a vitória pessoal, pois “não dei dinheiro para o Banrisul”, visto aqui como um órgão oportunista e covarde, como veremos mais adiante, nos relatos sobre o governo.

A quarta entrevista ocorreu com a professora D, formada em ciências sociais, coordenadora, que também trabalha numa escola particular. A professora demonstra um ponto de vista administrativo sobre a crise, valorizando, portanto, uma gestão mais eficiente como a de Eduardo Leite. Seu enfoque se dá na desvalorização da aposentadoria, bem como nesses casos extremos de precarização. É curioso como a entrevista inicia com um comentário da professora que acreditava não poder me ajudar, já que ela não sofreu com tanta intensidade. Isso sugere uma espécie de auto exclusão do evento histórico, sendo que sua experiência é de nosso profundo interesse, suas memórias e suas interpretações políticas. Sobre sua vivência, ela relata o seguinte:

Eu, em particular, ainda tinha um subsídio maior, porque eu trabalhava numa escola particular, então eu não sentia o impacto tão grande quanto aqueles que dependem no caso de dependiam única e exclusivamente do salário do estado. Eu recebia do particular e ficava aguardando o salário do estado, na verdade, eu nem contava com esse, porque nem era algo que nem tu podia contar muito. (Professora D).

O caso dessa professora exemplifica outra situação dentre o professorado, a variedade de contratos, pois um professor pode trabalhar para diferentes redes ao mesmo tempo. Ao ser funcionária da rede particular, a professora possuía uma alternativa salarial ao estado. Aqui a professora realiza um contraste entre sua condição e aqueles sujeitos mais precarizados, o que reforça o que chamamos de auto exclusão do evento histórico, como se fosse mera expectadora, isso fala indiretamente de sua percepção e de suas memórias sobre o coletivo. O caso peculiar dessa professora é interessante para refletir sobre a dinâmica a que está submetida a categoria, o acúmulo de contrato nas redes de ensino diferentes, pois isso é um fator que dificulta a coesão para lutas sindicais, como será aprofundado posteriormente.

O último entrevistado, o professor E, formado em História vice-diretor, em termos gerais, apresenta uma fala muito engajada, consciente das ideologias e manipulações empreendidas pelos governos. Além disso, interpreta o professorado de modo muito prático, em certa medida decorrente de sua vivência sindical. Dentro da amostra levantada, a sua experiência parece ser a mais precarizada, ainda que seja um sujeito engajado no movimento

de lutas pela categoria, é um professor endividado, que acabou atrasando ainda mais suas dívidas, pagando mais juros. Nas suas palavras:

Eu atrasei muita conta, eu atrasava conta, a primeira que a gente atrasa é água e luz, telefone, isso daí não dá nada atrasar. Entendeu? Isso daí eu sou acostumado. Começa a faltar, eu não pago a água, não pago a luz. Isso aí é barbada, entendeu? Deixa faltar para depois, paga um jurinho, uma vez foi o moço da Corsan cortar minha água, deixei passar dois meses, daí falei: não, não, espera aí... Vou pagar. Tchê, tem uns que eles cortam mesmo, o pessoal da Corsan. “Ó paga logo isso aí.” “Vou pagar, não te apavora.” Atrasar conta... Isso aí a gente atrasa, isso aí é da vida. Como é que foi a situação para mim? Olha, apertado né, cara, muita conta para trás. Eu fazia financiamento de um carrinho, um carrinho popular. Ford Ka. Pneu aro 13 não fabrica mais, estão carecas. Não encontra novo. Os caras querem que eu compre um aro 14. Esse carrinho foi pago só com mensalidades atrasadas, com jurinho a mais. Eu podia escolher também, ou pagar o juros do banco para adiantar aqui com o Banrisul ou vou pagar com atraso o Bradesco, pagava com atraso o Bradesco. Entendeu? A vida foi essa, paguei juros, paguei juros, de várias contas. Não tinha, a situação não tinha solução. E os rolos com o Banrisul, pega empréstimos com o Banrisul e cheque forte, e cartão de crédito. Nesse ano, eu consegui negociar as dívidas do cartão de crédito, baixei as dívidas do cheque forte, através de empréstimo no Banrisul, quitei, não tenho mais cartão de crédito. O empréstimo é que nem uma droga, tem um efeito ali, ilusório, tu não tem aquele dinheiro, não é teu. (Professor E).

Essa vivência se contrapõe aos casos de profissionais que lidam com uma confortável margem de segurança, ficando sob uma situação gradativamente agravada pelo parcelamento salarial e, principalmente, pelo congelamento, pela defasagem acumulada há cerca de oito anos seguidos. Note-se que o financiamento, enquanto estratégia de crédito é mais acessível para funcionários públicos, que investem em empréstimos de longo prazo contando com sua estabilidade na carreira. Esse professor parece resignado a pagar juros, inclusive, trata o atraso da conta da luz e água como estratégicas, é um recurso que possui para ter tempo hábil de organizar as dívidas. Os juros aqui devem ser vistos como prejuízo, uma punição em dinheiro, perdido, por causa do não pagamento no prazo.

Trazer à tona tais situações é dever da História Oral, não como memorialista, mas sob a forma de um estudo crítico:

Não resta dúvida de que a responsabilidade dos historiadores latino-americanos, devido às peculiaridades de nosso mundo, está na recuperação da história não-oficial, da história que foi oculta ou silenciada, aquela que vem contradizer os discursos esgotados de ditadores e governantes circunstanciais ou espúrios. (MEYER, 2006, p. 115).

O professorado demonstra uma postura consciente, coerente com a história combativa do sindicalismo do Magistério gaúcho. Aqui estamos documentando e denunciando os discursos espúrios do neoliberalismo, conforme pensam os professores entrevistados.

Assim, temos cinco experiências, duas mais graves e três mais controladas que ilustram a diversidade de casos e os diferentes graus de dependência do professorado frente ao

estado. Os casos recolhidos não são dramáticos ou comoventes, mas isso levanta algumas considerações. Frente a esse objeto de estudo, as memórias de um segmento profissional sobre determinadas políticas públicas, a Academia exige certo afastamento de moralismos e da reprodução de discursos fáceis. O produto acadêmico configura uma reflexão rigorosa da realidade, nesse caso a realidade subjetiva vivenciada pelos professores.

Em primeiro lugar, este não é um trabalho de denúncia, não se pretende aqui realizar um levantamento apenas dos casos mais urgentes e lamentáveis. Em outras palavras, esta não pode ser uma matéria demagógica e oportunista apenas para atrair publicidade, capitalizar em cima da desgraça alheia. Também não é uma ação de propaganda sindical, as quais merecem nossa atenção com a crítica adequada. Na verdade, a presente pesquisa trata de um objeto de estudos da História, isto é, a memória de um segmento profissional, o qual é importante aos estudos acadêmicos, bem como às políticas públicas e ao pensamento político.

Por outro lado, parece que estamos favorecendo a imagem de uma precarização branda do trabalho professoral, um exagero de um grupo corporativista e lamuriante. Não é nosso interesse criar essa imagem que é, no mínimo, ofensiva a uma categoria que carrega aproximadamente oito anos de perdas salariais e recorrentes desrespeitos por parte do poder público. Há aqui um relato recorrente sobre indivíduos de classe média precisando de cestas básicas, e precisamos investigar os significados disso. Ou seja, a presente pesquisa não se resume a um alarmismo, nem a uma culpabilização da vítima, mas sim pretende ser um estudo sobre as memórias do professorado estadual frente à piora nas condições de vida e trabalho. Isso nos leva à próxima parte da nossa análise, ou seja, como notavam seus pares.

Considerando esses aspectos da produção científica, vamos à sistematização desses primeiros resultados. A experiência do parcelamento afeta diferentemente os sujeitos, levando em conta algumas condições. Nos relatos, certo número de circunstâncias constam no imaginário do professorado, dentre elas aparece o ingresso recente no Magistério público, o que funciona como um agravante da dependência de um salário menor. No outro extremo, a aposentadoria também funciona como fator recrudescente dessa vivência. Além disso, o endividamento prévio é um motivo de piora nas condições de vida e trabalho, ao contrário dos professores que contavam com uma reserva na poupança, por exemplo, enquanto isso, em alguns casos, o parcelamento empurrou professores ao acúmulo de empréstimos. O professorado está atravessado por diferentes condições socioeconômicas e posições no âmbito da carreira estadual e reconhece essa espécie de autopercepção coletiva. Convém ressaltarmos o acúmulo de empregos paralelos à docência estadual, como exemplificado pela professora D.

Isso é reconhecido nos relatos: a experiência do parcelamento é peculiar a cada profissional, a cada situação financeira.

Podemos dar outros passos no estudo desse contexto, para isso, convém analisarmos como o professorado, a categoria como um todo, aparece nessas narrativas, pois o desenrolar do exame dessas fontes contribuirá para esboçarmos nosso objeto de estudo, a memória coletiva desse segmento profissional. Aliás, o conteúdo dos relatos sobre o coletivo, o Magistério, é uma forma de falar de si igualmente, é inserir-se no contexto indiretamente, da mesma maneira, notamos nos trechos analisados nessa primeira parte que os professores, para falar de sua experiência, contrapunham-na com a imagem geral que possuem do parcelamento.

4.2. PROFESSORADO

Nesse momento, passaremos a analisar como aparece o segmento profissional, a coletividade dentro das respostas. Assim, queremos perceber como é lembrada sua situação, sua organização, sua imagem e os valores presentes nessas narrativas.

Seguindo a mesma ordem das entrevistas, a professora A oferece a imagem de um professorado que trabalha bastante, mas não é valorizado pelo governo, nem pela comunidade. Nesse momento não pretendemos focalizar as imagens sobre o governo ou comunidade, ainda que nesse discurso os personagens estejam entrelaçados. O docente, portanto, é um tipo de trabalhador muito esforçado: “e o trabalho que o professor faz é um trabalho imenso e incansável, o professor está sempre em função de escola, né?” (Professora A). Essa generalização da imagem do profissional perseverante e laborioso⁷⁰ pode decorrer de um discurso corporativista, que visa valorizar o segmento:

O meritocratismos pode, a despeito do efeito de isolamento que lhe é peculiar, articular-se com o sindicalismo graças ao deslocamento de ênfase do mérito individual para o da profissão. O culto ao mérito do indivíduo é prolongado e completado pelo culto ao mérito da profissão. (BOITO JR., 2004, p. 228).

Ainda mais se considerarmos que num contexto de ataque aos direitos trabalhistas, cortes de gastos com Educação e de parcelamento e defasagem salarial no estado, esse tipo de discurso emerge como estratégia importante e urgente para a sobrevivência do status do segmento, reforçando que o corpo docente tem mérito e é injustiçado.

⁷⁰ Se formos muito otimistas, podemos pensar que essa fala seria uma projeção da experiência localizada dessa profissional, uma projeção dos valores notados em si mesma ou na coletividade, algo que ela viu e valoriza.

Bourdieu igualmente nos ajuda a pensar a autoimagem que o professorado tem de si mesmo, quais ideias estão envolvidas. Quando este autor analisa a posição de docentes de nível superior, ele elabora que corpo professoral possui limites às aspirações, pois é uma pessoa culta, mas não é um intelectual como os artistas, da mesma forma, é um profissional produtivo, mas não é burguês. Então, sua autoimagem está entre “a hierarquia do poder econômico e político e a hierarquia da autoridade e do prestígio intelectuais: muito ‘burguês’ aos olhos dos escritores e dos artistas, dos quais se separam por suas condições de existência e seu estilo de vida, e muito ‘intelectuais’ aos olhos dos burgueses” (BOURDIEU, 1998, p. 209). Resta, portanto, encontrar compensação numa resignação aristocrática, um ascetismo que recusa honras, ou no espírito de serviço público, devotamento. Esse recurso de auto-estima torna-se o ideal professoral, a função pública, o bem comum. Podemos interpretar o “trabalho incansável” também como a realização desse ideal de servidão à coisa pública, ao bem coletivo.

Essa imagem do magistério é trazida pela professora A em uma das perguntas sobre o contexto da sala dos professores, espaço privilegiado de convívio entre os pares. Então, a entrevistada relata que havia:

Um clima assim de bastante tensão, muitos colegas preocupadíssimos, porque muita gente assim... Passando trabalho mesmo, porque muitos colegas sustentam a casa, a família, enfim. Então todo mundo preocupado, porque não tinha como pagar as contas, às vezes tem uma conta que não tem como esperar, né, então a gente sabe que a gente trabalha com data todo mundo, é água, é luz, é aluguel, e ninguém quer esperar para pagar, então, assim, muita preocupação, muita reclamação, todo mundo cansado, estressado, reclamando. Realmente um clima bem tenso assim, porque ninguém estava muito contente com isso. Não tinha como ficar, né? (Professora A).

Nesse contexto, a categoria vive cansada, estressada e reclamando, sendo que a fonte das suas angústias são os prazos, ou melhor, a incapacidade de satisfazer tais cobranças. A escolha das palavras “passando trabalho” sugere grande sofrimento, escassez. Esse é o sentimento lembrado, a urgência dos prazos que gerava muita preocupação e um clima de tensão.

Junto disso, outro elemento, presente na narrativa do professor B, que nos provoca a reflexão é a noção de dignidade subjacente à remuneração, que agrava o que podemos chamar de sentimento de injustiça:

Ainda hoje, a gente percebe, ainda hoje, muito. O professor se tu for olhar anda com o mesmo carro há muitos anos e tem que andar. O professor que tem duas ou três escolas, quatro escolas tem que se deslocar para diversos locais para poder atender a demanda e quem trabalha às vezes em quatro... Ano passado tinha uma professora que trabalhava em cinco escolas para dar conta. Tu tem que ter uma condução, razoavelmente boa, mas não se tem como ter. Todo mundo anda com o carro antigo,

com poucas condições, é um carro que anda muito simples hoje em dia. Não por opção, mas por não poder. Corta muito da alimentação, corta muito da vestimenta, corta muito de lazer, corta muito de praia de janeiro, porque não tem condições mais, então essa é uma questão muito forte. (Professor B).

Primeiramente, é interessante notar a referência temporal escolhida pelo professor “ainda hoje”, porque isso indica que mesmo agora, dois anos após o fim do parcelamento, continuam existindo consequências desse empobrecimento da categoria. Além disso, o aparecimento na narrativa de uma professora que trabalhava em cinco escolas “para dar conta” reforça, por associação, a ideia de que este é um trabalho “imenso e incansável” (Professora A). Então, como se fosse um modelo generalizado, ser professor significa acumular um enorme excesso de demandas escolares, toda a categoria sai beneficiada pela citação dessa profissional sobrecarregada. Soma-se a isso o fato de que o exercício da licenciatura em diferentes escolas é tomado como aumento da quantidade de tempo desperdiçado em trânsito, como bem analisou Gleyce Barbosa (2020) sobre o deslocamento pendular que precariza as condições de vida e trabalho do professorado por tomar-lhes tempo.

Além disso, para o professor B, existem necessidades funcionais a serem supridas pelo salário, mas também certos confortos tidos como pressupostos. Esse relato toma a forma de um argumento, pois, segundo ele, o professor precisa trabalhar em várias escolas para dar conta, é uma exigência da vida para se atingir e manter um padrão de consumo determinado. Isso é visto como “uma questão muito forte”, ou seja, uma preocupação de primeira ordem. De início, merece destaque que o professor precisa se deslocar enquanto exigência imposta pela condição de desvalorização, isso legitima a necessidade de possuir o bem de consumo durável definido como “uma condução razoavelmente boa”. Esse ponto de vista indica traços do pensamento corporativista, em que a situação privilegiada é legitimada por elementos da profissão. Ainda que a posse de um automóvel seja algo corriqueiro, um carro popular é um objeto de desejo cujo valor alcança, muitas vezes, cerca de dois anos de salários mínimos líquidos acumulados. Além desse item, o professor B igualmente elenca aspectos do que nós poderíamos chamar de expectativa de uma “boa vida”, como alimentação, vestimenta, lazer e férias de qualidade. Indicar a contenção de tais confortos sugere a ausência de consumos próprios à vivência de uma profissão valorizada, um estilo de vida ligado à carreira, o que, numa sociedade consumista, pode significar a sensação de fracasso existencial, sendo assim, a precarização pode acabar sendo um desrespeito à auto imagem do indivíduo, percepção que tem de si mesmo. Ainda que não ostentatório, era um conjunto de recompensas esperado pela categoria. A incapacidade de concretizar esse ideal de consumo agrava o sentimento de precariedade da profissão. Halbwachs (2003) nos diz que o valor de um dado numérico, o

significado de um conjunto de Algarismos, depende das opiniões formadas pelo grupo, das lembranças dos preços compartilhadas, portanto a medida da precarização notada depende da expectativa da comunidade, bem como da memória do consumo no passado. Esse aspecto da memória coletiva nos ajuda a entender o sentimento de precarização, porque os professores comparam o contexto atual com as lembranças de um passado antes dos quase oito anos de defasagem salarial, tomando seus antigos hábitos de consumo como parâmetro.

Nos ajuda a entender essa preocupação, a fala do professor B, pois segundo ele:

Olha, o mais marcante foi aquilo que se notava entre a gente, entre os colegas, a dificuldade que todo mundo teve de conseguir arcar com as despesas, pagar as contas, e principalmente assim na medida em que os anos foram passando, as dificuldades foram aumentando, os preços subindo, e o valor do salário sendo o mesmo, o salário também estava congelado nesse tempo. O salário ficou congelado sete anos para os professores e mais o parcelamento. Isso dificultou muito a vida dos professores, o ânimo de cada professor tu notava que era bem complicado, o professor não se sentia nem um pouquinho valorizado no trabalho que exercia, sentia muita dificuldade de se manter, mas eu diria assim o professor continuou e ainda continua na profissão muito por necessidade, não somente por vocação, mas muito por necessidade. (...) Muitos se tivessem outra idade talvez iriam largar o magistério. (Professor B).

Em outras palavras, o professorado está encurralado e gradativamente mais pressionado. Como se não bastasse, “o professor não se sentia nem um pouquinho valorizado no trabalho que exercia”, favorecendo o sofrimento social como elaborado por Faustino Filho (2020), que considera a desvalorização social, acarretando a perda de objetivos profissionais, a venda da própria personalidade. Essa piora nas condições subjetivas está entrelaçada à piora nas condições materiais. A não reposição das perdas do valor de compra ao longo de sete anos piorava a capacidade do professorado de arcar com suas dívidas, sem perspectiva de solução no horizonte. Dessa forma, o professor B projeta a imagem de uma categoria cuja desistência da carreira é um desejo, mas que carrega uma punição econômica entendida como sendo pior do que tocar em frente. A única opção sensata é continuar, e continuaram.

Isso é reforçado pelo relato da professora D, a qual coloca que a aposentadoria não é uma linha de chegada, não é simplesmente uma vitória de quem trabalhou toda a vida adulta:

Então, hoje os professores na verdade, a gente entra na sala dos professores, ouve as conversas, claro que há indignação em relação ao salário que é muito baixo sim, há a indignação em relação, até porque os professores que são aposentados numa matrícula, em outra estão trabalhando, quem está na ativa é uma coisa, quem está indo se aposentar, deus me livre e guarde, eu não quero nem pensar em aposentadoria. Tu te aposenta, tu simplesmente, teu salário some praticamente. Até uma colega se aposentou em março, ela chegou para se aposentar e falou eu não sei nem se te dou parabéns ou... Ela disse “olha, é um horror, um horror, até pensei duas vezes, mas eu estou muito cansada, eu não aguento mais.” De fato, trinta anos de magistério. Muito ruim, a forma como se aposenta hoje é muito ruim. (...) Qual é a vantagem do funcionário público se aposentar? E ao mesmo tempo, uma pessoa

com 70 anos de idade trabalhando, porque hoje as aposentadorias estão indo a 62, 63 ou 64. E aquela pessoa que está cansada e não quer mais estar na escola? Que está porque tem que estar, porque necessita daquele dinheiro. O quanto isso tem de qualidade de ensino? São coisas que eu acho que quem tá lá em cima não se dá conta. Tu vai ter uma professora de 65 ou 70 anos de idade num primeiro aninho do fundamental, ou segundo aninho ou terceiro aninho do fundamental, tu tem noção do que é uma sala com 25 ou 30? Porque anos iniciais, primeiros anos, em lei, no máximo são 25 alunos para alfabetização, eu estou com 28 em cada uma e seguiram mandando colocar, e aí? (Professora D).

Nesses termos, a professora D delinea um cenário em que o professor precisa continuar trabalhando e o futuro fim do seu trabalho, o merecido descanso, é na verdade um horror. O professor deve continuar trabalhando, a menos que esteja muito cansado, não aguente mais, enfim aceitando o prejuízo em troca de um empobrecimento pacífico amargurando a ingratidão da sociedade. Essas descrições nos oferecem a imagem de um professorado preso num trabalho autoimposto, incapaz de satisfazer suas expectativas de consumo e de saldar suas dívidas. Atrelado a uma carreira cujas alternativas são entendidas como piores do que ela própria, pois o indivíduo pode pedir exoneração e lançar-se ao mercado de trabalho privado e precarizado, engrossando o exército de reserva⁷¹ que disputa por um emprego. Recrudescer esse quadro a negligência da gestão da educação estadual que permite o acúmulo ilegal de até trinta estudantes numa turma de alfabetização. Aqui devemos considerar também as expectativas atreladas ao grau de especialização e formação:

Os professores são os profissionais de ensino superior no Brasil que detêm os menores salários, qualquer profissional com ensino superior, engenheiro, arquiteto, advogado, farmacêutico, engenheiro florestal... O cara tem piso salarial maior do que o professor. O estado do Rio Grande do Sul, não é que eu ache que as pessoas tenham que ganhar mal, todo mundo tem que ganhar bem, mas a brigada militar, o sujeito com segundo grau tem salário maior que o do professor, que tem formação. Isso é desmoralizante. Nós temos que dar conta de ensinar toda uma juventude, toda uma nova geração, olha como é bom estudar, via de regra, quanto maior o estudo, maior o salário, não é o nosso caso. (Professor E).

O empenho em especializar-se, aprimorar uma formação para avançar na carreira, e ver que de pouco adiantou o esforço realizado academicamente gera indignação. Aqui aparece uma noção explorada por Armando Boito Jr. chamada de “salário relacional” (2004, p. 228), sob uma perspectiva do merecimento, o profissional de classe média deve ser valorizado relativamente mais do que os trabalhadores manuais, neste exemplo, a brigada militar. Isso está relacionado com o mérito pessoal e com as expectativas atrelada ao investimento de tempo em formação. No caso professoral, a prestação do serviço parece estar intimamente

⁷¹ Devemos considerar que os índices de desemprego bateram recorde de 14,7% em 2021. NITAHARA, Akemi. Desemprego mantém recorde de 14,7%, diz IBGE. **Agência Brasil**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/desemprego-mantem-recorde-de-147-diz-ibge> Acesso em 08 de agosto de 2023.

ligada ao discurso profissional cotidiano, o estudante precisa se dedicar à escola para acessar posições sociais mais valorizadas, mas isso não se reflete no caso do Magistério. É próprio do trabalho escolar a preparação da mão de obra qualificada para a manutenção e expansão do capitalismo (BERNARDES, 2018), assim, o cotidiano da sala de aula envolve criar expectativas junto ao alunado reproduzindo determinado discurso.

Frente a esse quadro aparentemente sem saída, alguns professores encontram fontes de renda paralela ao trabalho no estado do Rio Grande do Sul, criando sua alternativa. Mas isso também tem impactos na capacidade de organização da categoria, conforme nos argumenta o professor E, cuja experiência militante deve ser considerada:

Nós somos classe urbana e proletarizada, mas a gente ainda tem essa dificuldade de trabalhar no coletivo. É bem comum na sala dos professores a gente vê colegas vendendo Avon, Natura e Racco, Mary Kay... Até depois da pandemia isso sumiu. Professor de matemática dá aula particular. Professor de História é difícil dar aula particular. Professor de português dá aula particular. Tem professor na rede estadual, municipal e particular. Tem gente na privada, e aí se divide. Isso desfavorece que a gente seja grupo, é uma situação que não é só do professor do estado. Também é do Município, no estado. Seguido eu vou nas atividades sindicais, lá em Porto Alegre, uma vez por mês eu vou. A gente sabe que às vezes tem dia de paralisação no estado, mas o cara tem aula no município, então ele não vai, porque tá engatado. O professor faz outro bico na iniciativa privada. Não é de professor mesmo, nós temos colega aqui trabalhando de garçom, colega da educação física que trabalha na academia, isso é comum. Tinha um professor de física que consertava máquina de lavar roupa, tinha uma oficina. Daí o pessoal termina achando alternativas individuais, a gente precisava mais desse senso do coletivo. Só que é toda a jogada arquitetada, o pessoal termina cada um se virando por si, existe a dificuldade da criação dessa coletividade pela maneira que as coisas estão colocadas, uma pessoa trabalhar em mais de uma rede é básico, é o mais comum, é raro o professor que é só professor do estado, que é só professor do Município. E quando é só professor do estado, “ah, eu trabalho lá no Cilon, lá no Tancredinho, lá no Pilar...” (Professor E).

Portanto, os indivíduos, frente a um problema coletivo, dão respostas isoladas, as quais os afastam ainda mais de uma solução de grupo. O professorado é dentre outras coisas docente, há uma desprofissionalização voluntária, isto é, já valia pouco lutar pelo Magistério, mais ainda no caso em que não há mais uma identificação coletiva, perdeu-se. É interessante considerar que o professor E é o único que integra as funções do CPERS/Sindicato, fala de dentro do organismo, portanto é um promotor do engajamento dos colegas e sua interpretação sobre o professorado é perpassada por essa vivência sindical, o que influencia suas preocupações. Esse relato agrega mais um elemento ao personagem “professorado”, pois determinados professores lançam mão de atividades particulares para complementar a renda, sem largar da estabilidade oferecida pelo funcionalismo público estadual.

Nesse sentido, quando indagados sobre o que fazer para prevenir que o parcelamento se repita, a imagem projetada enfatiza a desunião da categoria:

E outra que a classe não está unida, a classe, apesar de ter umas atitudes de cooperação entre si muito fortes, tem ainda muita divisão de ideias, atitudes diferentes, comportamentos diferentes que não permitem muita unidade. Se a classe estivesse unida e lutasse unida por melhorias, por condições melhores de trabalho, toda a classe lutasse junto nesse sentido, acho que teria resultados. E não está conseguindo. (Professor B).

Ou seja, há uma diversidade de pensamentos e ações que promovem a desagregação do professorado enquanto categoria. Podemos especular se são divergências quanto à ideologia política e partidária e ou quanto à tática, quais ações e como serão realizadas. Essa não é a única explicação oferecida à desunião, a qual diz também das punições recebidas:

Sim, exatamente, então é uma briga de muitos e muitos anos, isso aí não é de agora e não vai terminar agora também, mas, assim, ó, eu acho que os professores têm que fazer isso mesmo, tem que se unir, tem que lutar, tem que parar mesmo. Quando tiver que parar, todo mundo tem que parar. Claro, alguns professores assim já perderam um pouco a esperança, porque todo mundo cansa, até porque como eu te disse, nessa última greve foi assim ó um massacre, porque muitas escolas pararam, aqui a gente parou também, não parou total, só os pequenos não pararam, mas o resto todo da escola parou e no fim todo mundo foi meio que sacrificado, e agora no fim estão recebendo, tem gente que não pode ouvir falar em greve, com razão também, a gente tem que entender todos os lados, porque imagina tu estar fazendo uma greve, reivindicando um direito teu e cortam teu salário e tu fica sem o salário. Bem complicado toda essa situação, mas eu sou a favor de que o pessoal continue, porque alguma coisa tem que ser feita, a gente não pode aceitar tudo que vem pra gente, e coisa que principalmente que são direitos nossos, a gente não pode aceitar quieto. (Professora A)

Essa categoria saiu derrotada da greve, não só falhou em alcançar o objetivo, mas também sofreu sanções. Assim, “tem gente que não pode ouvir falar em greve”, ou seja, uma parte do professorado sofreu de maneira tão intensa o corte do ponto dos dias em greve que perdeu as esperanças nessa tática. Podemos imaginar os casos de docentes endividados que recebiam parcelado e por motivo da greve, ficaram sem salário, apenas como exercícios de dedução e imaginação. A professora A demonstra empatia com essas pessoas, entendendo-as, mas não muda seu posicionamento tático “tem que parar mesmo”. Esse discurso combativo é recorrente nas entrevistas, ainda que cada sujeito tenha seus motivos para não participar. Ainda que o professor B demonstre uma consciência sobre a disputa de forças que determina as condições materiais do trabalho, e que essa mesma cultura política seja reproduzida por todos os cinco respondentes, a imagem que resta é a de desunião da categoria. Isso nos provoca a refletir qual o papel do “eu” nessa coletividade. Qual esforço esses profissionais entrevistados estão realizando no campo político? Merece nota uma peculiar situação relatada “eu trabalho na escola Case, na escola de infratores, daí não tem como parar. Tem que tocar o ano todo, por questões de estrutura, de organização do Case.” (Professor B). Mais elucidativo e abrangente é o caso da professora C, a qual relata ter ingressado na rede estadual em outro

município e comenta que sua intenção era concentrar toda sua carga horária em Santa Maria. Em vista disso, perguntada sobre sua participação na greve, responde:

Não, naquela época, eu estava em estágio probatório na cidade lá. Terminei meu estágio e vim embora, e como eu queria muito vir embora, não queria nenhuma complicação, daí acabei não fazendo, mas eu queria muito ter feito. E daí, como tu é uma só, eu tinha duas matrículas, tava na segunda, na outra eu poderia tranquilo, porque eu estava em sala de aula, mas eu queria muito, era muito longe lá [no outro município], dificultoso chegar, estava começando o ensino médio lá, não tinha ensino médio antes. E eu queria muito trabalhar no estado e vir embora. Tu vê como a gente acaba sendo manipulada pelo sistema, porque eu podia ter dito eu vou ficar e esse tempo vai valer porque eu to em greve, mas a gente tem medo né? Eu vejo muitos professores contratados não querendo parar por medo, muitos professores que têm convocação, que é aquela hora-extra, tem medo de perder convocação, sabe? Eles acabam deixando de lutar porque são reféns do sistema. Os nomeados parecem que não tem medo, são os mais corajosos. Teve paralisação nas últimas duas quartas-feiras, os contratados sempre com medo, né? (Professora C).

Dessa forma, o relato da professora C contribui para caracterizarmos não apenas o medo como fator de desestímulo, como no caso dos contratados, mas também os interesses individuais, num contexto de medo e insegurança. No caso da professora C, temos o atrativo da mudança, da vantagem logística. Mas não só isso, a professora relata que colegas beneficiados por convocações tornam-se reféns das vantagens do sistema. Isso nos ajuda a delinear como o professorado pensa a si próprio frente ao “sistema”, encurralado e agarrado a pequenas vantagens. Acrescentamos que a professora C é marcada pela dialogicidade, sendo que suas ideias foram elaboradas no contato com os colegas, e isso agrega maior validade aos argumentos. Aqui temos um professorado que assiste impotente o desmoronamento do poder sindical e da luta.

Porém, antes de examinarmos essa representação sobre o sistema ou sobre o governo, convém destacar um último tipo de imagem levantada sobre o professorado, isto é, a solidariedade. Contrastando com os discursos até então elaborados sobre um professorado individualista, apegado a pequenas vantagens e buscando alternativas isoladas à luta sindical, temos a recorrente imagem de amparo mútuo. Isso, como veremos, não esconde os demais problemas da categoria, mas agrega, aos valores da profissão, a abnegação da vocação docente, uma espécie de voluntarismo⁷²:

Sim, sim. Olha, se tem uma coisa que a gente pode dizer é que a classe é desunida, alguma coisa assim, em outras questões. Mas, agora, na escola o pessoal é muito solidário, então já começa que é escola pública, né? Acontece alguma coisa tanto

⁷² Esse mesmo aspecto foi encontrado também nas entrevistas piloto usadas como experimentação.

com alunos, quanto com professores, todo mundo é muito solidário, todo mundo se ajuda, todo mundo pega junto. (Professora A).

Segundo essa professora, diante de uma situação dramática de uma pessoa pertencente à comunidade escolar, seja aluno, seja professor, o coletivo docente coopera para ajudar. Essa imagem é muito interessante, porque é um dos únicos momentos da pesquisa em que o professorado não é apresentado como vítima, nem como egoísta, na verdade temos um discurso elogioso. Não se trata aqui de verificar a validade concreta dessa ideia, mas sim sua utilidade discursiva. Essa predisposição voluntária da profissão não pode ser tomada sem críticas, tal qual sua generalização, mesmo assim, é um elemento recorrente nas entrevistas.

A coisa que eu mais achei bacana foi um olhar mais solidário dos colegas uns com os outros. De ajuda, de ajuda com cestas básicas. Teve sim, bastante, não só em nossa escola, eu penso que outras escolas também por alguns comentários que eu ouvi que teve escolas que se organizaram e ajudaram alguns professores que tiveram mais dificuldade para se manterem para fazer um rancho⁷³, para comprar comida. Foi uma questão que me marcou muito mesmo. (Professor B)

Novamente a imagem do funcionário de classe média que precisa de ajuda dos colegas vem à tona, mais do que buscar auxílio com familiares e amigos, o profissional, diante da incapacidade de comprar uma cesta básica, é socorrido pela escola. Isso pode nos dizer que numa sociedade cada vez mais particularizada, de indivíduos isolados, o grupo de trabalho torna-se um núcleo importante para solidariedade, ou seja, os colegas tornam-se a comunidade dos professores. O professor B afirma ter ocorrido esse tipo de socorro em sua escola e ter ouvido que o mesmo se deu em outras instituições. A forma dessas frases indica certeza e justifica a marcação positiva na memória. A professora A aprofunda essa descrição:

- A gente teve sim poucos colegas, mas em outras escolas, a gente soube de colegas que passaram necessidade mesmo, sabe, da gente fazer vaquinha, de a gente ajudar, de a gente fazer cesta básica, então, claro alguns não colocavam muito a situação, não gostava de se expor muito, claro né, como eu te falei, uma coisa bem complicada, assim, todo mundo tem um trabalho, ninguém quer ficar se expondo, dizer que está passando alguma necessidade, alguma coisa, mas enfim eu acho que naquele momento todo mundo tava passando pela mesma situação, para uns a situação era pior, porque como eu te disse, muita gente traz o sustento da família, a família depende daquele salário ali. Então foi bem complicado assim alguns colegas a gente ajudou bastante fazia, como eu te disse, cesta básica, ajudava com alguma coisa, quem podia ajudava mais né, mas a gente viu muitas situações, não só aqui na escola mas em vários lugares né. (...) Sim sim, assim eu não sei te dizer especificamente, porque a gente sabia de algumas situações daí a gente ajudava, mas assim era mais a diretora que sabia bastante coisa, traziam para ela algumas situações, daí algumas ela passava pra nós, ou de alguns outros colegas, minha irmã também, então, tudo a gente, sabe, se comunicava, mas eu não sei te dizer especificamente assim... (Professora A).

⁷³ A palavra “rancho” é utilizada regionalmente no sentido de “compras do mês”.

Nas suas palavras, notamos que os professores tinham vergonha dessa situação de expor publicamente sua pobreza e endividamento. Ninguém quer “dizer que está passando alguma necessidade”. Diferentes professores possuem certo número de dependentes, portanto uma grandeza única de despesa de rotina, fora os gastos extraordinários não previstos. Nesse aspecto, nossa pesquisa ganharia muito em encontrar tais indivíduos ajudados, estudar sua autopercepção e como interpretaram as atitudes dos colegas que ajudaram, assim como escutar tais diretoras que organizaram ações de socorro. No relato da professora A, a diretora comunicava aos colegas para que cooperassem, o que colabora com nossa proposta de amostragem, selecionando professores no cargo de gestão por sua posição privilegiada dentro da comunidade docente nesse período. Existe, porém, uma incômoda falta de exemplos concretos na narrativa levantada, por exemplo, a professora A não consegue dimensionar se foram mais do que cinco ocorrências, nem arrisca um palpite. Por outro lado, o professor E descreve a situação em que se encontravam os colegas ajudados:

Na escola, acontece esse tipo de coisa. Um colega não sei se específico do congelamento. Mas são realidades que a gente passa. Nosso inverno no Rio Grande do Sul, aí tu vê uma criança chegando aqui de chinelo de dedo na sala de aula, puxa vida, o professor pensa eu vou comprar um tênis para esse guri. E tem coisas que chegam para nós dos colegas. Eu não, agora, tchê, eu sei que a gente já ajudou colega, tivemos um colega que pegou COVID, ficou internado, ficou sem trabalhar, a gente fez uma vaquinha, isso aí é comum, esse tipo de coisa, na época eu não lembro de uma situação específica. Eu lembro de colegas que, eu era um cara que pegava o adiantamento do Banrisul, tinha um colega que não conseguia, porque tinha problemas com o Banrisul. Sabe? Teve gente que pegou e tinha um rolo de outra dívida, questiona na justiça... Muita gente... Alguns, eu sou um que estou na fila da portabilidade, saiu do Banrisul. Foi receber noutro banco, Caixa Federal, Sicredi, esses outros bancos não ofereciam o adiantamento assim como não ofereciam o décimo terceiro. Então dessa situação, eu lembro de muitos colegas nessa situação assim que tinha que esperar receber e não tinha remédio. (Professor E).

Aqui temos um relato, ainda que com ressalvas sobre sua memória, “não sei se específico do congelamento”, demonstra conhecer colegas ajudados, um no contexto da pandemia de COVID-19 e outro devido à mudança de banco contratado, mas lembra de muitos na espera do salário com falta de remédio. Remédios e dívidas possuem em comum o prazo, existe urgência para que não se perca o prazo, o que reforça que o professorado trabalha por necessidade. Essa narrativa é totalmente plausível, não havendo motivos para duvidarmos de sua veracidade ou da intencionalidade de sua produção, ainda que tenhamos

precaução ao lidar com as fontes. Soma-se, às narrações acima, a descrição feita pela professora D sobre como se dava:

Na época eu me lembro que se fazia... Alguns de certa forma... Se tinha uma... não vou dizer união, porque o magistério perdeu esse sentido de união faz muito tempo, ainda tinha uma certa empatia que se fazia cestas básicas para aqueles que eram professores, cuja única profissão em casa era de serem professores, não tinham outra renda que não ser professores do estado. Então vários colegas precisaram dessa ajuda, do socorro, e outros colegas. A empatia se fez presente, ah vamos fazer uma cesta básica aqui. Geralmente toda escola tem um professor que é do sindicato, então esse professor mobilizava, “vamos fazer uma cesta aqui, fulano e beltrano estão precisando.” (...) Mas foi necessário, professores ou aqueles que tinham alguma condição pagar uma passagem para o outro conseguir ir trabalhar, também aconteceu aqui. Aqui na escola. A questão da cesta básica. Nós tínhamos até uma colega que para vir trabalhar precisava de passagem... Juntava e dava passagem. (Professora D).

A professora não confunde empatia com união: a classe é desunida, mas preocupada com o bem estar mínimo dos colegas. Podemos indagar se isso vale apenas para colegas docentes ou de todas as funções na escola. É claro, a cooperação com material com um indivíduo é muito diferente da discussão tática e ideológica de uma categoria, para começar ela não implica riscos. Nenhuma das entrevistas generalizou essa atitude, ninguém relatou taxativamente que todos os professores colaboraram, inclusive, a professora D indica que “aqueles que tinham alguma condição” ajudavam. Outro destaque interessante é que diferente do relato da professora A, quem organiza a ajuda aqui foram os colegas sindicalistas, não a diretora da escola, o que influencia a professora D a generalizar “toda escola tem um professor que é do sindicato, então esse professor mobilizava”.

Antes de finalizarmos esse trecho do texto sobre a imagem do corpo docente aos professores entrevistados, convém deixarmos a ressalva de que esse grupo abordado ocupa no dia da produção das fontes orais um posto na gestão escolar, portanto precisa lidar constantemente com essa alteridade, portanto reelabora cotidianamente a imagem que possui sobre seus colegas. Não percebemos nenhuma distorção até aqui por esse motivo, mas ajuda a pensar na proximidade das respostas colhidas.

Considerando os relatos e as reflexões lançadas a partir do estudo dessas fontes, podemos esboçar a imagem que os entrevistados possuem do professorado⁷⁴. Em nosso estudo, o Magistério estadual é identificado, principalmente, como uma categoria encurralada, que insiste na profissão porque precisa. Como saída para a crise, alguns buscam a luta

⁷⁴ Reforçamos que essa imagem é construída coletivamente no convívio e nos diálogos com os pares, portanto tais respostas possuem algum grau de representatividade dentro da categoria, ainda que encontrar essa generalização não seja nossa preocupação, e sim o estudo das memórias e interpretações do Magistério.

sindical, outros desistiram dela, devido às punições, outros ainda buscam fontes de renda paralelas à escola. Há também aqueles que se encontram reféns das vantagens pecuniárias ou inseguranças do estágio probatório. A soma desses fatores, na visão do grupo entrevistado, favorece uma classe desunida, incapaz de fazer frente aos desrespeitos e precarizações. Essa piora nas condições de trabalho e vida atormentam o professorado com os sentimentos de preocupação com os prazos das contas do mês, bem como de incapacidade de consumir determinados confortos pressupostos. Em oposição a todo esse individualismo que isola o professorado, temos a imagem do socorro prestado por colegas a outros em situações extremas, demonstrando uma solidariedade viva dentro da categoria. A totalidade dessas imagens formam parte de um campo de significados ao qual tivemos um breve acesso e de onde os professores extraem sua visão sobre os colegas.

Há uma diversidade de situações econômicas em que o professorado se encontra, seja ingressante, aposentado ou endividado. Da mesma forma, há uma variedade de alternativas e táticas escolhidas pelos indivíduos, seja trabalhando em redes de ensino diferentes ou até mesmo fora do magistério. Por esse motivo, as respostas foram tão variadas, considerando tantos aspectos e situações nas quais o professorado é protagonista ou vítima. Assim, podemos afirmar que coexistem muitas imagens do professorado, a depender de qual ângulo se observa, de qual pergunta se faz. O personagem não existe em abstrato, apenas como forma, na verdade, o personagem “professorado” existe nos contextos, dentre eles, o de greve, o de endividamento, o de aposentadoria, o de solidariedade. Acreditamos ter conseguido conhecer algumas das principais imagens que os professores entrevistados constroem especificamente relacionadas ao parcelamento dos salários. Nesses contextos, rememoram os seus colegas nesse recorte histórico de parcelamento e congelamento salarial. O próximo passo para avançarmos na análise é entender os usos e significados atribuídos a governantes.

4.3. GOVERNO

O grupo entrevistado é composto por uma pedagoga e quatro profissionais oriundos das humanidades, isto é, dois da História, um das Ciências Sociais e um da Filosofia. Tais dados são sugestivos quanto à habilidade com que analisam o contexto político e social. Mais que isso, ao compreender certos elementos da disputa de projetos políticos, dão indícios da criatividade dessa categoria, a qual lança hipóteses sobre os eventos e troca ideias, pois seu pensamento está em contato com o dos colegas.

Abaixo transcrevemos um trecho da entrevista da professora A, pedagoga, a qual visava sondar a interpretação política da docente sobre os eventos:

- Eu quero perguntar agora se na tua visão, uma visão bem tua mesmo, por que tu acha que o estado parcelou isso? por que tu acha que o estado parcelou esses salários? São dois governos, né? Sartori e o governo Leite. Por que tu acha que esses dois parcelaram?

- É... Eu acredito que assim tenha sido para tentar colocar as contas em dia mesmo como eles mesmos falavam né, só que assim também não se entende por que não foi parcelado de todo mundo, então parece que às vezes só o nosso lado é prejudicado né, o pessoal mais assim da segurança, da educação, enfim, porque o deles nunca é prejudicado, o deles não foi parcelado, nem nada. Para eles sempre tem dinheiro, pessoal do governo, da legislação, da Assembléia Legislativa, nunca falta dinheiro para eles, mas para a gente sempre falta, então assim, ó, tudo que é, pode ser até que fosse para melhorar ou para tentar alguma coisa, mas é um pouco estranho, ter para uns e não ter para outros, e é sempre do lado mais fraco que a corda arrebenta. (Professora A).

A professora parece entender que um estado esteja vivendo uma crise pode realizar manobras para pôr as contas em dia, inclusive, ela até sugere: “pode até ser que fosse para melhorar ou para tentar alguma coisa”. Uma manobra isolada de um estado endividado é uma coisa, outra bem diferente é sofrer a punição, enquanto outros setores são privilegiados. O que a provoca é a injustiça contra os profissionais do Executivo, isto é, o “lado mais fraco da corda”. Em última análise, o que temos aqui é uma crítica às vantagens dentro da classe média e setores políticos. Sua narrativa não trata de má administração, mas sim de premeditação. Sua fala é uma disputa pelos recursos do estado contra uma espécie de patrimonialismo exercido por setores favorecidos historicamente, pois “para a gente sempre falta”.

Ademais, o tratamento dispensado aos professores é tema recorrente nas narrativas colhidas, e serve para caracterizarmos esse importante personagem da memória docente. Junto da interpretação sobre a inclinação governamental em favor dos outros poderes do Estado sul-rio-grandense, a docente A critica à coerção ilegal promovida pela gestão Sartori. Depois de defender a tática da greve como única saída efetiva, ela afirma:

Claro, as greves muitas vezes acabam quebrando a união dos professores, porque no fim agora é outro governo, mas não sei se tu chegou a acompanhar tudo isso que aconteceu: foi cortado o ponto, os professores não receberam, então é uma forma também do governo punir os professores, uma forma errada, porque é um direito garantido em lei, fazer manifestação, fazer greve, enfim. E o governo está pagando agora, imagina, depois de anos, porque a última greve acho que foi em 2019, recém que ele está começando a pagar e depois de muita luta, muita discussão, todo mundo entrando na justiça que é uma coisa toda... (Interrompe a si mesma)⁷⁵. (Professora A).

⁷⁵ Também pode ser sugestiva a interrupção nesse trecho da fala da professora, ela inicia uma caracterização sobre a “justiça” que é “uma coisa toda...” Talvez para não tergiversar entrando em outros assuntos, talvez para não parecer radicalizar o discurso. Todavia, a confirmação dessas possibilidades dependeria de novas investigações.

Assim, o governo estabelece o controle sobre a luta coletiva, por meio do corte do salário, entendida como “errada, porque é um direito garantido em lei”. Como funcionária pública, a docente ouvida argumenta a partir das regras legisladas, as quais definem seu trabalho e seus direitos, dentre eles o de greve. Cabe à nossa análise notar que o desrespeito à prerrogativa legal ajuda a caracterizar a gestão Sartori como autoritária nessa lembrança. Além disso, quando a professora diz que “o governo está pagando agora”, ela se refere à gestão de Eduardo Leite, o que sugere uma continuidade de gestão nesse imaginário. Porém, o governo só começou a pagar “depois de muita luta, muita discussão, todo mundo entrando na justiça”. Esse trecho indica que a política decorre do embate de forças, da disputa, o que é coerente com o entendimento de que apenas greves podem fazer avançar as demandas do Magistério.

Ainda sobre o assunto do pagamento do corte dos salários dos grevistas, o professor E foi provocado pelo entrevistador: “É interessante comentar que foi pago recentemente, mas segundos antes da reeleição, no acréscimo.” A esse estímulo, o professor responde que “Teve gente brincando que se tivesse mais tempo de campanha a gente recuperava o plano de carreira. (Risos) Nós tínhamos que ter uma eleição um pouquinho maior... Campanha muito curta.” (Professor E). Aqui temos uma concordância entre entrevistador e entrevistado que compartilha um diálogo bem humorado com seus pares sobre o oportunismo do governo Leite num contexto político desvantajoso⁷⁶ durante a disputa eleitoral de 2022.

É recorrente essa imagem de manipulação do governante. O professor B elabora, em sua narrativa, especialmente sobre a gestão Eduardo Leite, Governador durante o tempo em que o docente ocupa a posição de direção. Essas observações em geral têm caráter administrativo e expressam uma consciência das manobras realizadas pelo governante, por exemplo:

Uma defasagem de mais de 50%, aí depois no último ano do governo do Eduardo Leite, ele tentou repor um pouco, ele repôs entre aspas, porque tirou de alguns benefícios que alguns professores mais antigos tinham e colocou isso no salário do professor. Então, o professor acabou não tendo um aumento de salário, acabou que muitos professores ficaram com o salário, ou igual, ou pouco acima daquilo que era, e não daquela propaganda que o governo fez sobre nosso salário. (Professor B).

O elemento “plano de carreira” está presente nas falas dos demais professores como prejuízo, mas aqui ele aparece como estratégia de manipulação, colocada também na propaganda que o governo transmite, especialmente quando consideramos que o último ano

⁷⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleições 2022. Divulgação dos resultados. **TRE-RS** 2022. Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2022/546/RS.html> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

do mandato Eduardo Leite é tempo de reeleição, portanto um reajuste num ano conveniente. Noutro momento da entrevista, quando perguntado se era diretor no período Sartori, responde:

Não, eu sou diretor desde o ano passado. Na época, eu era professor. E notava-se... A grande dificuldade e a tristeza, de certa forma, dos professores pela situação que estavam enfrentando. Percebendo que a política adotada, e não tão necessária, talvez, não necessária, porque alguns setores, notava-se, que havia dinheiro, por políticas adotadas para ter dinheiro, e na educação não tinha dinheiro, por políticas adotadas para não ter dinheiro. A gente percebe as coisas, a sociedade percebe o que acontece, os professores sabem o que acontece no meio político e não é simplesmente dizer que não tem dinheiro. Não tem interesse, não tem política para que a educação vá bem. Eu sei que o Eduardo Leite hoje está investindo bastante no ensino, posso dizer que não investiu, ele investe, né, em recursos. Ano passado, investiu em cada escola com o projeto Agiliza. Esse ano, um pouquinho, Agiliza veio também para as escolas. Então houve um grande investimento para colocar as escolas novamente em condições de uso, a nossa escola eu assumi ano passado, ela não estava mais em condições de uso. Infraestrutura... Tinham espaços que tu ligava a lâmpada de uma sala e apagava a de outra, de tão fraca que era a rede. E não porque não se quisesse fazer, mas porque não se tinha verba para se arrumar. Então, graças ao governo... A uma política do governo Eduardo Leite, no último mandato dele, se conseguiu colocar as condições de uso das escolas. Isso acho uma coisa boa do nosso governo, dos materiais eletrônicos, informatização das escolas, todas as escolas receberam os “*chromebooks*”, receberam computadores através de projetos do estado, alguma coisa do governo federal também, então eu não posso dizer que esse atual governo não esteja investindo, ele está investindo. Mas, até onde ele vai e, com relação a professor, salário de professor, não tá investindo. (Professor B).

Nesse outro momento, o professor B desenvolveu uma interpretação sobre os governos, pois havia dinheiro em outras áreas do gasto estadual, mas por políticas adotadas não havia para a educação. Este docente realiza o esforço de oferecer um contraponto às próprias críticas, então destaca os investimentos em infraestrutura e em informatização das escolas. Essa perspectiva é favorecida pela posição de direção ocupada pelo professor, pois tem interação direta com os recursos enviados pelo estado, em outras palavras, o contato direto com o dinheiro causa mais impacto nos ocupantes dos cargos de gestão escolar.

Num viés similar, a professora D assume um tom otimista sobre a gestão Leite. Para ela, os problemas de Sartori foram resultados da má administração, e ainda que critique as privatizações do governo Leite, a docente reconhece sua importância ao pagar em dia os salários dos professores, mas considera o desafio do estado do Rio Grande do Sul entre equilibrar os valores com os funcionários da ativa e os aposentados:

Foi só quando ele assumiu, janeiro, fevereiro, até março talvez, depois não existiu mais, ele passou a pagar normalmente. Então, esses três meses que levou até se estabilizar dentro do cargo, saber, ver como é que era. Agora, por que do Sartori ter parcelado por tanto tempo... Claro, o Leite a gente sabe teve toda a questão de privatizações, da venda de várias e foi daí que ele tirou o dinheiro para conseguir até

se tem essa pergunta “até quando ele vai conseguir?”, de fato ele conseguiu administrar, porque a primeira coisa que vem à cabeça quando acontece isso, é falta de administração, tu está num cargo tem que fazer essa coisa e não consegue fazer essa coisa, tem dinheiro, tem todos os instrumentos para isso, o que acontece, tem que saber administrar, não está conseguindo fazer o que tem que fazer. Então, a grande pergunta hoje em dia é até quando ele vai conseguir sustentar esse... Porque já se privatizou o que tinha para se privatizar, e agora? O estado vai conseguir andar com as suas pernas? (Professora D).

Com essa indagação, a professora coloca em questão a estratégia privatista do governo Eduardo Leite, sua capacidade a longo prazo de sustentar a máquina pública, mas ao mesmo tempo ela reconhece nesse governo uma gestão eficiente, que se estabilizou, viu como era e, “de fato, ele conseguiu administrar”. Essa perspectiva gerencial da política não dá indícios de disputa política entre classes sociais, cuja correlação de forças determina os resultados.

A perspectiva adotada pela professora D é especialmente interessante quando contrastada com a do professor E. Este docente adota um tom mais classista em seu discurso:

Foi o Tarso que deu o último reajuste. Sartori não deu reajuste e o Leite começou também nos dois primeiros anos não deu, Ele terminou concedendo um reajuste ano passado para nós, foi o primeiro que quebrou o ciclo, ele diz que botou as contas em dia, começou a pagar no dia, até por ali... Porque antigamente, na época do Tarso, na época da Yeda, nós passamos o governo do PSDB, o governo do estado tinha um calendário de pagamento, os professores que são os mais baixos salários do estado eram os primeiros a receber, nós recebíamos três dias úteis antes do fim do mês. E o Sartori alterou isso, num determinado nós não tínhamos dia certo para receber. (Professor E).

Nessa elaboração, o professor E entende que houve um intervalo após o governo Tarso Genro, cujo último ano foi 2014 até o governo Leite, que no finalzinho do primeiro mandato repôs um pouco do salário. Isso se verifica na bibliografia estudada:

Os vencimentos apresentaram progressão em seus valores até o ano de 2015, depois houve decréscimo. Essa diminuição, a partir de 2016, se deu em função do congelamento salarial vivenciado pela categoria a partir de novembro de 2014 – época do último reajuste concedido à categoria, ainda em meio ao governo de Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT) –, perdurando ao longo de todo o ano de 2019. (TREIN & FARENZENA, 2022, p. 14).

Isso sugere uma apropriação utilitária das informações, de uma participação ativa e consciente do movimento sindical. Este professor está pronto para debater sobre o histórico da precarização. Sua visão valoriza o embate, pois Leite não está dando, mas sim concedendo um reajuste, ou seja, ele foi dobrado pela luta sindical, pela correlação de forças própria da disputa política. Além disso, o professor E não perde de vista que o parcelamento pode fazer parte de uma estratégia para distrair o professorado, ou seja, mais uma manobra para manipular o funcionalismo:

Pior que o parcelamento foi o congelamento, foi a falta de reajuste. Eu até usava a expressão assim ó: esse parcelamento é uma cortina de fumaça. Não me incomodava em receber no dia 15, isso não me incomodava, desde que o que a gente recebesse desse para pagar as contas. O que a gente tem recebido não tem dado para pagar as contas. É isso aí. (...) Porque o grande problema não era esse, foi a falta de reajuste, nós passamos oito anos, mais de oito anos sem reajuste. A inflação comendo e nós perdendo poder aquisitivo. (Professor E).

Sob essa perspectiva, o governo é representado por seu aspecto de manipulação que causa um problema mais gritante para desviar a atenção do verdadeiro problema: o valor total do salário, o qual é o verdadeiro motivo para o endividamento e preocupação. Ele aprofunda sua crítica:

É um processo que a gente continua. Claro, Eduardo Leite fez toda a conversa, tá, estou pagando em dia. Grande coisa, né? Deu aumento, ele alterou nosso plano de carreira. Ele diz assim ó: quando eu assumi, tinha professor que recebia um completo para chegar no piso, agora não precisa mais... É, não precisa mais, quer dizer ele tirou o completo dos cara, mas esse aumento que ele diz que deu tem uma jogada matemática e estatística. Ele mudou nosso plano de carreira. E de fato, ele deu um reajuste para quem recebia menos. O plano de carreira é o seguinte, os professores não recebiam o mesmo salário, tu entrava no estado com um salário, conforme a antiguidade, a promoção, por qualificação, por merecimento, por formação, mestrado, especialização, tu ia ganhando mais. Então, à medida que tu avançava na carreira, o nosso plano de carreira chegava a dar 75% de diferença do professor que entrava para o professor que estava se aposentando. É quase o dobro, é quase 100% a mais. A gente tinha essa... Nós tínhamos uma carreira que era interessante, vou continuar aqui, vai ter o triênio daqui três anos, eu ganho né? Mais um “porcentozinho” de aumento, vou fazer uma especialização, vou fazer um mestrado, porque vai me dar mais, era carreira, né? Então, o Eduardo Leite acabou com isso, hoje não compensa você persistir no magistério, você é novo aqui, tu vai te aposentar com o mesmo salário, aliás com as regras da previdência e da aposentadoria hoje, tu te aposenta e não leva o salário integral. Os novos não levam o salário integral, tu não tem o estímulo para seguir na carreira. Ah vou fazer um mestrado, hoje... eu não me lembro os dados do doutorado, quanto é, mas com doutorado é o que mais dá aumento para nossa carreira, mas acho que é 16% a mais que o inicial, é muito pouco, é muito pouco. Vou investir, fazer um doutorado. É uma questão pessoal, mas não pela carreira. Isso não vai influenciar muito a tua carreira. (Professor E).

Destaca-se desse trecho da entrevista que o governo do estado implementa estratégias de manipulação, seja por meio de alterações matemáticas, seja por meio do parcelamento. Inclusive, o plano de carreira torna-se alvo privilegiado dessas táticas governamentais. Sendo assim, temos um profissional elaborando uma contra-narrativa, sob o viés do trabalhador sindicalizado. Nesse sentido, o professor lida com as noções de progressão salarial como um fator de interesse que, ao ser retirado, acaba que “hoje não compensa você continuar no Magistério.” E a responsabilidade é desses dois governos retirarem o reconhecimento do mérito da formação de pós-graduação, lembrando que o mérito é o traço distintivo da classe média, não reconhecer o investimento de tempo e energia é uma atitude anti-natural.

Soma-se à precarização, o aspecto simbólico do tratamento dado ao professorado, o decoro do poder público é um elemento importante nessas lembranças:

Mas não é de hoje que a gente reclama, a gente é ressentido com esses governos aí, o Sartori foi terrível, mas veja só, a política econômica, o norte ideológico do Eduardo Leite não é muito diferente do Sartori. Só que o Sartori, tchê, era outra personalidade, ele dizia coisas assim que não se diz, tu pode até pensar, eu acho que o Eduardo Leite até pensa, mas ele não diz, ele sabe falar, sabe tratar. Mas, o Sartori, a gente reclamando de questão salarial e ele “você tem que dar graças a Deus que tem emprego”. (Risos) Isso aí que ele dizia, entendeu? Eu não sei se o Eduardo Leite deve pensar parecido, mas ele não diz, ele sabe tratar, ele é mais polido. Isso aí faltava muito no Sartori. O trato com a categoria, a mágoa com o Sartori era muito grande. Mas, o Sartori em especial para além do parcelamento, o congelamento que ele começou, e toda a retirada de direitos. O Sartori começou o que o Eduardo Leite... O plano de acabar com o plano de carreira já era do Sartori. E o Sartori foi fazendo mais à conta gota, foi acabando com algumas vantagens e o Sartori aos poucos ele ia, a trancos e barrancos, então ele tinha mais dificuldade o Sartori na relação com a Assembléia Legislativa, então não passava tudo o que ele mandava. O Leite já é melhor de trato, ele consegue projeto de reajuste salarial. Ele conseguiu por três votos, deu 27 a 24 a votação dele, a RBS tem uma manchete que diz assim “por unanimidade, a Assembléia...” Tchê, mal contada essa história, não foi unanimidade, teve discussão, teve adendos ao projeto, que atendiam as reivindicações do sindicato preferencialmente, que diziam respeito ao maior índice que era bobagem tá? Os 9,5% eram insuficientes. E era para todos. Isso é uma coisa que a gente reclama, os aposentados e funcionários da educação, funcionários da escola, trabalhadores em educação, alguns com formação superior, alguns com licenciatura. Nossa secretária é formada em História, por exemplo. Fez concurso para ser funcionária, não para ser professora. Continuam sem reajuste desde a época do Tarso, o último que deu aumento. Passaram também pelo parcelamento, como funcionários públicos. (Professor E).

Aqui temos uma experiência marcada pela participação sindical, pelo acompanhamento do debate governamental. O sindicato tensiona e o governo precisa responder e negociar, mas a gestão PMDB e a própria pessoa do Governador desrespeitam a categoria, isso gera muita mágoa, muito ressentimento. Entretanto, mesmo que o governo Leite promova uma recepção mais diplomática dos sindicalistas, o projeto de congelamento, parcelamento e esvaziamento do plano de carreira é continuado, há um prosseguimento ideológico entre os dois governos. Essa capacidade de articulação do governo Leite sugere também um maior poder político no âmbito parlamentar contra o qual o sindicato não consegue fazer frente, mas ao mesmo tempo está mais aberto ao diálogo. Ou seja, o aspecto da honra compõe a lembrança de forma privilegiada, o tom rude utilizado por Ivo Sartori marca a narrativa sobre o governo. Além disso, o professor E destaca a existência dos profissionais em educação, que sofreram também o parcelamento e, mais grave do que o caso docente, não receberam o reajuste no governo Leite⁷⁷. É interessante ver a retórica adotada

⁷⁷ SANDER, Isabella; COIMBRA, Vinicius; NAKAMURA, Pedro. Leite propõe reajuste de 9,45% para o magistério; concurso da categoria deve ser oficializado até 15 de março. **GZH**. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2023/02/leite-propoe-reajuste-de-945-para-o-magist>

pelo professor no sentido de identificar a secretária como uma profissional formada em História, disciplina compartilhada pelo entrevistador e pelo próprio entrevistado. Destacar esse elemento possivelmente intenciona gerar empatia, existe uma igualdade entre nós oriunda de nossa formação, traço distintivo da classe média, parece dizer com essas palavras que “poderíamos ser nós naquele lugar”. Essa consideração dada à categoria de colegas pode ter sido forjada na dinâmica da luta sindical, a qual exige a colaboração dos diferentes setores do funcionalismo, especialmente no caso do CPERS/Sindicato que congrega o corpo docente e os profissionais da educação desde 1990⁷⁸.

A causa desse movimento governamental de precarização está no campo ideológico:

Norte neoliberal na cabeça, ideologia neoliberal, esse pessoal tem um pensamento voltado à privatização, voltado à privatização. Funcionário da escola, o projeto é esse, vai ser tudo terceirizado, né? É retirar o Estado. Privatização, flexibilização. Esse é o pensamento, esse discurso da austeridade fiscal. Educação é gasto. Recurso humano é gasto. O negócio é cortar gastos. Tem um pensamento por trás. Eu fiz um (inaudível) de fazer uma passeata gritando educação não é mercadoria, o pior é que é mercadoria. Educação é mercadoria, eis a questão. Para ser explorada pela iniciativa privada. Quem quiser uma educação boa, que vá pagar por ela. Essa é a moral da história. Tem questões culturais também, por conta desta ideologia, dessa mentalidade. Acha que professor tem que ganhar isso aí mesmo. Professor ganha bem. Então existe uma lógica internacional por trás desses projetos aí. Existe uma lógica internacional que favorece o capital. Existem muitas empresas que estão prontas para assumir as escolas. (...) OSCIP, organização civil de interesse público, essa é a pessoa jurídica, criar organizações civis de interesse público que assumam a escola. A ideia é essa, tu vai criar umas empresas que assumam a escola. Nesse jogo já tem algumas empresas prontas. Tem esse sistema S, SENAI, SESC... Esses aí já querem participar da fatia. (Professor E)

Dessa forma, o que explica as ações do governo é seu projeto neoliberal, pautado na privatização, flexibilização e austeridade fiscal, dando maior liberdade ao empresariado. O professor indica que essa ideologia tem um fundo internacional em favor do capital, isto é, dos donos da riqueza na sociedade. O professor não apenas demonstra conhecer a lógica materialista da sociedade capitalista, como também dá nomes às iniciativas privatistas dentro da educação. O manejo conceitual e conhecimento específico sobre as organizações civis de interesse público possuem uma coerência, bem como afirmam que o Estado sul-rio-grandense está em disputa entre diferentes projetos políticos. Em sua fala, não temos a explicitação de um projeto, apenas a defesa de uma valorização da educação estatal como direito universal.

Esse professor não está sozinho em sua análise, pois a professora C compartilha de sua visão, quando destaca uma intenção privatista.

erio-concurso-da-categoria-deve-ser-oficializado-ate-15-de-marco-cle4ymbex0026013qvh2kywj7.html Acesso em 13 de agosto de 2023.

⁷⁸ CPERS/SINDICATO. Nossa História. CPERS/Sindicato. s.d. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/> Acesso em 13 de agosto de 2023.

- Eu, assim... O que a gente sempre pensou e continua pensando é que a ideia é num momento privatizar a educação, desanimar para ninguém querer cada vez mais, agora eu não sei como desde a campanha e até agora não se parcela mais, desde ali de um ano da campanha não se parcela mais, nem se fala mais nisso, não sei mudou essas ideias, mas eu tinha certeza, te desanima, porque daqui um pouquinho não se tem mais professor e a ideia daqui um pouquinho é privatizar a educação. Era isso que a gente sempre pensou na nossa cabeça, que não tinha nada que atraísse as pessoas, e cada vez mais...

- Sucatear para vender.

- É. Para privatizar. A gente pensava que ia vir planos, daqueles que teve há um tempo atrás, de demissão voluntária, alguma coisa assim, que tu era meio que instigado a se demitir. Mas, agora eu não sei, continua ele e agora parece que mudou-se os rumos, porque agora não se parcela. (Professora C).

Vale destacar que a professora C utiliza constantemente a primeira pessoa do plural para elaborar suas respostas, sempre fazendo referência às conversas que tem com os pares, “o que a gente sempre pensou, na nossa cabeça”. Não percebemos aí indícios de uma incapacidade de impor-se, não é falta de autonomia intelectual, mas sim seu pensamento é participativo, é oriundo possivelmente de um modo de ser democrático, dialógico, influências muito presentes no pensamento pedagógico e político progressista. Dito isso, vamos ao principal elemento empregado em sua narrativa: a docente expressa o receio de que a “a ideia daqui um pouquinho é privatizar a educação”, ou seja, ela percebe uma urgência no projeto privatista. Esse horizonte ideológico se comprova por meio das ações de precarização e de desrespeito, tanto é que quando parou o parcelamento, a professora ficou em dúvida. Dúvida essa que não surgiu para o professor E que via apenas manipulação e oportunismo.

Essa docente não opta por uma descrição personalista dos eventos, na verdade utiliza uma expressão que merece nota, o sistema:

Uma coisa que nos marcou muito que a gente falava muito era uma estratégia, parece que o Banrisul tinha por trás disso, o Leite parcelava o salário, mas o Banrisul te oferecia o salário e te cobrava o juros, a gente se sentia muito refém totalmente do sistema, refém e manipulado, primeiro do governo que nos parcelava e, quem tinha o tal do crédito do Banrisul ia lá e pegava, adiantava, mas teve colegas assim que relataram que pagaram duzentos reais por matrícula de juros no final do mês, em função de pegar o salário, porque precisavam pagar empréstimo, porque precisava pagar algo que tinha que pagar. Isso foi o que mais nos marcou, a gente sentiu assim muito ofendidos pelo sistema. Isso era unânime entre os professores. O Banrisul está ali te oferecendo uma coisa que era tua e te cobrando, parecia que era o governo te sugando e os bancos querendo lucrar em cima de ti. (Professora C).

Assim, o sistema aparenta ser o conjunto das instituições que encurralam o professorado. Esse mesmo sistema ofende os professores, parece ofender a honra, a inteligência dos docentes, donos de seu salário, o qual está confiscado injustamente. O sentimento de manipulação e exploração do professorado se agrava pela covardia de um sistema que nota a fragilidade do professorado e busca lucrar sobre ele, tirar vantagem em

cima dessa situação de dependência. Soma-se a isso um desrespeito pela representação sindical, pois ela conta que o órgão da categoria recusa a oferta de reajuste menor do que o exigido pelo CPERS/Sindicato e negociada com Eduardo Leite: “Mas não aceitaram e ele achou bom, assim sabe? Na verdade, parece assim que não respeita mais, parece que o governo não respeita mais o sindicato, não tem mais aquele respeito que se tinha, não se importa mais, se não der, não deu, bem isso que a gente vê.” (Professora C). Ou seja, na fala da professora, existe uma indiferença contra o CPERS/Sindicato, que, se ele recusar uma proposta, melhor assim.

Esse acúmulo de covardia e indiferença é agravado pelo aspecto artificial do parcelamento, enfatizado noutro trecho de nossa conversa. “E era uma coisa que assim, penso eu que o governo deveria ter feito “olha, [nós, o governo,] não temos dinheiro para pagar, mas o Banrisul tem, então nós vamos pegar do Banrisul, nós vamos arcar com isso. Eu pensava assim que eles deveriam fazer isso, não nós [professores], não nos expor a mais isso.” (Professora C). Esse trecho é muito interessante, porque apresenta uma discordância dentro das regras do jogo, ela questiona a negligência do Executivo, agora o serviço público é precarizado, porque o governo não assume sua responsabilidade, ao invés disso, a gestão estadual prefere que o professorado assuma o compromisso financeiro junto ao Banrisul. Isso tem eco em nossas reflexões sobre o amplo processo de flexibilização das relações de trabalho, o que nos provoca a pensar se a prática do parcelamento com oferta de empréstimo bancário constituiria mais uma forma de atribuir uma função patronal ao próprio indivíduo. Ela reforça: “Era a discussão e eu dizia, puxa, ele tem que pegar com o Banrisul, já que o Banrisul tem o dinheiro, nos dá e depois se virar com o juros.” (Professora C). Esse comentário indica que a professora não está buscando uma autoria sobre a ideia, mas sim compartilhando com o entrevistador um elemento das reflexões dialogadas dentro do grupo. É muito interessante como essa comunidade lança interpretações críticas sobre os fenômenos observados.

Em vista disso tudo, podemos caracterizar sinteticamente as memórias do professorado sobre o governo durante o parcelamento. Seguindo a ordem da análise desenvolvida, precisamos destacar que os professores entrevistados não recaem na negação da crise, da dívida pública, na verdade, entenderiam se a situação demandasse sacrifícios e manobras para que o estado não entrasse numa falência mais grave. Essa constatação, porém, vem acompanhada de um olhar crítico à precarização setorial, os professores percebem-se em disputa com outros setores privilegiados historicamente dentro da máquina pública. Sendo assim, é possível notar a existência de um projeto político no pensamento professoral, uma

ideia de valorização do setor, da área da Educação, que passa por valorização salarial e infraestrutural. Tanto é verdade, que o professor B reconhece a utilidade dos recursos vindos com o programa Agiliza Educação, bem como a professora D destaca a capacidade gerencial do governo Leite em pagar em dia os valores. Entretanto, a categoria docente não ignora o desrespeito sofrido, nem a perda do poder de compra ao longo de aproximadamente oito anos, menos ainda o oportunismo eleitoral, a covardia dos bancos e a negligência com o pagamento dos salários. No repertório compartilhado por esses cinco profissionais, percebemos uma criação coletiva, compartilhada, na qual uma noção que poderíamos chamar de honra é constantemente retomada, a qual é respalda-se na legislação, respeitar a lei é honrar o funcionalismo.

Assim, o governo Ivo Sartori ficou marcado pelo tratamento rude dado aos docentes e pela precarização, para uma das respondentes a má administração também. Enquanto isso, a gestão Eduardo Leite, mais polida, prossegue no mesmo horizonte ideológico, sucateando a educação e o trabalho docente, para uns, e para outros, fazendo o possível para administrar a crise. Há ainda a rememoração desse contexto como sendo uma precarização forçada pelo “sistema”, no qual o governo parcela e o Banrisul se aproveita da situação de dependência para lucrar. Com isso podemos afirmar que o personagem governo, essa alteridade hierarquicamente superior, chamada de Executivo ou elemento participante do sistema, acumula principalmente na memória docente a negligência, o oportunismo e a intenção privatista neoliberal.

4.4. COMUNIDADE ESCOLAR

O último personagem a ser explorado nas narrativas coletadas é composto pelas famílias dos alunos, a comunidade que participa da escola, que frequenta e opina. É interessante observar como ela faz parte da memória docente, porque falar dela contextualiza o professorado num quadro mais geral da sociedade e reforça que o corpo docente está sendo observado pela população. A propósito, precisamos comentar que a professora D não foi indagada sobre a comunidade devido ao tempo da entrevista ter excedido o combinado. Ademais, é interessante notar que, com exceção da professora A, os demais foram muito mais sintéticos ao falar da comunidade do que ao responder sobre os temas precedentes, o que pode sugerir que este é um tópico pouco refletido e debatido, ou apenas que não apresenta a mesma urgência dos demais assuntos provocados pela entrevista.

O professor E, marcado pela luta sindical apresenta o relato mais vago sobre a comunidade, indicando haver muitas vezes uma despreocupação com os filhos⁷⁹. Daqui não podemos extrair maiores inferências. Entretanto, o professor B elabora uma perspectiva melhor delineada:

A nossa comunidade até olhava, de modo geral, com bons olhos, a gente ainda ouve muito aluno muito pai dizendo que, falando que realmente o professor não é valorizado, que o professor precisa ser valorizado, reconhecem em geral a necessidade da valorização do professor. Um ou outro caso que ficou um pouco chateado, porque até atrapalhou um pouco a vida dele, porque o filho ficou em casa nesse tempo de greve. Mas, em si, a sociedade em volta ou que frequenta nossa escola reconhece o trabalho do professor e entende que precisa ser reconhecido também pelos governantes através de um salário melhor e melhores condições de trabalho. (Professor B).

Nessa resposta emergem algumas noções do professorado sobre como a comunidade interpreta o papel da escola. Para alguns pais, o professor não é valorizado e relata ainda que o governador deveria pagar um salário melhor. Essas escolas estaduais em geral são frequentadas pelas camadas trabalhadoras, que vivem sob as ofensivas de precarização do trabalho no Brasil. É provocativo que esses indivíduos se solidarizem com o professorado cujo salário é algumas vezes maior que o mínimo. Podemos especular sobre a imagem que as demais pessoas possuem sobre a escola, por exemplo, escola enquanto promessa de acesso ao estilo de consumo da classe média para seus filhos. Por outro lado, temos aquele indivíduo que ficou chateado, porque o filho em casa atrapalhou sua rotina, possivelmente uma pessoa desiludida com as promessas da escola. A professora C caracteriza melhor essa diversidade:

João, assim ó, a comunidade aqui é muito dividida. Aqui que eu vejo na greve nas paralisações, tem uns que apoiam que tem que respeitar os professores, é eles que estão na frente e tem outros que acham que é matação de aula, tu vê assim, visivelmente, o grupo que é a favor e o grupo que é contra. Acho que os mais assim, me parece, as pessoas mais esclarecidas, infelizmente, são as que dão mais razão e as menos acho que... Vejo muito isso. (Professora C).

A professora também repara na manifestação do pensamento da comunidade, alguns apoiam e outros veem como “matação de aula”, mas para além disso, ela também lança uma possível explicação. Segundo ela, as pessoas mais esclarecidas, isto é, melhor informadas, ou ainda valorizam mais as instituições públicas, essas apoiam a greve dos professores, enquanto as outras são explicadas indiretamente por oposição a essas, a falta de esclarecimento. Chama atenção essa sutileza diplomática:

⁷⁹ Há diversidade, há pais mais receptivos que entendem melhor a situação e outros que não querem saber, querem para o filho e pronto. Quer terceirizar a criação do filho. (...) Nem largar aqui, ficam grandinho e vão sozinhos. Tem diversidade, tem de tudo. Tu sabe que os pais que mais participam, o adolescente nem gosta do pai na escola, o pai vem buscar que isso, nem quer. Então, os pais que mais participam são os dos menores e a coisa é diversa. Toda sociedade tem disputa. (Professor E).

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencido de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto às informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). (JOUTARD, 2000, p. 34-35).

O trato direto com a população exige certos comportamentos, certas precauções no momento de lançar juízos de valor. Nesse caso, podemos entender os sentidos atribuídos pelo contraste entre os que apoiam e são “esclarecidos”, ao contrário dos demais. Ademais, podemos considerar o contexto político de obscurantismo e misologia que acompanhou a ascensão do conservadorismo na política desde a deposição da Presidenta Dilma Rousseff. Tal ambiente político determina as posições, implica um comportamento mais comedido. Assim, a professora C, por sua postura profundamente dialógica, não se arrisca a definir o motivo e menos ainda a caracterizar com algum adjetivo mais duro esse posicionamento de parte da comunidade. O que, aliás, sugere uma atitude metódica própria aos cargos de gestão.

Em relação às demais entrevistas, a professora A apresenta um relato mais longo considerando a comunidade escolar. O trecho transcrito abaixo está recortado para fins de análise, mas constitui um bloco de fala único, mais longo. Além disso, convém citar que ela responde de maneira rápida a pergunta, quase interrompendo o entrevistador, o que sugere ser algo pensado anteriormente, pronto para ser compartilhado, composto por vários detalhes específicos. Para essa docente, o movimento grevista era:

Mal visto, professor é sempre mal visto, a população em geral, eu no meu ponto de vista, e eu lia muito também as notícias e o Facebook a gente acompanha, a maioria era comentários negativos contra os professores, pouca gente tem o entendimento de apoiar os professores, sempre o professor não quer dar aula, professor é isso, professor é aquilo, só que ninguém entende o lado do professor. A gente passa por cada situação na escola, sabe? (Professora A).

Aqui merece destaque a origem da informação, isto é, as redes sociais, pois elas são um espaço de compartilhamento de opiniões com poucas restrições. Há também um notável tom de desabafo, pois o “professor é sempre mal visto”, isso pode sugerir um desânimo, uma desistência da luta pela opinião pública, ou apenas o reconhecimento de que este é um desafio muito grande. Além do mais, o incômodo leva as pessoas a se posicionarem, neste caso, como sugeriu o professor B, as famílias tiveram de lidar com as crianças em casa num horário em que deveriam estar na escola. Nessas manifestações online, a professora A destaca que o professorado é retratado como se não quisesse dar aula, e “professor é isso, professor é aquilo”, que no contexto da conversa dá a entender que são adjetivos pejorativos, que a

docente prefere não explicitar. São apenas violência e ignorância ou são críticas? Até que ponto nossa entrevistada está disposta a refletir sobre essas publicações? O trecho abaixo ajuda a pensar essa disposição:

E o trabalho que o professor faz é um trabalho imenso e incansável, o professor está sempre em função da escola, né? E isso não é valorizado, todo mundo sabe, isso é uma situação histórica já, que não é valorizado, só que aí também quando o professor resolve fazer alguma coisa, a coisa se vira contra o professor, a população se vira contra, não generalizando, mas a maioria das pessoas, sabe? É difícil tu encontrar uma pessoa que fale “é, isso mesmo, tem que fazer greve”. Me lembro que até na época uma situação assim bem pontual nossa aqui, tinha uma mãe que a gente sempre estava ajudando, porque escola é como eu te falei, solidariedade, então assim, precisa de uma coisa, todo mundo se mobiliza para ajudar aquilo ali, ou aluno, ou pai que a gente está sabendo de alguma coisa, uma situação que a gente fica sabendo a gente sempre está procurando ajudar, e aí, para a gente ajudar a gente é muito bom, prestativo, a escola maravilhosa, para ajudar tanto com alimentação, quanto com roupa e calçado, com tudo, a escola é ótima. Agora, o professor pensou em entrar em greve, já criticam, então aquilo me chamou muita atenção na época, fiquei muito indignada, era uma família que a gente ajudava muito aqui na escola, e foram os primeiros a ficar contra nós e expor nas redes sociais, eu achei um absurdo, primeiro lugar porque os filhos dessa família nem estavam sem aula, como eu te disse os anos iniciais a gente não fez greve, porque as professoras acharam melhor seguir e tal, a gente sabe que a recuperação de aula dos anos iniciais também é diferente, tem todo uma questão da aprendizagem, da alfabetização, então os anos iniciais não parou, parou apenas a partir dos anos finais e ensino médio. Tá, então, bem ou mal, aquele aluno não estava sendo prejudicado, A mãe fez uma exposição total contra nós, isso eu fiquei muito indignada, porque na hora da gente ajudar, a gente é bom, mas na hora que a gente quer reivindicar o nosso direito, a gente já não presta mais, entendeu? A gente já é ruim. Então assim ou tu está com a escola ou tu não está com a escola. (Professora A).

Aqui, a professora relata sua frustração com relação às expectativas de reciprocidade, pois essa mãe de aluno fez uma exposição contra os grevistas. Ou seja, em troca do “trabalho imenso e incansável”, bem como das ajudas materiais, esperava-se que a mãe mostrasse gratidão e apoio à luta por um direito legítimo. Nesse relato, a tal família é retratada como oportunista, elogiando a escola quando conveniente e ignorando quando a escola precisa de ajuda⁸⁰. Esse relato é interessante para pensarmos as expectativas e a solidariedade que o professorado cria quanto à população, até que ponto essa luta tem capilaridade junto à comunidade? Nesse sentido, a professora A demonstra preocupação:

Se os nossos, a nossa comunidade não valoriza a gente, não nos apoia, como o resto da população vai nos apoiar? Isso em caso isolados como eu te disse, um caso que eu acompanhei, que eu sei, acontece muito, mas esse caso me marcou por causa disso que eu me lembro de ter ficado indignadíssima, foi uma coisa bem marcante, bem pontual da nossa escola, mas que acontece em muitas escolas, em outros setores também. (...) Com certeza, chegou uma época que eu não conseguia nem olhar mais internet, porque tu abria e meu deus era só reportagem falando disso, contra o professor, e a população detonando os professores, porque quando eles estão sendo beneficiados, está tudo maravilhoso, agora, o aluno ficou sem aula, mesmo que tu

⁸⁰ Pesquisas futuras poderiam explorar essas manifestações contra os grevistas, refletindo sobre o papel da escola em seus discursos e os sentidos atribuídos ao professorado.

tenha depois que recuperar, porque professor tem que recuperar, faz a greve, faz a paralisação, mas depois tu é obrigado a recuperar, que a aprendizagem é do aluno. Esse tempo é para o aluno, esse tempo é do aluno, então tu precisa recuperar isso daí. Então tem tudo isso daí também. Todo mundo pode fazer greve, mas o professor tem que recuperar. As outras param e não precisam recuperar. Enfim, são coisas que fazem parte, mas que revoltam também a gente. (Professora A).

Cabe destacar que, nesse trecho temos uma defesa de que recuperar greve faz sentido, porque “esse tempo é do aluno”, daí a importância de perseguir essa aprendizagem, mesmo assim, a professora levanta a problemática de que outras categorias, em caso de greve, não recuperam, causando uma impressão de injustiça contra a classe docente. Todavia, mais importante que isso, na fala da professora A é o reconhecimento de que sem o apoio da comunidade escolar, não há como fazer frente à precarização. Pior do que isso, o entorno da escola estava contra os professores grevistas, não bastava o desrespeito dos governantes, o professorado tinha que ver na internet “a população detonando os professores”. Esse elemento completa o quadro de degradação sofrida pelo Magistério: no momento de maior fragilidade e dependência, esse segmento da classe média ainda sentia a frustração de ser cobrado pela comunidade para a qual presta seu serviço, ou seja, a opinião da comunidade é um fator agravante do sofrimento docente durante o parcelamento e congelamento salarial.

Dessa forma, tentamos caracterizar esse último personagem presente nas narrativas levantadas com nossa pesquisa. A comunidade é representada pelas imagens da diversidade, enquanto uns, menos marcantes, são favoráveis aos grevistas e reconhecem que a categoria está desvalorizada, outros, mais marcantes e mais notáveis, são contrários à paralisação. Estes últimos são interpretados como menos esclarecidos e ou oportunistas, que não retribuem a dedicação professoral com seus filhos. Os indivíduos desse entorno escolar ao “detonar” os professores provocam ainda mais frustração com a profissão. Mas, levantamos a ressalva de que esse personagem parece ser o menos abordado pela reflexão docente, olhando para as poucas entrevistas que fizemos, causando verdadeira angústia apenas em uma das respondentes.

Restam as indagações: a comunidade escolar está sendo pensada no contexto da precarização do trabalho docente? O trabalho imenso e incansável é suficiente para convencer esses setores da sociedade da necessidade de valorização da rede de ensino estadual? Quais significados as famílias críticas à paralisação constroem sobre o professorado?

4.5. RESULTADOS FINAIS

Aqui nos aproximamos das respostas finais às perguntas da pesquisa. As autoras Amado e Ferreira nos provocam a refinar a pesquisa, pois se não dialogarmos com a teoria:

(...) o resultado serão os infelizmente numerosos trabalhos chãos, com conclusões óbvias - porque coladas aos dados das entrevistas, sem possibilidade de elaboração teórica -, que sempre deixam uma pergunta no ar: "Seria mesmo preciso fazer uma pesquisa para chegar a isso?" São trabalhos que se limitam a reproduzir as palavras dos entrevistados, que exploram uma idéia absolutamente comprovada (utilizando trechos de entrevistas para corroborá-la), que não conseguem problematizar qualquer aspecto da pesquisa... (AMADO & FERREIRA, 2006, p. xvii e xviii).

Assim, nos desafiamos nesse percurso não apenas a intercalar trechos das entrevistas com explicações do sentido das frases ditas, mas tentamos lançar hipóteses, comparar as respostas e sistematizar a cada novo passo dado na análise. Entendemos que a presente pesquisa aprofunda o conhecimento sobre as memórias do professorado, não apenas reproduz o óbvio, mas problematiza vários elementos normalizados na retórica da categoria.

Com isso em mente, para responder como o professorado lembra o período do parcelamento dos salários na rede estadual de ensino, nós propomos uma série de cinco entrevistas orientadas conforme as preocupações da História Oral, especialmente no que concerne ao aspecto coletivo da memória, isto é, a característica de que é construída no contato com uma comunidade. Nesses encontros, conversamos com professores nos cargos de gestão, devido à sua maior disponibilidade de atendimento ao público e função dentro da comunidade escolar, pois isso indicaria um convívio mais intenso com os pares. Esses cinco profissionais responderam perguntas sobre a própria experiência e a dos colegas, sobre os governos do estado e sobre a comunidade escolar. Em vista disso, propomos um caminho para analisar os resultados levantados, enfatizando esses mesmos personagens presentes nas narrativas. A seguir organizamos um resumo sobre tais tópicos.

Em primeiro lugar, a experiência individual de cada entrevistado foi inquirida. Como resultado encontramos a diversidade própria dos diferentes contextos, seja dentro da carreira, por exemplo, a aposentadoria ou o ingresso recente, seja em termos financeiros, o endividamento prévio ou a organização de uma poupança que funciona como capital de giro. O grupo entrevistado nos provoca pensar na diversidade de impactos que o parcelamento possui conforme a situação financeira e profissional individual.

Ligado a essa constatação sobre a experiência do eu, buscamos entender como os pares são lembrados. Esse corpo docente é caracterizado pelos entrevistados como uma categoria encurralada, cujo trabalho mesmo precarizado é a melhor opção. Dentre as alternativas, alguns participam do sindicato, outros se eximem da luta trabalhista para receber algumas vantagens, outros foram tão impactados pela punição da última greve que se

afastaram da luta coletiva. Há aqueles docentes também que encontram fontes de renda paralelas ao Magistério estadual. Essa diversidade de experiência favorece uma classe retratada como desunida e atormentada com a urgência dos prazos. De diferentes maneiras os professores relatam que a categoria é maltratada, desrespeitada e incapaz de consumir como almejava, mas também é recorrente a lembrança da ajuda mútua e solidariedade. Frente aos contextos de greve, endividamento, aposentadoria e solidariedade, são essas as imagens elaboradas pelos docentes entrevistados sobre o professorado. Essa é, em parte, a autoimagem que o professorado tem coletivamente de si nas suas lembranças sobre o parcelamento.

Resta entender a alteridade presente nessas narrativas, protagonizadas por dois tipos de personagens. O primeiro deles é o Governo, o qual aparece como manipulador e oportunista, que favorece historicamente certos grupos privilegiados dentro do funcionalismo. Ao mesmo tempo, os professores reconhecem quando o governo investe na infraestrutura escolar e valoriza o fim do parcelamento com o governo Eduardo Leite, sempre amargando o acúmulo de cerca de oito anos de defasagem. Dessa forma, a gestão Sartori é relembrada como rude e mais agressiva, enquanto o período Leite é marcado por certos alívios na crise, mas também por manobras de precarização e manipulação da opinião pública. Portanto, em alguns relatos, o poder Executivo é interpretado através de uma ideologia neoliberal, cujo fim último seria a privatização da rede de ensino.

O segundo personagem que compõe a alteridade no discurso professoral é a comunidade escolar, as famílias cujos filhos estudam na escola. Aí há aqueles que são favoráveis à greve, mas ocupa principalmente a memória docente aqueles cuja posição era contrária, que exigem e ofendem o professorado nas redes sociais, interpretados como menos esclarecidos e ou oportunistas, que não retribuem a dedicação professoral com seus filhos. Essa ingratidão causa sentimento de frustração àqueles que se preocupam com o pensamento da comunidade, mas nem todos parecem dar a mesma importância à capilaridade da luta pela escola pública estadual.

A memória do professorado estadual que encontramos manifesta-se em certa medida assim, tais valores e interpretações pertencem ao campo de significações dos sujeitos que compõem essa categoria profissional. No recorte das lembranças analisadas, o professorado se preocupa com sua dignidade, pois está sofrendo muitas formas de desrespeito, seja do governo que negligencia as leis, seja da população que ofende os grevistas. A urgência das contas e a incapacidade do consumo esperado emergem nos discursos sobre o salário parcelado e defasado. Para explicar esse quadro, lançam mão de interpretações politizadas, considerando a correlação de forças, mas também há aqueles que consideram uma questão de

boa ou má administração. Temos uma diversidade nessas memórias da categoria, e todos esses relatos aprofundam nosso conhecimento sobre o sujeito coletivo que vivenciou um período de precarização intensa das condições de trabalho e vida no estado do Rio Grande do Sul. Encontramos, nessas memórias, o ponto de vista, os valores, as preocupações, as ênfases e as limitações do pensamento de parte do Magistério em Santa Maria. Esses pontos servem para lançar luzes sobre o pensamento comum dentro do professorado, fornecendo indícios sobre os posicionamentos possíveis.

Ao lidar com essas fontes marcadas pela subjetividade, evitamos cair na romantização da categoria, porque abordamos suas narrativas sob o prisma das relações de classe. Os discursos em defesa da corporação foram lidos, tomando por plano de fundo a disputa narrativa pela valorização social dessa profissão liberal, isto é, grupo com reserva de mercado fornecida pelo Estado, bem como destacando a ideologia do sindicalismo de classe média, meritocrático e corporativista. Estudar criticamente o conteúdo classista desses discursos é papel da pesquisa acadêmica, evidenciar suas limitações e motivações faz parte da análise. Isso implica que não tenhamos tomado o professorado por simples vítimas sem papel de sujeito na história, ao contrário, nós destacamos os elementos materiais e ideológicos da disputa social da qual participam e elaboram narrativas. O discurso corporativista foi estudado sob a tentativa de distanciamento analítico e em diálogo com a teoria, não com julgamentos moralizantes.

Isso, porém, não significou o esvaziamento da luta em defesa da educação, na verdade, como argumenta Barbosa (2011), defendemos que a qualificação do trabalho docente não é possível sem sua valorização salarial. Os serviços relacionados à educação pública exigem condições materiais e sociais propícias ao trabalho intelectual docente. Fizemos neste texto uma denúncia contra a ofensiva de classe engendrada no governo do Estado. Assim, nosso compromisso ético e profissional manifesta-se ao criticar o neoliberalismo nos governos estaduais e nacionais. A austeridade e a flexibilidade configuram a estratégia de setores da burguesia para precarizar as proteções ao trabalho, portanto com reflexos no funcionalismo público e nos serviços prestados à população. A luta por um projeto de sociedade, através da valorização da educação pública, passa por estudarmos o professorado como peça-chave na disputa social e a História nos ajuda a “legitimar outras formas de revisar o passado, de entender, de propor e propiciar as mudanças. Poderemos, assim, passar às novas gerações uma pauta plural e imaginativa, legando-lhes um verdadeiro arsenal para as novas batalhas, para os combates permanentes.” (MEYER, 2000, p. 115).

Essas memórias poderiam ser revisitadas com novos diálogos, os colegas sugeridos como casos marcantes poderiam ser procurados, os professores poderiam ser convidados a avaliar o conteúdo e posicionamentos presentes nesta Dissertação, membros do CPERS/Sindicato poderiam ser ouvidos sobre suas memórias e percepções, membros não sindicalizados poderiam ser escutados e outros tantos caminhos possíveis se abrem à pesquisa acadêmica. Limitações de tempo e logística nos levaram a encerrar os procedimentos, mas não o estudo, nem as expectativas. Assim, mais interrompemos do que concluímos a investigação⁸¹.

⁸¹ Expressão encontrada em: RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CONCLUSÃO

Ao longo da presente pesquisa nos defrontamos com uma grande diversidade de contextos em que os poderes instituídos diversificaram as formas de aumentar a exploração do trabalho manual e intelectual. Para dar conta de estudar o ponto de vista professoral, recorreremos a um marco teórico embasado nas considerações de Halbwachs sobre a memória, a qual tem origem na vida em sociedade e no repertório disponível a determinado grupo, bem como nos apontamentos deste autor sobre as lembranças que recebem manutenção e reforço conforme o indivíduo convive com uma coletividade. Tais elementos foram recorrentemente observados nas narrativas produzidas, até mesmo na forma das construções frasais e repetidas referências ao coletivo. Junto dessa importante referência, o materialismo histórico, Fernández Enguita e Boito Jr ofereceram um aporte para entender a dinâmica da profissão de classe média numa sociedade burguesa, ajudando a explicar valores e intenções do Magistério estadual. Com base nisso, num primeiro momento, abordamos a precarização a nível nacional, para em seguida descrever os meandros da precarização no estado do Rio Grande do Sul, culminando na análise nos relatos individuais de voluntários do professorado entrevistado.

A educação escolar participou no século XIX para a formação de um pertencimento à nação, que será guiada pelas elites. Com o desenvolvimento industrial e das tensões sociais, especialmente os movimentos trabalhistas organizados, como a FORGS enunciando ameaças ao sistema capitalista nas primeiras duas décadas do século XX no estado do Rio Grande do Sul. Frente a esse desafio à ordem e progresso, no âmbito estadual, os positivistas gaúchos da Primeira República investem na escolarização visando o adestramento de um indivíduo saudável, educado e disciplinado. Nesse sentido, o estado sul-rio-grandense se esforça para garantir a ordem e o consentimento à expansão do capitalismo em seu território. Está aí a gênese do professorado, formado geralmente em escolas Normais e crescentemente feminino, atravessado por discursos de sacerdócio e abnegação, bem como de um papel maternal próprio das mulheres. Portanto, a profissão cria-se nesse contexto, dependendo de sua instituição mantenedora que pagava pouco aos educadores. Na disputa discursiva em que as profissões se inserem buscando a valorização social de sua especialidade, o corpo docente carrega estes grandes desafios.

Ao fim da Primeira República, a educação no Brasil passou pela centralização da ditadura de Getúlio Vargas, num período de expansão da urbanização e industrialização. Esse período é marcado pela criação do Ministério da Educação, portanto há um atrelamento dos âmbitos do ensino. Esse período também foi marcado pela ascensão do trabalhismo no

cenário político durante a redemocratização posterior ao período Vargas, que, no Rio Grande do Sul, teve como decorrência um maior atendimento às camadas trabalhadoras e aumento do gasto com o funcionalismo público, expandindo a rede estadual de ensino na década de 1950.

O período posterior sofreu uma mudança relevante, pois o Brasil sofreu um golpe que iniciou a Ditadura Civil-Militar de 1964. Dentre as políticas implementadas pelos militares, podemos destacar a expansão da escolarização pública, ao mesmo tempo em que foram organizados cursos de formação aligeirados. Essa massificação sem investimento na área da educação, junto de uma piora na instrução do professorado, enfraquece a profissão, sua capacidade de valorizar a especialidade docente. Como política geral de salários, o governo lança mão do arrocho, ignorando a defasagem salarial, o que causa grande piora na qualidade de vida. Em fins da década de 1970, junto da exaustão do sistema de financiamento, a Ditadura passa a enfrentar o crescimento dos protestos das camadas trabalhadoras, esmagadas pelo arrocho salarial. Na linha de frente desse movimento, estava junto das outras categorias, o Magistério. Esse momento marcou a formação identitária de um setor de classe média proletarizado enquanto categoria combativa, lutando pela educação. Aqui o sindicalismo profissional dos educadores ganhou conteúdo, conforme passou por greves durante a vigilância paranóica dos militares, tendo impactos posteriores na redemocratização e elaboração da constituinte.

Findado o período autoritário, o professorado somou-se às lutas pela democratização política, entretanto o contexto econômico passou por importantes transformações. No início dos anos 1990, um movimento de integração à globalização resultou, dentre outros aspectos, na redefinição das relações de trabalho, no sentido de aumento de sua flexibilidade. O emprego desse ideal reflete na desresponsabilização patronal frente aos empregados, por meio de uma série de estratégias para ignorar a legislação trabalhista. Assim o Brasil, durante sua redemocratização, atravessa um período de reestruturação produtiva, no qual a ideologia neoliberal torna-se dominante. Esse projeto político e econômico se alça ao poder encontrando um importante expoente na figura golpista de Michel Temer em 2016. Essa reorganização do trabalho não se restringe à iniciativa privada, na verdade é estendida aos servidores públicos. Temer merece destaque pela agressividade e colaboração da maioria do Poder Legislativo, fazendo aprovar reformas no sentido de colocar em cheque toda a legislação trabalhista, abandonando a massa trabalhadora para negociar com um contratante, que cada vez possui menos responsabilidade com quem vende sua força de trabalho.

O âmbito estadual apresenta semelhanças, pois Ivo Sartori elabora um pacote de reformas com intenção de piorar as condições de vida e trabalho do funcionalismo público

gaúcho. Concomitante a essas alterações legais, ocorre o congelamento e o parcelamento dos salários do Executivo. Em 2015, a folha de pagamentos foi parcelada, portanto, atrasada duas vezes, depois disso, de 2016 a 2021 continuou sendo paga em faixas salariais, implicando desequilíbrio das contas domésticas e acúmulo de empréstimos. Não bastasse isso, os salários sofreram nesse período grande defasagem, o que agrava o quadro dos endividados. Entendemos esse processo como precarização promovida pelo Estado enquanto entidade patronal, pois o Poder Executivo foi o principal afetado, ao invés de uma diluição do prejuízo entre os três poderes. Ademais, sindicalistas questionam as prioridades nos incentivos fiscais dadas a empresários, ao invés do pagamento efetivo do quadro de funcionários. Essa grande ofensiva da classe dominante contra os servidores do estado contribui para um acúmulo de preocupações e desrespeito que pioraram a vida dos professores da REE/RS.

O professorado que encontramos é aquele herdeiro de um sindicato combativo, que evoca discursos próprios do corporativismo de profissão, num tom elogioso e cívico ao papel da docência. É próprio do discurso em defesa de uma profissão liberal, o enaltecimento das qualidades e função dessa especialidade, e isso é encontrado nas narrativas de memória provocadas por nossa pesquisa. Nestes enunciados, o professor faz um trabalho imenso e incansável, portanto precisa, como necessidade logística, ter um automóvel confortável para dar conta das instituições que atende. Em nossas entrevistas, o professorado é visto como uma categoria desunida, que possui contratos com diferentes instituições, com fontes de renda alternativas, sendo alguns em estágio probatório, outros em contratos temporários. Ao mesmo tempo, esse segmento profissional foi solidário em alguns momentos com seus colegas e até com alguns alunos. Além disso, o conjunto de professores estaduais descreve os governos neoliberais com grande criticidade, acusando Sartori e Leite de manipulação e intencionalidade privatista, desrespeitando continuamente o sindicato e o professorado. Outro elemento importante nas narrativas é o relato provocado sobre a comunidade escolar, pois no período grevista esta se dividia entre aqueles que apoiam o professor, reconhecem a necessidade de elevar seu salário, e aqueles que ofendem o professorado nas redes sociais. Ou seja, no momento de maior fragilidade e dependência, esse segmento da classe média ainda sentia a frustração de ser cobrado pela comunidade, agravando seu sofrimento e insatisfação.

Durante a pesquisa, nos esforçamos para interpretar e propor teorizações sobre o comportamento e pontos de vista defendidos pelo professorado. Mas, reunidas, essas histórias ajudam a lançar luz em certa medida sobre o professorado gaúcho e, noutra medida, sobre o professorado brasileiro. Isso nos permite vislumbrar um diálogo entre o particular e o geral,

fornecendo “elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comuns.” (MEIHY, 2005, p. 81).

Essa pesquisa foi realizada sem a pretensão de esgotar a análise sobre tais processos, inclusive, ficam abertas as seguintes questões: como foi sentido o parcelamento pelos professores ajudados com cestas básicas? Como vivenciaram esse período as lideranças do CPERS/Sindicato? Além do que, mais entrevistas podem ser realizadas em busca de expandir a representatividade complexa desse segmento, especialmente explorando as pessoas sugeridas pelos professores como “pessoas que podem contribuir para a pesquisa”, vítimas exemplares e marcantes na lembrança dos colegas. Tais perguntas sugerem futuras investigações no sentido de aprofundar nosso conhecimento sobre o professorado, sua história e protagonismo.

Dessa forma, nossa pesquisa acompanhou o desenvolvimento da relação entre Estado e funcionalismo, dando atenção especial ao contexto gaúcho de 2015-2021. Isso nos permitiu entender por alto os interesses com os quais o professorado disputa pelos recursos do Estado e como partes do professorado estadual refletiu durante a ofensiva de classe e a negligência patronal por parte dos governos estaduais gaúchos. Nossa contribuição reside, assim, no registro documental e análise dos posicionamentos, valores e discursos enunciados por essa categoria profissional de classe média num momento emblemático da precarização do trabalho docente. Acreditamos, com isso, termos elaborado uma útil denúncia do desmonte neoliberal contra o servidor estadual que atende às camadas populares no chão de escola, incentivando a continuidade do diálogo acadêmico e nosso compromisso ético e profissional:

Teremos de trabalhar de braços dados com outros cientistas sociais, para desconstruir a memória, de uns e de outros - de todos - e construir a história, porque, contas feitas, nos recusamos a aceitar que nos rotulem de memorialistas ou colecionadores de lembranças. Resta, pois, como compromisso permanente, preservar as fontes, proteger testemunhos e assumir o desafio e o privilégio de sermos, alternadamente, protagonistas, testemunhas, críticos e historiadores de nosso tempo. (MEYER, 2000, p. 115).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, Agosto/2001, p. 15-32.

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

ALONSO, José Antônio Fialho. Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n. 1, 1997, p. 137-154.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do. A trajetória da gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (1985 – 2001). *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS*, v. 13, n. 25, jan.-jun., 2007, p. 22-39.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano 11, Nº 2 e Ano 111, Nº 3, 2002, p. 227-245.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. O mercado de trabalho após a reforma trabalhista de 2017. **Carta Social e do Trabalho**, n. 38, jul./dez., 2018 p. 12-31.

BAIÃO, Lidiane de Paiva Mariano; CUNHA, Rodrigo Gontijo. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação Docente**. Belo Horizonte – vol.5, n 1, jan/jun 2013, p. 6-21.

BANDEIRA, Elis Renner; RODRIGUEZ, Tatiana. Gênese e evolução da dívida pública gaúcha. 2014. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa2-geneseevolucaodivida.pdf> Acesso em 07 de setembro de 2023.

BARBOSA, Andreza. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente**. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BARBOSA, Gleyce Assis da Silva. **A mobilidade espacial docente: uma análise da precarização do trabalho**. Rio de Janeiro, 2020. p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BARTIKOSKI, Fernanda Vanessa Machado; GIERING, Maria Eduarda. Greve do magistério estadual do RS em 2017: a polêmica e a representação do professor por meio do argumento ad hominem. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, jan abr/2019, p. 93-111.

BERNARDES, Adilson Toledo. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista**: possibilidades de uma análise territorial. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO Jr, Armando. **Reforma política e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2018

_____. Classe média e sindicalismo. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004, p. 211-234.

_____. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. In: **Ideias. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, ano 9, n. 1. Campinas: IFCH/Ed. da Unicamp, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BRINGMANN, Eduarda. A inconstitucionalidade do parcelamento salarial dos servidores públicos estaduais do Rio Grande do Sul: o direito e o poder arbitrário do estado. **Revista Seminários de Resumos Expandidos da Faculdade Dom Alberto**, v. 1, n. 1, p. 17-21, 10 jul. 2019.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o Direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 25-32.

CARVALHO, Augusto Xavier de. A reforma trabalhista e o mito da geração de empregos. **Carta Social e do Trabalho**, n. 38, jul./dez., 2018 p. 12-31.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-46.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul. (1889-1930). **História da Educação**, Pelotas, n. 4, set., 1998, p. 57-75.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 215-218.

CHASIN, J. **A miséria brasileira 1964-1994: do Golpe Militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000.

CPERS/SINDICATO. Novo Ensino Médio: precarização, desigualdade e empregos em risco. Sineta, ago, 2021.

DI BENEDETTO, Roberto. Revendo mais de 70 anos em menos de 7 meses: a tramitação da reforma trabalhista do governo Temer. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, Joaçaba, v. 18, n. 2, maio/ago. 2017, p. 545-568.

DRESSLER, Marlize; FERREIRA, Liliana Soares. Condições de trabalho pedagógico na escola: o caso do Rio Grande do Sul (2015 a 2018). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 38, n. 01, 2022, p. 1-19.

FAUSTINO FILHO, Vicente. **Precarização e sofrimento no trabalho docente: Uma análise do cotidiano do professor da rede pública municipal de Areia Branca, RN**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020.

FERRAROTTI, Franco. A autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014, p. 29-56.

FERNANDEZ ENGUITA, M. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Revista Teoria & Educação**, n. 4, p. 41-61, 1991.

FERREIRA, Jorge. “O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 5. O tempo da Nova República. Da Transição Democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 27-71.

FERREIRA JR, Amarilio, BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, set./dez. 2006, p. 1159-1179.

FORTUNATO, Elizabeth; RUSCHEINSKY, Aloísio. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Biblos**. Rio Grande, n. 16, 2004, p. 25-36.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARNECKER, Marta. **Conceitos fundamentais do materialismo histórico**. São Paulo: Global Editora, 1981.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo e WARDE, Mirian Jorge e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Apontamentos sobre a história da escola e do sistema escolar no Brasil. Génesis y desarrollo de los sistemas educativos iberoamericanos: siglo XIX, Tomo I. Tradução . Bogotá, Colombia: Cooperativa Editorial Magisterio, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/842e5f0a-2f94-4ed3-bc87-6c49adf66c7c/Apontamentos%20sobre%20a%20hist%C3%B3ria..%20%282004%29.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 31-46.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

LINARES, Alexandre; BEZERRA, José Eudes Baima. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 127-134.

LOPES, Beliza Stasinski. A greve, o sacerdócio e a profissão: as mulheres e o trabalho docente. In: GRELLERT, Ana Paula; ROSA, Graziela Rinaldi da; CAVALLERI, Adriano. **Anais do 3. Seminário das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e cidades**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2022, p. 51-59.

_____. **Pedagogia da luta: ações de protesto e greves de conquista e resistência do CPERS/Sindicato em tempos de neoliberalismo**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, 2019.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-26.

LÚCIO, Clemente Ganz. O novo mundo do trabalho é flexível, precário e inseguro. **Carta Social e do Trabalho**, n. 38, jul./dez., 2018, p. 01-11.

MAESTRI, Mário. Breve história do Rio Grande do Sul, da pré história aos dias atuais. 2. ed. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2021.

MAIMONE, Ernesto Schettino. **Introducción al materialismo histórico**. México: Libros y Arte, 1981.

MASSENA, Juliana Has et al. Condições de trabalho de professores e diretores de escolas públicas: um estudo sobre a rede estadual de educação do Rio Grande do Sul. **Revista Aquila**, nº 23. Ano XII. Jul/Dez, 2020, p. 27-42.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEYER, Eugenia. Balanço e novos desafios. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 113-115.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-228.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1127-1144.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP**. 2016. 266f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

OZORIO, Maria Beatriz Vieira Branco. **Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre/RS (1979-1990)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, Lisiane Beltrão. As greves dos professores estaduais do Rio Grande do Sul de 1979 a 1982, como forma de resistência no período final da ditadura. In: COMISSOLI, Adriano et al (Orgs.). **Anais do II Congresso Internacional de História da UFSM [recurso eletrônico] Santa Maria/RS, 05 a 07 de novembro de 2019**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022, p. 910-925. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23756/Anais_do_CIHIS_Congresso_Internacional_Historia.pdf Acesso em 06 de setembro de 2023.

PESAVENTO, Sandra J. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-228.

PETERSEN, Silvia R. F. As greves no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 277-328.

PIRES, Marcelo Noriega. Neoliberalismo e precarização do trabalho docente no Governo Yeda Rorato Crusius (2007-2010). **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, nº. 3, março de 2012, p. 562-575.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, fev., 1997, p. 25-39.

RAMALHO, José Ricardo. “Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 5. O tempo da Nova República. Da Transição Democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 193-217.

RIBEIRO, Márcio Moretto. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. GALLEGOS, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 85-90.

RIGUE, Fernanda Monteiro; AMESTOY, Micheli Bordoli; VEIGA, Adriana Moreira da Rocha. Contexto do professorado no Rio Grande do Sul: o desgaste da profissão docente em tempos adversos. In: MACHADO Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de (Orgs.). **Temas emergentes a educação: docências em movimento no contexto atual**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 91-109.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório anual da dívida pública estadual: ano 2022**. 2023. Disponível em: https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1684025023_Relat%C3%B3rio_da_D%C3%ADvida_2022.pdf Acesso em 07 de setembro de 2023.

RODRIGUES, Diego Vilanova. **O "ajuste" neoliberal e a precarização do trabalho docente no governo José Serra em São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2017.

ROQUE, Caroline; SOUZA, Maristela da Silva. Crise e precarização da educação: o ajuste no Rio Grande do Sul. Santa Maria, 2016, s.p. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11336/Roque_Caroline.pdf?sequence=1 Acesso em 30 de janeiro de 2024.

ROSA, Diênifer Alves Ramos; BICA, Alessandro Carvalho. História, sindicalismo e mulheres: as particularidades de um movimento grevista majoritariamente feminino. **Anais da 16ª Mostra de Iniciação Científica - Congrega**. Bagé, 2020, p. 63-68.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-102.

RUMMEL, J. Francis. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

SANTOS, R. G. B. (et. al.). Processos de precarização do trabalho docente em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Labor**, Ceará, v. 1, n. 26, 1 nov. 2021, p. 33-53.

SANÉ, Sambé et al. Análise documental sobre a gestão do governador Sartoti e parcelamento de salários dos servidores públicos. **Revista Gedecon**, Cruz Alta, v. 7, n. 1, 2019, p. 50-71.

SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Trabalho Necessário**, v.17, nº 34, set-dez, 2019, p. 229-251.

_____. ; MOTTA, Vânia Cardoso da. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019.

SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 16, Edição Especial, 2020, p. 1478-1488.

SILVA, Nathalia de Assis; FERNANDES, Maria José da Silva. O trabalho docente na rede estadual de São Paulo: mapeamento e análise das Teses e Dissertações (1996 a 2018). **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020, p. 1- 23.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, William Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. Limites e contribuições da história oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. **SÆculum - Revista de História**, João Pessoa, jul./ dez. 2010, p. 75-89.

STASINSKI LOPES, Beliza. **Pedagogia da Luta: Ações de protesto e greves de conquista e resistência em tempos de neoliberalismo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 47-66.

TREIN, Laura Drexheimer; FARENZENA, Nalú. Carreira e remuneração do magistério estadual do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, São Paulo, 2022, p. 1-21.

TROPIA, Patrícia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. **Trabalho Necessário**, n. 7, 2008, p. 1-15.

APÊNDICES**APÊNDICE A - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Memórias sobre o parcelamento dos salários na rede de ensino estadual em Santa Maria

Pesquisador: João Alles Cardozo

Pesquisador/orientador responsável: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Instituição / Departamento: Departamento de História / Centro de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Federal de Santa Maria

Local de coleta de dados: Escolas

Os pesquisadores do presente Projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes desta pesquisa, cujos dados serão coletados por meio de entrevista e aplicação de um questionário aberto investigativo-formativos com alunos cotistas dos cursos da UFSM. Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para execução do presente Projeto. As informações só poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas por três anos na sala 1204, no prédio 67, sob a responsabilidade do professor pesquisador Jorge Luiz da Cunha. Após este período os dados serão destruídos.

Santa Maria, _____ de _____ de 2023.

Pesquisador / João Alles Cardozo

Pesquisador Responsável / Jorge Luiz da Cunha

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: Memórias sobre o parcelamento dos salários na rede de ensino estadual em Santa Maria

Pesquisadores responsáveis: Prof. Jorge Luiz da Cunha e João Alles Cardozo

Instituição / Departamento: Departamento de História / Centro de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: (55)991300306

Local da coleta de dados: Escolas

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de forma voluntária. Antes de concordar com a sua participação, é muito importante que compreenda as informações contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes da sua decisão de participar. Você tem o direito de desistir de participar em qualquer momento, sem nenhuma penalidade ou prejuízo a seus direitos.

Objetivo do estudo: compreender como o professorado rememora o período do parcelamento e congelamento dos salários na rede estadual de ensino.

Procedimentos: Sua participação será através de uma entrevista semiestruturada, que será posteriormente dialogado, problematizado e analisado.

Riscos: A sua participação nesta pesquisa não representará nenhum risco para você, nem de ordem física e nem psicológica. De qualquer modo você terá a total liberdade de optar por não participar ou de responder os questionamentos se assim desejar.

Benefícios: Acredita-se que com os resultados que vierem a ser obtidos com essa pesquisa será possível uma reflexão sobre a perspectiva do professorado e suas memórias

Sigilo: As informações fornecidas por você terão privacidade garantida, sendo que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento. Nomes fictícios serão utilizados ao longo do texto para que sua identidade seja preservada, mesmo nos momentos quando os resultados da pesquisa forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar desta pesquisa assinando este Consentimento.

Santa Maria, _____ de _____ 2019.

Assinatura

Responsáveis pela pesquisa